

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FERNANDO ROCHA PEREIRA

**FATORES EXPLICATIVOS DAS DIFERENÇAS DE EXPECTATIVAS
EM AUDITORIA NO BRASIL**

BELO HORIZONTE

2018

FERNANDO ROCHA PEREIRA

**FATORES EXPLICATIVOS DAS DIFERENÇAS DE EXPECTATIVAS
EM AUDITORIA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Área de Concentração: Contabilidade Financeira

Orientadora: Renata Turola Takamatsu

BELO HORIZONTE

2018

P436f 2018	<p>Pereira, Fernando Rocha. Fatores explicativos das diferenças de expectativas em auditoria no Brasil / Fernando Rocha Pereira. - 2018 121 f., enc. : il.</p> <p>Orientadora: Renata Turola Takamatsu. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade. Inclui bibliografia (f. 98-104) e apêndices.</p> <p>1. Auditoria - Teses. 2. Contabilidade - Teses. I. Takamatsu, Renata Turola. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria. III. Título</p>
	CDD: 657.45

Fernando Rocha Pereira

Esta Dissertação foi julgada adequada pelo Curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestre em Controladoria e contabilidade.

Belo Horizonte, 16 de março de 2018.

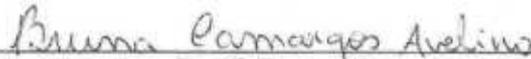


Prof. Wagner Moura Lamounier
Coordenador do Curso

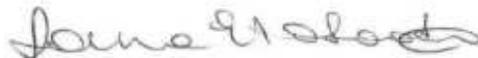
BANCA EXAMINADORA



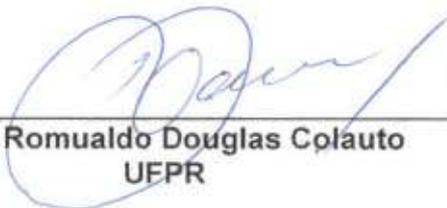
Prof.^a Renata Turola Takamatsu
(Orientadora)



Prof.^a Bruna Camargo Avelino
CEPCON/UFMG



Prof.^a Laura Edith Taboada
CEPCON/UFMG



Prof. Romualdo Douglas Colauto
UFPR

Belo Horizonte, 2018

AGRADECIMENTOS

Olho no retrovisor da vida e logo lembro do árduo caminho percorrido durante esses dois anos de mestrado. Respiro, reflito e tento recordar de todos que me ajudaram a construir esse sonho que virou realidade.

Em primeiro lugar, indubitavelmente, agradeço ao Divino, por me conceder a vida, saúde e oportunidades. Sem ele, nada seria possível.

Aos meus pais, João e Eliane, não há palavras que traduza tamanha gratidão. Obrigado não só por mais dois anos que estiveram ao meu lado, como também por todo carinho, esforço e empenho de sempre. Vocês foram e são os pilares de cada conquista na minha vida.

Aos meus irmãos e familiares, Simone, Tiago, Fábio, Raquel, Junior, obrigado por todo apoio, carinho, torcida e paciência. Ao Ronaldo (*in memoriam*).

À professora Renata Turola Takamatsu, agradeço pela orientação na elaboração desta pesquisa e compartilhamento de seu conhecimento. A cada reunião, minhas energias se renovavam e redescobria o quanto é instigante aprender e debater. Eternamente grato Renata!

Às professoras Laura Edith Taboada Pinheiro, Bruna Camargos Avelino e ao professor Romualdo Douglas Colauto, obrigado pelas valiosas considerações realizadas durante a consecução deste trabalho.

Ao Professor Roberto Luís Monte-Mór, sou extremamente grato pelas valiosas conversas, ensinamentos, reflexões e sabedoria compartilhada. Professor com uma mente brilhante!

Agradeço também aos professores e ex-professores do CEPCON, em especial, José Roberto Souza Francisco, Rosimeire Pimentel Gonzaga, Eduardo Mendes Nascimento, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Valéria Gama Fully Bressan e Wagner Moura Lamounier.

Aos colegas de sala que fizeram essa caminhada ser mais leve. Em especial, Fernanda, Ramon, Dani e Nathan, pela colaboração e disponibilidade.

Aos amigos (as) Felipe Borges, Patrick Simon, Pedro Henrique, Eric Campos, Michelle Higino, Lucília Zarantini, Rivana Alves, Celina Ferreira, Simone, Saulo Ribeiro, Gustavo Rodrigues, Diego Ornellas, Lucas Rezende, Guilherme Veloso, Vinícius Leão, Guilherme Thadeu, Naim Tarabai e Thais Borges, pela parceria, ajuda e conselhos.

Aos servidores e professores da Faculdade de Ciências Econômicas, Cedeplar e Escola de Belas Artes. Em especial ao Prof. Cristiano Gurgel Bickel, Profa. Paula Miranda, Prof.

Mônica Viegas, Ricardo (Belas Artes), Ádila (Belas Artes), Nadir (Cedeplar), Eduardo (Cedeplar), Gabriel (Cedeplar), Joyce (Cepcon), João (Face).

Por fim, agradeço a todas as pessoas que estão na minha vida ou passaram por ela durante essa fase, por compartilhar sonhos e contribuir com os meus. A todos vocês, muito obrigado por contribuir com essa realização! Gratidão!

"A dúvida é o princípio da sabedoria"
Aristóteles

RESUMO

Este estudo buscou verificar quais variáveis que interferem na expectativa dos usuários da contabilidade em relação aos deveres dos auditores externos no Brasil. Em conjunto, examinou-se também a atual situação das diferenças de expectativas entre auditores e não-auditores em relação aos deveres da auditoria externa após a revisão das normas internacionais que culminaram na aplicação do Novo Relatório dos Auditores no Brasil no ano de 2017. Questionários aplicados em dois congressos nacionais e disponibilizados eletronicamente resultaram 185 respostas válidas para análises. Testes de *Mann-Whitney* revelaram que recentes modificações no relatório dos auditores não foram capazes de expurgar as diferenças de expectativas em auditoria no contexto brasileiro, em face da persistência da expectativa inferior dos auditores comparado aos não-auditores. Além disto, resultados do modelo de regressão indicaram que, em geral, a expectativa dos usuários da contabilidade em relação aos deveres dos auditores pode ser explicada principalmente pela carência no relatório dos auditores de informações relacionadas à entidade auditada e sobre o processo de auditoria. Ao se incluir no relatório dos auditores informações sobre a entidade auditada e sobre o processo de auditoria que ainda não são englobadas no atual modelo (como maior detalhamento sobre os controles da empresa auditada que reduzem o risco de fraude, agressividade das políticas contábeis pelo uso do gerenciamento de resultados, materialidade utilizada nos trabalhos do auditor e mudanças significativas no trabalho de auditoria em relação ao ano anterior) interferências nas expectativas dos usuários podem ocorrer. Constituíram limitações desta pesquisa a composição da amostra, que foi dada predominantemente por respondentes formados em Ciências Contábeis, podendo trazer possíveis vies aos resultados devido à maior familiaridade com o campo da contabilidade e auditoria, bem como a indisponibilidade de dados de anos anteriores para base de comparação. Por fim, este trabalho, alinhado com estudos internacionais, contribui com a literatura sobre auditoria contábil no campo brasileiro e pode oferecer base de *insights* para a melhoria da prática do relatório produzido pelos auditores.

Palavras-Chave: Fatores; Diferenças de Expectativas em Auditoria; Relatório dos auditores.

ABSTRACT

This study sought to verify which variables interfere with the expectations of accounting users in relation to the duties of external auditors in Brazil. In addition, the current situation of differences in expectations between auditors and non-auditors in relation to the duties of the external audit after reviewing the international auditing standards that culminated in the application of the New Report of the Auditors in Brazil in the year of 2017. Questionnaires applied in two national congresses and made available electronically resulted in 185 valid answers for analysis. Mann-Whitney tests revealed that recent changes in the auditors' report were not able to remove the differences in audit expectations in the Brazilian context, given the persistence of lower auditor expectation compared to other non-auditors. In addition, results from the regression model indicated that, in general, the users' expectation of accounting in relation to the auditors' duties can be explained mainly by the lack in the report of the auditors of information related to the audited entity and the audit process. By including in the auditors' report information on the audited entity and on the audit process that are not yet included in the current model, such as greater detail on audited company controls that reduce the risk of fraud, aggressiveness of accounting policies for the use of management results, materiality used in the work of the auditor and significant changes in the audit work in relation to the previous year, interferences in users' expectations may occur. The study's limitations were the composition of the sample, which was predominantly given by respondents trained in Accounting Sciences, and may lead to bias in results due to greater familiarity with the accounting and auditing field, as well as the unavailability of data from previous years for comparison. Finally, this work, in line with international studies, contributes with the literature on accounting auditing in the Brazilian field and can provide insights for improving the practice of the report produced by the auditors.

KeyWords: Factors; Audit Expectations Gap; Report of the auditors.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Contextualização e Problema de Pesquisa.....	14
1.2. Objetivos.....	17
1.2.1. Objetivo Geral.....	17
1.2.2. Objetivos específicos.....	18
1.3. Justificativa.....	18
1.4. Estrutura do Trabalho.....	19
2 PLATAFORMA TEÓRICA.....	20
2.1. Diferenças de Expectativas em Auditoria - DEA.....	20
2.1.1. Características.....	20
2.1.2. Alternativas para minimização da DEA.....	25
2.2. Relatório do Auditor.....	27
2.2.1. Potenciais mudanças no relatório de auditoria em estudo.....	27
2.2.2. Mudanças já ocorridas no relatório do auditor.....	33
2.3. Trabalhos Empíricos.....	41
3 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	46
3.1. Definição das características da pesquisa.....	46
3.2. População e Amostra.....	47
3.3. Escalas propostas e validação.....	48
3.4. Hipóteses Estatísticas.....	51
3.5. Técnicas Estatísticas.....	54
3.5.1. Teste de Média.....	54
3.5.2. Análise Fatorial.....	55
3.5.3. Análise de Regressão.....	56
4 ANALISE DOS RESULTADOS.....	60
4.1. Perfil dos Respondentes.....	60
4.2. Percepção acerca da inclusão de informações no relatório e sobre deveres do auditor.....	63
4.3. Análise Fatorial.....	65
4.4. Análise de Regressão.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 2 – Componentes estruturais do DEA.....	23
Figura 3 – Sugestões para mudanças do Relatório do Auditor.....	30
Figura 4 – Países que adotaram ou comprometeram a adotar as ISAs clarificadas	35
Figura 5 – Países que adotaram ou se comprometeram a adotar as ISAs Clarificadas	36
Figura 6 – Países que submeteram comentários e sugestões para opções de mudança.....	37
Figura 7 – Normas propostas e aprimoramentos	38
Figura 8 – Correlação entre normas Nacionais e Internacionais	40
Figura 9 – Estudos anteriores sobre a relação do relatório do auditor e as DEA"	45
Figura 10 – Expectativas em relação aos deveres dos auditores	49
Figura 11 – Expectativas em relação a inclusão de informações no relatório dos auditores ...	51
Figura 12 – Autovalores dos fatores referente às informações específicas sobre a entidade auditada.....	67
Figura 13 – Autovalores dos fatores referentes às informações específicas sobre os processos de auditoria	68
Figura 14 – Autovalores dos fatores referentes às mudanças no formato e escrita do relatório dos auditores	69
Figura 15 – Gráfico da distribuição do índice de expectativa	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos Respondentes.....	61
Tabela 2 – Envolvimento dos respondentes com auditoria e relatório dos auditores	63
Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis do modelo.....	64
Tabela 4 – Correlação entre as variáveis sobre a inclusão de novas informações no relatório dos auditores	66
Tabela 5 – Fator de informações específicas sobre a entidade auditada (<i>Fator_InfoEntidade</i>)	68
Tabela 6 – Fator de informações sobre os processos de auditoria (<i>Fator_InfoProcessos</i>)	69
Tabela 7 – Fator de Mudanças no formato ou escrita (<i>Fator_Formato</i>).....	70
Tabela 8 – Correlação entre o IE, Idade e Tempo de Experiência	71
Tabela 9 – Índice de expectativa segregado entre auditores e demais usuários	71
Tabela 10 – Índice de Expectativa com base no nível de utilização do Relatório de Auditoria	72
Tabela 11 – Teste de Normalidade	73
Tabela 12 – Resultado do teste de Mann-Whitney para diferenças de expectativas em auditoria.....	73
Tabela 13 – Diferença de média por tipo de uso do relatório	74
Tabela 14 – Diferença de média por gênero.....	75
Tabela 15 – Expectativa média em relação às possíveis alterações no relatório do auditor	75
Tabela 16 – Diferença de média para inclusão de informações específicas sobre a entidade auditada no relatório dos auditores	76
Tabela 17 – Diferença de média para inclusão de informações sobre o processo de auditoria	77
Tabela 18 – Diferença de média para inclusão de mudanças no formato e escrita do relatório	78
Tabela 19 – Regressão contendo apenas variáveis de controle	79
Tabela 20 – Resultado do teste de regressão	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCA: *Association of Chartered Certified Accountants*
AEG: *Audit Expectation Gap*
AICPA: *American Institute of Certified Public Accountants*
AQF: *Audit Quality Forum*
ASCPA: *Australian Society of Certified Practising Accountants*
CAI: *Chartered Accountants in Ireland*
CFA: *Chartered Financial Analyst*
CFC: Conselho Federal de Contabilidade
CFO: *Chief Financial Officer*
CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CICA: *Chartered Professional Accountants of Canada*
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
DEA: Diferenças de Expectativas em Auditoria
DOU: Diário Oficial da União
IE: Índice de Expectativa em relação aos deveres dos auditores
IFAC: *International Federation of Accountants*
ISA: *International Standards on Auditing*
IAASB: *International Auditing and Assurance Standards Board*
ICAEW: *Institute of Chartered Accountants in England and Wales*
KAM: *Key AuditMatters*
KMO: *Kaiser-Meyer-Olkin*
LM: Multiplicador de Lagrange
MMQ: Método dos Mínimos Quadrados
MQO: Quadrados Mínimos Ordinários
PAA: Principais Assuntos de Auditoria
VIF: *Variance Inflation Fator*

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o contexto das *Audit Expectations Gaps* traduzidas como Diferenças de Expectativas em Auditoria (DEA) e sua relação com o relatório dos auditores, oferecendo um suporte conceitual para a questão de pesquisa, os objetivos e a justificativa da dissertação.

1.1.Contextualização e Problema de Pesquisa

A auditoria independente é uma função crucial para atestar a confiabilidade das informações financeiras das entidades (Mafra, Cavalcanti & Penha, 2017). No advento da profissão, auditores eram contratados para examinar todas as transações das companhias e opinar com precisão sobre a existência ou não de fraudes (Boyd, Boyd & Boyd, 2001). Com o crescimento das empresas e surgimento de operações cada vez mais complexas, como transações envolvendo *leasing* e derivativos, os exames dos auditores passaram a ser realizados por amostragens e opiniões emitidas com objetivo de assegurar a razoabilidade das demonstrações financeiras, de acordo com seus aspectos relevantes (Fonseca, Nunes & Santana, 2016).

Apesar da adaptação do papel do auditor ao novo contexto globalizado, ainda persistem litígios entre sociedade e auditores, amplificados diante dos recentes escândalos financeiros (*e.g.* Lehman Brothers, 2008; MF Global, 2011; Petrobrás, 2014), os quais evidenciam que os usuários das demonstrações contábeis podem esperar resultados diferentes dos trabalhos dos auditores em comparação ao que estes realizam (Almeida, 2004). Nos casos relacionados, a auditoria não foi capaz de evitar a ocorrência das fraudes nas demonstrações contábeis. Estes descompassos destacaram as discussões acerca da integridade das atividades do auditor independente e da eficácia do relatório de auditoria (Mock, Bédard, Coram, Davis, Espahbodi & Warn, 2012).

O nível de exigência dos usuários da contabilidade em relação aos deveres dos auditores pode ser mensurado por meio do Índice de Expectativas (IE) (Hassink, Bollen, Meuwissen & Vries, 2009; Litjens, Buuren & Vergoossen, 2015). Dado os diferentes interesses dos *stakeholders*¹ (governo, fornecedores, auditores, analistas e entre outros), variados níveis de expectativas podem ser percebidos. Um exemplo é a possibilidade dos investidores, na tentativa de evitar riscos, acreditarem que o auditor tenha o dever de

¹*Stakeholders* significa público estratégico e descreve uma pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles.

assegurar a inexistência de possíveis fraudes, enquanto os auditores, ao seguirem normas técnicas, considerarem que não tem o dever de prevenir ou detectar fraudes, sendo sua responsabilidade apenas planejar seu trabalho avaliando o risco de fraude, de forma a ter grande probabilidade de detectar aquelas que impliquem distorções relevantes nas demonstrações contábeis.

Divergências nas expectativas em relação aos deveres dos auditores, entre auditores e não-auditores (demais usuários das demonstrações contábeis), caracterizam a denominada *Audit Expectation Gap* (AEG), traduzidas como Diferenças de Expectativas em Auditoria (DEA). As DEA estabelecem um ponto relevante a ser explorado, pois não impactam apenas os profissionais de auditoria, mas também podem causar prejuízos na credibilidade da profissão contábil (Sterzeck, 2017). Sua composição pode ser desmembrada pelas seguintes parcelas:

- Diferença de Razoabilidade - descompasso entre as responsabilidades que a sociedade espera dos auditores e o que é razoável esperar pelos seus trabalhos;
- Padrões Deficientes - diferença entre as responsabilidades esperadas pela sociedade e as responsabilidades determinadas pelas normas;
- Desempenho Deficiente - diferença entre o desempenho que o auditor deveria atender de acordo com as normas e o desempenho percebido pela sociedade (Porter, 1993).

No conjunto das diferenças de expectativas em auditoria, existem também lacunas de informação e comunicação entre os auditores e não-auditores (demais usuários do relatório) (Turner, Mock, Coram & Gray, 2010; IAASB, 2011; Mock, Bédard, Coram, Davis, Espahbodi & Warne, 2012; Litjens, Buuren & Vergoossen, 2015). A lacuna de informação condiz à diferença entre o que os não-auditores desejam receber de informação e o que está disponível para eles através do relatório (IAASB, 2011), enquanto a lacuna de comunicação representa a diferença entre o que os não-auditores compreendem e o que é comunicado pelos auditores (Mock *et al.*, 2013).

No contexto nacional, observam-se os estudos de Almeida e Tabora (2004), Albuquerque, Dias Filho e Bruni (2010), Albuquerque (2009), Menezes e Costa (2012), Oliveira (2015) e Sterzeck (2017) que versam sobre o tema das DEA. Em perspectiva internacional, pesquisas sobre DEA foram desenvolvidas com diferentes enfoques, sendo: determinação das DEA (Humphrey, Moizer, & Turley, 1993; Porter, 1993; McEnroe & Martens, 2001); relação entre fraude e DEA (Salehi & Azary, 2007; Hassink, Bollen, Meuwissen, & Vries, 2009); e avaliação dos principais fatores capazes de minimizá-la (Lin &

Chen, 2004; Jedidi & Richard, 2009; Salehi, 2011; Gunathilaka, 2012; Gold, Gronewold & Pott, 2012; Agyei, Aye & Owusu-Yeboah, 2013; Litjens, Buuren & Vergoossen, 2015; Dilmaghaniy & Nazemi, 2016).

Dentre as estratégias indicadas para a redução das DEA, pesquisas apontam como principais alternativas a realização de investimento em educação dos não-audidores e modificações do relatório dos auditores (Chong & Pflugrath, 2008; Lennox, Schmidt & Thompson, 2016; Maseko, 2016). Cabe salientar, entretanto, que as alternativas para solucionar as possíveis razões das DEA são complementares. Por exemplo, no caso dos não-audidores estarem insuficientemente informados sobre o papel do auditor, pouco impacto pode ser esperado pela alteração das normas de auditoria, uma vez que estes não estão sujeitos às sanções dos órgãos reguladores. Possivelmente, o mais viável nesse caso seria a implantação de estratégias educativas pelos órgãos reguladores com o intuito de explicitar ao usuário da auditoria qual são os deveres dos auditores. Por outro lado, no contexto em que os não-audidores, em geral, tenham conhecimentos das normas e estejam cientes do rol de informações compreendidas no relatório de auditoria, mas ainda o considere insuficiente, cabe aos órgãos reguladores avaliar a possibilidade de alteração do relatório dos auditores e inclusão de novas informações.

Para aprimorar o relatório do auditor, constantemente, o IFAC (*International Federation of Accountants*) ou Federação Internacional de Contadores realiza estudos e consultas públicas no intuito de revisar e atualizar as ISAs (*International Standards on Auditing*) ou Normas Internacionais de Auditoria emitidas pelo IAASB (*International Auditing and Assurance Standards Board*). A última análise realizada pelo órgão (IFAC - IAASB), por exemplo, culminou na adoção, em 2016, do novo formato do relatório dos auditores, em decorrência da revisão das ISAs 260, 570, 700, 705, 706, 720 e elaboração da ISA 701, que tratam sobre a formação da opinião, emissão do relatório, modificações na opinião, parágrafos de ênfase, parágrafos de outros assuntos e comunicação dos principais assuntos de auditoria.

Embora ocorrida estas recentes modificações no relatório do auditor, o atual modelo não esgota a possibilidade de futuras alterações e melhorias. O relatório ainda deve ser discutido e explorado com objetivo de atender as necessidades informacionais de seus usuários (Sterzeck, 2017). Inserir novas informações sobre a empresa auditada e sobre o trabalho dos auditores no relatório podem auxiliá-los no momento da tomada de decisões (Turner, Mock, Coram & Gray, 2010), como exemplo a possibilidade dos credores, antes de

concederem empréstimos, terem maiores informações sobre os riscos de inadimplência da empresa auditada.

Informações sobre a entidade e sobre o processo de auditoria representam possíveis fatores adicionais que podem ser fornecidos pelo auditor no seu relatório para reduzir a lacuna de informação (Church *et al.*, 2008; Turner *et al.*, 2010; Litjens *et al.*, 2015). Fator de informações da entidade incluem informações relacionadas à preparação das demonstrações financeiras, métodos e julgamentos feitos na avaliação de ativos e passivos e entre outras informações. Fator de informações sobre o processo de auditoria incluem aspectos como materialidade, riscos de auditoria, informações sobre os sócios entre outros (Mock *et al.*, 2013).

Incluir informações no relatório do auditor, modificar sua estrutura, formato e redação representam estratégias empregadas na tentativa de facilitar e aproximar a compreensão dos diferentes tipos de usuários sobre os deveres da auditoria externa legalmente estabelecidos. Levando-se em consideração que relatórios financeiros visam mitigar a assimetria de informação que persiste entre gestores e investidores externos à firma (Takamatsu & Fávero, 2017), quando estes são publicados em conjunto com relatórios de auditoria aprimorados, um avanço pode ocorrer em relação à melhoria da confiança do investidor.

Pesquisas que abordam as modificações no relatório dos auditores (Lin & Chen, 2004. Gold, Gronewold & Pott, 2012; Maseko, 2016) como meio de redução das DEA concentram-se principalmente em avaliar fenômenos *ex post facto* e não se debruçam em verificar as influências da percepção de possíveis futuras alterações. Destacada a relevância do tema e sua incipiência no contexto nacional, o estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: ***Quais fatores interferem no índice de expectativa dos stakeholders em relação os deveres dos auditores externos?***

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O estudo tem como objetivo geral analisar quais fatores impactam o Índice de Expectativa dos Auditores e Não-Auditores em relação aos deveres da auditoria externa no contexto brasileiro.

1.2.2 Objetivos específicos

- Estimar e comparar o Índice de Expectativa dos auditores e não-auditores em relação aos deveres da auditoria externa no contexto brasileiro;
- Examinar as características do relatório dos auditores no Brasil após a adoção da revisão das normas internacionais de auditoria ISAs 260, 570, 700, 701, 705, 706 e 720;
- Analisar a atribuição de importância dada pelos auditores e não-auditores para futuras modificações no relatório de auditoria, em decorrência da inclusão de informações relacionados à entidade, processo de auditoria ou pela alteração na estrutura e formato;
- Verificar quais fatores relacionados a possíveis futuras alterações no relatório dos auditores impactam o Índice de Expectativa dos auditores e não-auditores em relação aos deveres da auditoria externa contexto brasileiro;

1.3 Justificativa

A possível existência de uma discrepância entre as expectativas dos auditores e não-auditores em relação aos deveres da auditoria externa é o fato motivador para a realização desta pesquisa. A presença destas diferenças alimenta o ambiente de críticas e litígios contra a integridade dos auditores, podendo causar o rompimento de confiança entre estes e os demais usuários das demonstrações financeiras (Almeida, 2004). Caso as diferenças de expectativas entre auditores e não-auditores forem acentuadas, a confiança no relatório de auditoria poderá ser reduzida, o que, conseqüentemente, pode dificultar o processo de tomada de decisões dos investidores e demais *stakeholders* (Asare & Wright, 2012). A investigação do tema é relevante não apenas para auditores, órgãos governamentais e demais usuários da contabilidade, como também para toda sociedade em geral.

Por parte dos auditores, a investigação das DEA é relevante pois impacta a segurança jurídica desses profissionais e também evidencia uma discussão sobre seu papel perante os usuários do relatório do auditor e seu papel na sociedade (Sterzeck, 2017). Para os órgãos reguladores, a pesquisa na área constitui-se de uma contribuição teórica, podendo ser utilizada para embasamento de futuros estudos e para formulação e implementação de normas e medidas preventivas. Aos não-auditores (demais usuários) e sociedade em geral, a exploração do tema contribui para o melhor entendimento dos deveres dos auditores e os limites do relatório da auditoria, podendo assim trazer mais segurança na avaliação econômico-

financeira das instituições, detectando riscos relacionados e, inclusive, auxiliando na escolha de possíveis investimentos futuros.

Destaca-se que a auditoria, em geral, trata-se de uma atividade que absorve um elevado número de profissionais contábeis e ainda conta com lacunas de pesquisas acadêmicas (Sterzeck, 2017). No Brasil, os estudos de Almeida (2004); Almeida e Taborda (2004); Albuquerque (2009); Albuquerque, Dias Filho e Bruni (2010); Menezes e Costa (2012) e Oliveira (2015) trouxeram importantes contribuições em relação à existência das DEA. Entretanto, além destas pesquisas utilizarem amostras de regiões específicas do Brasil, elas não abordaram o tema sob o enfoque quantitativo de verificar como possíveis modificações no relatório do auditor interferem no índice expectativa dos auditores e não-auditores em relação aos deveres da auditoria externa.

Adicionalmente, ao identificar as possíveis diferenças de expectativas e a sua relação com informações relacionadas ao relatório do auditor, propostas de soluções razoáveis que busquem reduzir essas diferenças podem ser consideradas (Albuquerque, 2009). Esta dissertação, neste sentido, busca contribuir na identificação das principais informações que os usuários das demonstrações contábeis esperam da auditoria e que ainda não são fornecidos pela mesma por meio do seu relatório. Ao auxiliar na compreensão das consequências da ausência de tais informações sobre a percepção dos *stakeholders* em relação ao trabalho da auditoria realizado, busca-se oferecer *insights* para a melhoria da prática do relatório produzido pela área.

Por fim, a abordagem sobre os fatores relacionados às diferenças de expectativas na auditoria demonstrará, levando-se em consideração a amostra analisada, o conjunto de informações que podem ser úteis para a redução das diferenças, bem como, buscará contribuir para futuros estudos e futuras revisões das normas de auditoria.

1.4 Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em 5 seções: a primeira apresenta a contextualização da pesquisa, problema, objetivo geral, objetivos específicos e justificativa; a segunda contém a plataforma teórica com as subseções: diferenças de expectativas em auditoria e a mudanças no relatório dos auditores; a terceira apresenta a metodologia utilizada, abordando o tipo de pesquisa, a seleção da amostra, os procedimentos de coleta e tratamento de dados, modelos utilizados e as hipóteses metodológicas; na quarta seção os resultados são apresentados e discutidos; a quinta e última seção contém as conclusões sobre o estudo.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

Este capítulo apresenta o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento desta pesquisa. Inicialmente, as características das Diferenças de Expectativas em Auditoria são apresentadas seguidas pelas principais estratégias analisadas para sua minimização. Posteriormente, apresenta-se o histórico das modificações do relatório dos auditores e as potenciais alterações que podem ocorrer decorrentes da inclusão de informações sobre a entidade, processo de auditoria e alterações no formato e escrita. Por fim, trabalhos empíricos já realizados são demonstrados com seus respectivos achados.

2.1 Diferenças de Expectativas em Auditoria - DEA

2.1.1 Características

Antes de tratar acerca das Diferenças de Expectativas em Auditoria (DEA) cabe salientar que o termo *Expectation Gap* é utilizado não apenas na literatura contábil, mas também em outros campos de estudos (Okafor & Otor, 2013). Por exemplo, uma das suas aplicações é a de descrever as diferenças de expectativas das agências de publicidade e seus clientes em relação aos valores de suas campanhas (Murphy & Maynard, 1996). No entanto, destaca-se que este capítulo se limita a trabalhar a *expectation gap* no campo relacionado à auditoria contábil.

As diferenças de expectativas destacam-se como um dos principais assuntos para pesquisadores de auditoria, já que seu debate pode resultar em redução ou aumento de credibilidade e confiança por parte dos usuários (Dutra, 2011). Entretanto, historicamente, os debates sobre DEA ganharam maior notoriedade após os escândalos ocorridos no mercado de ações, como a crise de 1929 e problemas com bancos hipotecários nos EUA em 1987 (Litjens *et al.*, 2015). Porter (1993) explica que, após os sucessivos escândalos envolvendo fraudes nas demonstrações contábeis, a credibilidade dos auditores passou a ser questionada em vários países do mundo, levando a críticas à sua atuação e processos litigiosos.

Estudos sobre o tema da DEA despertaram interesse não apenas dos acadêmicos como também dos principais organismos da profissão contábil no mundo, como *American Institute of Certified Public Accountants* - AICPA (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados), *Institute of Chartered Accountants in England and Wales* - ICAEW (Instituto de Contadores Públicos na Inglaterra e no País de Gales), *Chartered Accountants in Ireland* - CAI (Instituto de Contadores Públicos na Irlanda), *Chartered Professional Accountants of Canada* - CICA (Contabilistas autorizados do Canadá), *Australian Society of Certified*

Practising Accountants - ASCPA (Sociedade Australiana de Contadores Certificados) e entre outros.

Autores internacionais definem o termo *Audit Expectation Gap* como a diferença nas expectativas entre os auditores e a sociedade sobre os deveres e responsabilidades assumidas pelos auditores e o seu relatório de auditoria (Monroe & Woodliff, 1994; Guy & Sullivan, 1988; Harris & Marxen, 1997; Wolf, Tackett & Claypool, 1999). Boyd *et al.* (2001) propõem que as Diferenças de Expectativa em Auditoria (DEA) seja denominada como *audit expectation performance gap*, que é definida como a diferença do desempenho dos auditores esperado e percebido pela sociedade. Anderson, Lowe & Reckers (1993) contribuem apontando que as diferenças de expectativas são as raízes de problemas legais da profissão.

Historicamente, o precursor das discussões sobre DEA foi Liggio (1974), considerado o pioneiro na utilização do termo (*Expectation Gap*) na literatura de auditoria. Seu trabalho, posteriormente, foi estendido e as definições e conceitos das DEA ampliadas (Maseko, 2016; Enes *et al.*, 2016; Litjens *et al.*, 2015; Ogbonna & Appah, 2014; Saladrígues & Grañó, 2014; Fadzly & Ahmad, 2004).

Segundo Almeida (2004), em 1978, em resposta ao contexto caracterizado pela insatisfação dos usuários em relação aos trabalhos dos auditores instaurou-se na cidade de Nova York, por intermédio da AICPA (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados), a primeira comissão sobre as responsabilidades dos auditores, denominada *The Cohen Commission*, que buscou investigar a fundo a existência das diferenças de expectativas entre o que a sociedade espera ou necessita do trabalho do auditor independente e as atribuições consideradas razoáveis e necessárias a esta profissão. Esta comissão foi encarregada de elaborar conclusões e recomendações sobre as responsabilidades dos auditores independentes e explorar como as diferenças de expectativas poderiam ser minimizadas, dado que o insucesso no estreitamento da DEA poderia resultar em um aumento dos processos e críticas contra os auditores (Liggio, 1974).

Constatou-se àquela época que a principal causa (responsabilidade) da existência do *gap* de expectativas na auditoria era de responsabilidade do próprio auditor, que não estava conseguindo acompanhar a evolução dos negócios e treinar adequadamente as equipes para os trabalhos (Oliveira, 2015). Após a *Cohen Commission* (1978), outras comissões e comitês foram estabelecidos (*Metacalf Commission* em 1975, *Moss Commission* em 1976, *Adams Committee* em 1978, *Treadway* em 1985) para debater e analisar as responsabilidades dos

auditores e estabelecer possíveis recomendações para a redução das diferenças de expectativas.

Em 1986, o ICAEW (*Institute of Chartered Accountants of England and Wales*) divulgou o relatório que destacou a relevante diferença existente entre o que os usuários esperavam ser o papel do auditor e o que os auditores acreditavam ser de sua responsabilidade (em relação à detecção de fraudes, falência de empresas e comunicação aos órgãos reguladores). Moraes (2012) explica que o ICAEW enfatizou formas de reduzir as diferenças de expectativas em auditoria, incluindo educação aos usuários e sugestões de mudanças no relatório de auditoria. Humphrey, Moizer and Turley (1992) listam os principais aspectos que podem contribuir para as diferenças de expectativas, sendo: a própria natureza dos trabalhos da auditoria; a ignorância e expectativas pouco razoáveis da sociedade; e as crises das empresas, que dão origem a novas expectativas.

Não há, na literatura, um consenso sobre as causas das DEA. Porter (1993), entretanto, apresenta duas visões sobre a fonte do problema das diferenças de expectativas. A primeira visão atribui a manutenção das DEA à ignorância da sociedade a respeito da natureza dos trabalhos da auditoria. Este ponto de vista tem sido utilizado pelos profissionais de auditoria para contrariar às críticas no seu desempenho (Manson & Zamon, 2001). Conseqüentemente, as estratégias adotadas pelos profissionais de auditoria ao longo dos anos para superar as DEA têm sido orientadas no sentido de educar os usuários das demonstrações contábeis e aumentar a consciência da sociedade sobre o significado de uma auditoria (Maseko, 2016). Esses esforços incluem a publicação de normas de auditoria e distribuição de panfletos educacionais (Epstein & Geiger, 1994). Cabe destacar que, de acordo com Humphrey *et al.* (1992), essas atitudes revelam a estratégia defensiva dos profissionais de auditoria à medida que os trabalhos educacionais são realizados na tentativa de isentar os auditores da responsabilidade da persistência das DEA. Ou seja, sob esta ótica, os auditores atribuem maior peso à falta de conhecimento por parte dos usuários sobre os trabalhos dos auditores, logo, a responsabilidade em relação eficiência dos próprios auditores e de suas normas são minimizados.

A segunda visão de Porter (1993) surge da crítica dos mecanismos defensivos da profissão de auditoria. Uma dessas críticas é que os esforços educacionais só servem para criar uma falsa impressão na sociedade de que medidas estão sendo (ou tem sido) tomadas para corrigir as lacunas de expectativas em auditoria (Sweeney, 1997). Para entender a construção da DEA, deve-se levar em consideração os elementos envolvidos neste contexto,

que são as expectativas, percepções e direitos da sociedade em relação aos trabalhos dos auditores; as expectativas, percepções e deveres dos auditores; e as normas e leis relacionadas à atividade de auditoria (Almeida, 2004).

Porter (1993) segregou as DEA em dois componentes estruturais, sendo: diferenças de razoabilidade e diferença de desempenho. De acordo com a autora, a diferença de razoabilidade corresponde ao *gap* entre as responsabilidades que a sociedade espera dos auditores e o que é razoável de se esperar pelos seus trabalhos. A Diferença de Desempenho, que é subdividida em Padrões Deficientes e Desempenho Deficiente, é caracterizada como a lacuna entre a responsabilidade que a sociedade espera dos auditores e a respectiva percepção da sociedade. Os Padrões Deficientes representam o *gap* entre as responsabilidades esperadas pelos usuários e as responsabilidades determinadas por normas e leis. E o Desempenho Deficiente equivale à diferença entre o desempenho que o auditor deveria atender de acordo com as normas e leis *versus* o desempenho percebido pela sociedade. Ilustrativamente, os componentes podem ser representados da seguinte forma:

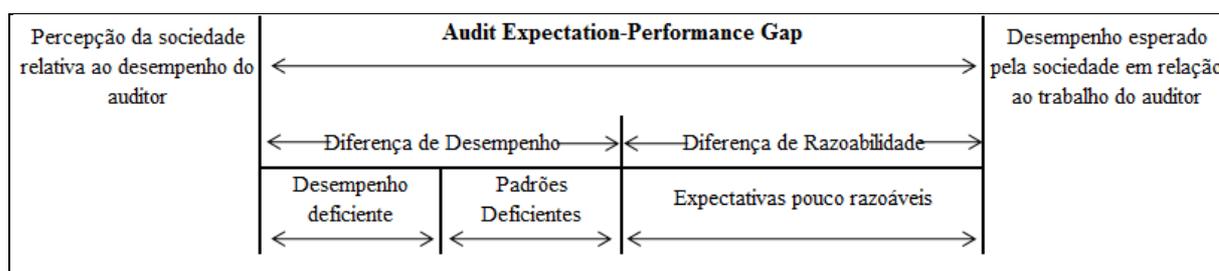


Figura 1 – Componentes estruturais do DEA

Fonte: Adaptado de Almeida, 2004

Conforme demonstrado por Almeida (2004), a partir dessa estrutura das diferenças de expectativas, destaca-se que a fronteira entre a diferença de razoabilidade e diferença de desempenho é constituída pelos deveres que podemos razoavelmente esperar dos auditores. Almeida (2004) retrata os componentes esclarecendo que a diferença de razoabilidade ocorre devido os usuários esperarem mais que a auditoria pode oferecer, por exemplo no caso em que o público espera que o auditor detecte integralmente as fraudes, independentemente de sua materialidade e relevância. Para as normas inadequadas, Almeida (2004) explica que é o caso de o usuário esperar que o auditor informe desvios de fundos às entidades reguladora enquanto as leis ou regulamentos não o exigam. O desempenho inadequado, por sua vez, seria o fato do auditor não mencionar dúvidas que existam sobre a continuidade da empresa, procedimento este estabelecido pelas normas.

Füredi-Fülöp (2015), em estudo realizado na Hungria, constatou que as DEA decorrem da combinação do desempenho deficiente dos auditores, deficiências nos padrões de auditoria, expectativas desproporcionais e interpretações erradas das funções de auditoria. Veiga (2016) aponta que as normas inadequadas se referem à forma como as normas e regulamentos profissionais condicionam a função da auditoria e o seu papel, enquanto o desempenho inadequado está relacionado com a falta de zelo profissional e competência técnica exigível do auditor. Para efeito de análise, Porter (1993) levantou em sua pesquisa a representatividade de cada componente na construção das DEA, detectando, naquela oportunidade, que: 16% referiam ao desempenho inadequado; 34% eram dadas pelas diferenças de razoabilidade e 50% dado pelas normas inadequadas.

Porter and Gowthorpe (2004) replicaram o estudo de Porter (1993) com o objetivo de avaliar a composição das DEA no Reino Unido em comparação com a Nova Zelândia. O estudo constatou que, diferentemente da Nova Zelândia, o Reino Unido apresentou uma maior proporção nas diferenças de razoabilidade (50%). Estudos realizados na última década têm apontado para esta mudança, no qual o componente de maior representatividade na composição das DEA é dado pelas expectativas pouco razoáveis dos usuários (Almeida & Colomina, 2008; Salehi, Mansoury & Azary, 2009; Gold, Gronewold & Pott, 2012; Kamau, 2013).

A composição das DEA em componentes estruturais facilitou a identificação e diferenciação das principais causas das diferenças de expectativas. Nesse sentido, delimitar e pormenorizar as possíveis causas inerentes a cada tipo de diferença colabora com a busca por estratégias eficazes para a redução das DEA. Dutra (2011) explica que a divisão em componentes facilita a obtenção de informações sobre cada item e colabora para concentração de esforços na tentativa de reduzir os *gaps* existentes.

Gray, Turner, Coram and Mock (2011) ampliaram os trabalhos sobre as razões determinantes para o desempenho inadequado, normas inadequadas e expectativas pouco razoáveis. Neste contexto, os autores relacionam a falta de competência com a falta de conhecimento e de experiência, seja devido a ignorância dos auditores em relação às suas atribuições ou então devido à complexidade dos negócios. Quanto à independência do auditor, os autores destacam a importância do acesso a todas as informações e a necessidade de que não sejam realizadas modificações dos relatórios devido pressões de diretores das empresas auditadas. A independência da profissão é relacionada à ausência (ou presença tardia) de normas com maior rigor aos profissionais e à concentração das empresas de auditoria. A

clarificação do papel do auditor retrata que se as atribuições do auditor forem esclarecidas, logo as expectativas dos usuários tendem a se tornar razoáveis.

Definido os componentes estruturais e demais características da DEA, alternativas para minimização desta lacuna são estudadas e avaliadas pelos auditores e órgãos reguladores. Para melhor entendimento, no próximo tópico serão abordadas as principais formas encontradas na literatura para estreitamento das diferenças de expectativas entre os auditores e não-auditores (demais usuários da contabilidade).

2.1.2 Alternativas para minimização da DEA

Nos últimos anos, estudos buscaram identificar e avaliar a dificuldade na redução ou eliminação das diferenças de expectativas em auditoria (Enes, Almeida, Silva, Carvalho & Simões, 2016; Salehi, 2016; Lennox, Schmidt & Thompson, 2016; Ogbonna & Appah, 2014; Saladríguez & Grañó, 2014; Okafor & Otalor, 2013; Kamau, 2013; Adeyemi & Uadiale, 2011). Sikka *et al.* (1998) destacam que os componentes das DEA têm sido explorados com o objetivo de se buscar soluções individuais que possibilitem a melhoria na efetividade da auditoria independente.

De acordo com Almeida (2004), os pilares para a minimização das DEA estão relacionados ao processo de melhoria dos trabalhos por parte dos auditores e a educação dos usuários. Este autor destaca que as normas inadequadas devem ser reformuladas com base no que é razoável da sociedade esperar dos trabalhos do auditor, ou seja, se for o caso, deve-se até estender as atribuições (deveres) do auditor. Também é sugerido a formação contínua do profissional em conjunto com medidas disciplinares rígidas para a minimização das diferenças de desempenho inadequado. Por fim, a educação e esclarecimento da sociedade a respeito dos trabalhos dos auditores é destacado como um caminho para reduzir as diferenças de expectativas pouco razoáveis.

Lee *et al.* (2009), por sua vez, propuseram formas para reduzir as diferenças de expectativas existentes na Malásia, direcionando cada sugestão a um tipo de grupo específico (usuários, auditores, auditados e acionistas). Em seu estudo, o autor segregou as sugestões de acordo com os seguintes objetivos: melhorar o conhecimento e a compreensão da prática de auditoria entre os auditores, os acionistas e os usuários; melhorar o desempenho real dos auditores; e sugestões para soluções referentes a problemas de legislação deficiente.

No tocante a melhoria do conhecimento e compreensão da prática de auditoria, o autor destaca as seguintes recomendações:

- Aos usuários de forma geral:
 - ✓ Realizar seminários gratuitos a serem organizados pelos reguladores da profissão contábil, nos quais esclareçam o papel dos auditores e a função da auditoria;
 - ✓ Efetuar maior publicidade em meios de comunicação de massa;
 - ✓ Separar uma coluna semanal nos jornais para explicar os objetivos, natureza e limitações da auditoria.
- Especificadamente aos auditores e empresas auditadas:
 - ✓ Elaborar uma carta de compromisso adequada, que formaliza o contrato entre os auditores e o cliente, e descreva de forma clara as responsabilidades de ambas as partes.
- Especificadamente aos acionistas:
 - ✓ Fornecer maiores explicações durante a Assembleia Geral Ordinária sobre qual é o objetivo da auditoria e o que razoavelmente pode-se esperar dos auditores.

Quanto as formas de promover a melhora do desempenho real dos auditores, Lee *et al.* (2009) sugeriram: implementar um programa de avaliação de pré-admissão; fornecimento de programas de desenvolvimento profissional gratuito; e a criação de uma agência governamental independente para supervisionar a implementação das normas e regulamentos aplicáveis à auditoria. Wolf *et al.* (1999) destacam que a criação de agência independente governamental auxilia o desempenho real dos auditores à medida que: reduz as possíveis pressões, ameaças ou assédios dos clientes sobre os auditores em caso de desacordo sobre os relatórios de auditoria; acompanha a qualidade dos serviços de auditoria externa prestado pelas empresas de auditoria e reduz a pressão política.

Como soluções aos problemas de legislação deficiente, Lee *et al.* (2009) sugerem a elaboração de pesquisas em base regular para definir o que usuários esperam em relação aos deveres dos auditores, a partir disso, órgãos reguladores definem uma base para revisar as normas existentes de forma a assegurar a proximidade da legislação às expectativas da sociedade. Os autores também destacam a importância de constante revisão das normas de auditoria e contabilidade por parte dos órgãos reguladores para garantir a pertinência, adequação e melhorar as práticas adotadas pelos profissionais contábeis. Emissão de normas locais complementares às normas internacionais de auditoria também são apontadas como

importante estratégia a ser adotada para resolver questões que são exclusivas do ambiente empresarial e financeiro local.

McEnroe and Martens (2001) sugeriram o uso do relatório de auditoria como uma ferramenta de instrução pública, argumentando ser inviável uso dos padrões da profissão para informar os usuários, uma vez que o público não estaria suficientemente exposto às normas de auditoria. Veiga (2016) sintetiza as potenciais soluções para a redução das DEA agrupando-as de acordo com as componentes estruturais. Para desempenho inadequado o autor destaca a reforma da formação dos auditores, melhoria nos métodos e procedimentos de auditoria; para normas inadequadas cita a expansão das responsabilidades do auditor e a expansão de sua independência; para a diferença de razoabilidade propõe a educação da sociedade perante a função e deveres do auditor e expansão do relatório de auditoria; e, para diferenças de interpretação cita a clarificação das normas e dos termos presentes no relatório de auditoria.

Assim, chama-se a atenção que dentre os principais meios para redução da DEA, está a expansão e melhoria do relatório do auditor. Destaca-se, entretanto, que a evolução da auditoria é constante e ocorre em resposta às demandas da sociedade. Em épocas de crises na confiabilidade das demonstrações contábeis advindas, em grande parte, de escândalos financeiros, que demonstraram falhas no processo de divulgação financeira das empresas, mudanças reativas são originadas no intuito de ampliar a segurança dos investidores.

Diferentes modificações no relatório dos auditores já foram realizadas no intuito de aprimorá-lo e contribuir para a redução das diferenças de expectativas em auditoria. Ademais, estudos e debates internacionais permanecem sendo realizados por órgãos reguladores no intuito de identificar a persistência de possíveis lacunas informacionais no relatório do auditor que agravam o desalinhamento entre as expectativas dos auditores e demais usuários. Para um melhor entendimento do contexto das alterações do relatório dos auditores, apresenta-se a seguir as potenciais mudanças internacionalmente em voga e as mudanças já ocorridas em decorrência da adoção de revisão das normas internacionais.

2.2 Relatório do Auditor

2.2.1 Potenciais mudanças no relatório de auditoria em estudo

Apenas informar no relatório do auditor se as demonstrações contábeis auditadas representam adequadamente o relatório financeiro aplicável não é parâmetro suficiente para transmitir a segurança necessária aos usuários da contabilidade na era pós Enron e pós crise de crédito (Litjens *et al.*, 2015). O relatório de auditoria representa um símbolo do trabalho do

auditor, porém, carece de informações para dar suporte aos usuários (Church, Davis & McCracken, 2008). Há longa data, discussões e debates são realizados devido preocupações dos usuários em relação a forma, conteúdo e valor comunicativo do relatório dos auditores (Mock *et al.*, 2013). Órgãos reguladores, agências governamentais, analistas de mercado e os próprios auditores ressaltam a importância de melhorias no relatório.

Gray *et al.* (2011) apontam as principais percepções dos *stakeholders* em relação à auditoria e relatório do auditor. Dentre as constatações, os autores elencam:

- *Stakeholders* valorizam a auditoria, mas não conseguem mensurar este valor;
- Geralmente, usuários não leem o relatório do auditor por considerá-lo excessivamente padronizado;
- A maior parte dos usuários buscam apenas avaliar se o relatório foi emitido sem ressalva e qual o nome da firma de auditoria que o assinou. Caso não seja uma firma *Big 4*, o usuário tende a pesquisar a reputação da firma responsável pela opinião;
- Um relatório de auditoria sem ressalva não assegura a qualidade da gestão da entidade;

Buscar formas para trazer mais utilidade ao relatório, substituindo valor simbólico por valor informativo, parece relevante à medida que pode auxiliar os usuários no momento da tomada de decisões (Litjens *et al.*, 2015). Uma questão importante que carece de estudos é a compreensão do que os usuários desejam de informação no relatório, ao invés de seguir apenas a visão do que os órgãos reguladores propõem de informação (Gray *et al.*, 2011).

Ao investigar as limitações do relatório de auditoria, observa-se que a comunicação entre auditor e *stakeholders* não é tão clara, adicionalmente, os usuários encontram dificuldades para entender quesitos como materialidade, amostragem e outros postos-chaves do trabalho da auditoria (Gray *et al.*, 2011). Gray *et al.* (2011) também destacam que:

- Os usuários em geral parecem saber que os auditores não fornecem garantia absoluta;
- Conceitos de nível de materialidade e segurança são confusos para os *stakeholders*, inclusive para os próprios auditores;
- Usuários acreditam que o conceito de nível de segurança é igual ao conceito de nível de materialidade;

- Caso o relatório não mencione questões como fraude e erros, os usuários acreditam que o auditor realizou testes neste quesito e não constatou problemas;

A dificuldade de entendimento por parte dos usuários em relação ao nível de garantia assegurado através do relatório do auditor se justifica pelo fato das normas não quantificar ou operacionalizar o parâmetro da garantia/segurança (Gray *et al.*, 2011). Parece evidente a necessidade dos usuários por informações adicionais no relatório dos auditores (Mock *et al.*, 2013). Essas informações incluem elementos como independência do auditor, processo de auditoria, materialidade, nível de garantia que o auditor está fornecendo e informações sobre a entidade, tais como as políticas contábeis adotadas e informações relacionadas aos riscos (Gray *et al.*, 2011).

A expansão do relatório, por meio da inclusão de novas informações e/ou alterações no formato e escrita, reflete uma das estratégias utilizadas na tentativa de redução das diferenças de expectativas (Church *et al.*, 2008). A adição de informações pode aumentar a utilidade dos relatórios financeiros para tomada de decisões e fornecer uma melhor visão aos usuários sobre a viabilidade da entidade (Litjens *et al.*, 2015). Cabe destacar, por outro lado, que as adições de informações também podem diminuir a qualidade do relatório se estas o tornarem ainda mais padronizado (Church *et al.*, 2008).

A *Audit Quality Forum* (AQF), conferência realizada por iniciativa do governo do Reino Unido, publicou, em 2007, um levantamento de possíveis pontos de melhoria no relatório do auditor, os quais se destacam:

- Inserir maiores informações sobre os pontos cruciais do trabalho, incertezas e riscos futuros;
- Abarcar discussões sobre problemas materiais detectados durante a auditoria e sua respectiva resolução;
- Relatórios mais detalhados de acordo com a características específicas da empresa, ao invés de relatório padronizados.
- Maiores informações sobre áreas das demonstrações financeiras que contém elevado julgamento profissional;

Adicionalmente, sugestões para melhoria do relatório do auditor também foram expostas nos trabalhos de Gray *et al.* (2011), que contaram com a participação de 53 *stakeholders* (15 CFOs (*Chief Financial Officer*), 9 bancários, 8 analistas, 7 investidores não profissionais e 14 sócios e gerentes de auditoria). Resumidas conforme Figura 2:

Recomendação	Fundamentos e Benefícios	Riscos e Preocupações
- Incluir a assinatura do sócio técnico responsável no relatório do auditor, além da assinatura da empresa.	- Melhoraria a qualidade da auditoria pois o sócio que assina assumiria a responsabilidade explícita pelo relatório; - Já praticado e exigido em alguns países (ex: Alemanha, Suécia, Brasil e Finlândia);	- É prática de auditoria que apareça apenas o nome da empresa; - Não altera a responsabilidade do sócio pois ele deve assinar também o parecer internamente na firma;
- Dizer algo explícito sobre testes de fraude e de controle interno.	- Facilitaria as percepções dos usuários em relação à fraude e aos testes de controle interno.	- Ampliar divulgação pode ocasionar aumento dos honorários.
- Anexar a carta de gerência	- Fornece informações de controle interno úteis; - Divulgará as partes do relatório financeiro no qual a administração está focada;	- A carta de gerência pode ser viesada através de negociações entre o cliente e o auditor antes de sua publicação; - Comentários negativos sobre os controles internos podem afetar negativamente o cliente.
- Divulgar os níveis de materialidade e tamanho de amostragem;	- Espera-se que os usuários interpretem mal o que o relatório do auditor está comunicando se os parâmetros fundamentais da auditoria não forem explicitamente divulgados	- Se os níveis forem divulgados, os clientes tentarão contratar os auditores que usem níveis mais elevados de materialidade e tamanhos menores de amostra; - Para controlar os riscos do auditor, as empresas de auditoria utilizarão parâmetros ainda mais rígidos para que eles tenham maior confiança de suas divulgações; - A materialidade é mais do que apenas um número; tem um aspecto qualitativo;
- Adicionar mais detalhes ao relatório, fornecendo notas (valores) para opinião não modificada, ou dando pareceres separados sobre elementos-chave dos relatórios financeiros;	- Fornece aos usuários mais informações sobre o cliente. Por exemplo, informar se o cliente passou pela auditoria com excelência (recebeu nota máxima) ou se apenas conseguiram uma opinião não modificada (nota mínima).	- Pode exigir mais horas de auditoria; - Como os usuários interpretariam diferentes notas de firmas Big 4 em comparação a empresas que não Big 4? - Como os usuários interpretariam diferentes notas em comparação de um ano para o outro?
- Adicionar informações que descrevam o planejamento de auditoria e discussões subsequentes com a administração;	- Melhoraria a compreensão dos usuários de como os auditores chegaram à opinião deles. - Já exigido em alguns países (Ex: Norma SAS 114)	- Geraria custos de auditoria

Figura 2 – Sugestões para mudanças do Relatório do Auditor

Fonte: Adaptado de Gray, Turner, Coram & Mock (2011)

Observa-se que parte das recomendações apresentadas na Figura 2, como exemplo a assinatura nominal do auditor responsável pelos trabalhos, já são práticas adotadas em países como Alemanha, Suécia, Finlândia e, atualmente, no Brasil. Ademais, outras sugestões ainda não adotadas representam a oportunidade para melhoria no relatório do auditor, entretanto, cabe aos usuários avaliar os custos e benefícios de tais alterações.

Dentre as informações que são opções para inclusão no relatório, Litjens *et al.* (2015) chamam a atenção para dois grupos: informações sobre a entidade auditada e informações sobre o processo de auditoria. Um levantamento realizado pelo CFA *Institute*, publicado em 2010, apontou que 94% dos usuários da amostra desejavam receber maiores informações sobre o processo de auditoria no relatório dos auditores. Cabe destacar, no entanto, que no campo das informações sobre a entidade auditada, Litjens *et al.* (2015) incluem neste grupo informações como: violações de contratos de dívidas; qualidades dos controles internos da empresa; agressividade das políticas contábeis da empresa; atrasos ou descumprimento no pagamento de dívidas contratuais e sobre controles que visam mitigar riscos de fraude. Já no plano de informações sobre o processo de auditoria, são consideradas informações como: procedimentos executado pelo auditor na verificação da viabilidade/continuidade da empresa; erros que foram detectados pela auditoria e posteriormente ajustados; erros que foram detectados pela auditoria porém não foram ajustados; nível de materialidade adotado pelo auditor; procedimentos executados pelo auditor para verificar os riscos de fraude; mudanças significativas nos procedimentos de auditoria realizados em comparação ao exercício anterior.

Dentre as informações sobre a entidade, destaca-se que os contratos de dívidas correspondem às cláusulas dos acordos de dívida que se destinam a restringir os gestores das entidades a tomar decisões de investimento e de financiamento que aumentem os riscos dos credores (Fond & Jiambalvo, 1992). Um instrumento contratual é firmado entre credor e a entidade para estipular parâmetros contábeis mínimos no qual a entidade deve obedecer para que a dívida não seja totalmente protestada pela concedente. Beneish e Press (1993) explicam que as informações referentes aos custos associados à violação dos contratos de dívida são relevantes para tomada de decisões dos usuários. Ao relacioná-lo com as diferenças de expectativas, Litjens *et al.* (2015) expõem que o reporte das informações sobre a violação dos contratos de dívida no relatório dos auditores podem reduzir as diferenças de expectativas em auditoria.

A descrição da qualidade dos controles internos no relatório do auditor e a opinião do auditor em relação as políticas contábeis da empresa (se esta é agressiva ou conservadora) também representam informações que podem esclarecer dúvidas dos usuários sobre a empresa e o trabalho dos auditores. Ao serem reportadas, informações contábeis devem exercer um papel que reduza a assimetria informacional entre empresa e *stakeholders* (Silva, Gonçalves, Tavares & Lima, 2010). No decorrer da elaboração das demonstrações contábeis gestores podem ter a discricionariedade no registro e divulgação de eventos e seus atos podem influenciar o resultado das demonstrações (Santos & Scarpin, 2011). O auditor, neste caso, reportaria em seu relatório as características do perfil da empresa em relação a estas decisões, destacando se a administração da entidade age de forma agressiva ou conservadora. Ao adotar uma posição agressiva, os gestores, para atingir seus objetivos, podem gerenciar os resultados (Silva & Bezerra, 2010), enquanto, por outro lado, a posição conservadora pode contribuir para reduzir comportamentos oportunistas e ajudar os credores no acompanhamento dos contratos de dívidas (Santos & Costa, 2008).

Acerca de inclusão de informações sobre o processo de auditoria destaca-se o ponto que trata acerca da divulgação do nível de materialidade no relatório do auditor. Rodrigues e Botelho (2017) salientam que a divulgação da materialidade influencia a tomada de decisão dos usuários, quando esta é divulgada em conjunto ao nível de confiança. A materialidade é um elemento crucial que reflete todo o desenrolar dos procedimentos de auditoria, um erro em seu julgamento pode causar prejuízos à credibilidade das demonstrações financeiras (Pereira & Inácio, 2016). Ao determinar o nível de materialidade, o auditor estabelece a extensão dos testes e verifica quais erros e alterações são passíveis ou não de modificar sua opinião. Estudos sugerem que a divulgação do nível de materialidade pode contribuir para a redução do *gap* de informações entre usuários e auditores (Church *et al.*, 2008; Turner *et al.*, 2010; Litijens *et al.*, 2015).

Ademais, fatores como mudança no formato e escrita do relatório também foram analisados por Litijens *et al.* (2015) que elencaram os seguintes pontos: explicar os deveres do auditor com maiores detalhes; elaborar documento separado que explique o significado do relatório de auditoria em linguagem acessível e menos técnica; reordenar os parágrafos do relatório de forma que a opinião/conclusão seja o primeiro; escrever o relatório em linguagem mais acessível; abreviar o relatório de auditoria e melhorar a clareza do relatório com opinião sem ressalva.

Vanstraelen *et al.* (2012) explicam que suplementos ao relatório de auditoria existente, como uma ênfase expandida a assuntos que o auditor considera importante para explicar com mais detalhes, representam uma das lacunas informacionais que pode ser explorada pelos órgãos reguladores. *Insights* adicionais sobre as possíveis modificações no formato do relatório de auditoria podem esclarecer as possíveis formas de aumentar o nível de transparência na qualidade da prática de auditoria (Dobija, Cieślak & Iwuć, 2013). Opções entre expandir o relatório ou abreviá-lo também são pontos que podem ser estudados e analisados empiricamente. Por exemplo, um tipo de mudança pode ser a elaboração de um relatório de auditoria que apresente a aprovação ou reprovação das contas da entidade expressada em uma única frase (Vanstraelen *et al.*, 2012).

Pesquisas podem ser relevantes no intuito de verificar o que os usuários das demonstrações contábeis demandam. A *Association of Chartered Certified Accountants* (ACCA) destaca que, em termos de configuração padrão, é importante que as mudanças no relatório do auditor seja mais do que apenas uma revisão da forma e escrita do relatório existente (ACCA, 2011). Mudanças que acarretem na inclusão de informações, alterem o formato e escrita do relatório ou de outras formas que contribuam no processo de tomadas de decisões dos usuários da contabilidade são avaliadas constantemente pelos órgãos reguladores para posterior modificação das normas de auditoria. Diferentes modificações já foram realizadas no relatório no intuito de aprimorá-lo. No tópico a seguir apresenta-se as principais alterações ocorridas como também a recente modificação ocorrida no ano de 2016.

2.2.2 Mudanças já ocorridas no relatório do auditor

Devido a constante insatisfação do mercado em relação ao desempenho dos auditores (Cordos & Fulop, 2015; DeFond & Zhang, 2014; Kamau, 2013; Salehi, 2011), ampliadas devido aos sucessivos escândalos financeiros (Enron, 2001; Worldcom, 2002; Xerox, 2002) em conjunto com a percepção dos padrões deficientes (Porter, 2004), o IAASB², em 2004, iniciou o “Projeto *Clarity*”. Este projeto, finalizado em fevereiro de 2009 e com vigência a partir de janeiro de 2010, teve como intuito realizar uma primeira revisão integral das Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) para atingir, de forma geral, maior transparência e objetividade normativa. De acordo com o IAASB, o projeto apresentou os seguintes propósitos: identificar e esclarecer nas ISAs os propósitos gerais do auditor; estipular um

²*International Auditing and Assurance Standard Board* - Órgão independente que estabelece padrões de qualidade internacional de auditoria.

objetivo para cada ISA e as obrigações do auditor com relação a cada objetivo; esclarecer as obrigações impostas ao auditor e a linguagem utilizada; reduzir a possibilidade de ambiguidade sobre as exigências do auditor a serem atingidas; melhorar a leitura e entendimento sobre as ISAs.

Ao final do Projeto, 36 Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) revisadas foram apresentadas, cada uma destas sendo estruturadas com introdução, objetivo, definições, requisitos, aplicação e outros materiais explicativos. Além da divulgação das normas clarificadas, o IAASB também criou uma orientação geral e um guia para apoiar a implementação das ISAs, e destacou a importância da educação e dos cursos de desenvolvimento profissional contínuo para uma implementação bem-sucedida dos padrões clarificados.

Em sintonia com as divulgações realizadas pelo IAASB, diferentes países passaram a adotar as normas clarificadas e adaptá-las de acordo com seu contexto. A Figura 3, elaborado pelo IAASB, elenca os países que até setembro de 2015 adotaram ou se comprometeram a adotar as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) clarificadas:

1	Albânia	30	Dinamarca	59	Kosovo	88	Porto Rico**
2	África do Sul	31	El Salvador	60	Kuwait	89	Portugal
3	Argentina	32	Emirados Árabes Unidos*	61	Lesoto	90	Quênia
4	ARJ Macedónia	33	Eslováquia	62	Letônia	91	Reino Unido
5	Armênia	34	Eslovênia	63	Líbano	92	República Checa
6	Austrália	35	Espanha	64	Lituânia	93	República do Quirguistão
7	Áustria	36	Estados Unidos**	65	Luxemburgo	94	Roménia
8	Bahamas	37	Estônia	66	Malásia	95	Ruanda
9	Bahrein	38	Federação Russa	67	Malawi	96	Senegal
10	Bangladesh	39	Filipinas	68	Mali	97	Serra Leoa
11	Barbados	40	Finlândia	69	Malta	98	Sérvia
12	Bélgica	41	França (CSOEC)	70	Maurício	99	Sri Lanka
13	Benin	42	Gana	71	México	100	Suazilândia
14	Bósnia e Herzegovina	43	Geórgia	72	Moldávia	101	Suécia
15	Botswana	44	Grécia	73	Mongólia	102	Suíça
16	Brasil	45	Guatemala	74	Montenegro	103	Tailândia
17	Bulgária	46	Guiana	75	Namíbia	104	Tanzânia
18	Burkina Faso	47	Hong Kong	76	Nepal	105	Trinidad e Tobago
19	Camarões	48	Hungria	77	Nicarágua	106	Tunísia
20	Canadá	49	Ilhas Cayman	78	Nigéria	107	Ucrânia
21	Cazaquistão	50	Índia	79	Noruega	108	Uganda
22	Chile	51	Indonésia	80	Nova Zelândia	109	Uruguai
23	China	52	Irã	81	Países Baixos	110	Uzbequistão
24	Chipre	53	Irlanda	82	Palestina	111	Vietnã
25	Cingapura	54	Islândia	83	Panamá	112	Zâmbia
26	Colômbia	55	Itália	84	Papua Nova Guiné	113	Zimbábue
27	Coreia do Sul	56	Jamaica	85	Paquistão		
28	Costa Rica	57	Japão	86	Peru		
29	Croácia	58	Jordânia	87	Polónia		

Figura 3 – Países que adotaram ou comprometeram a adotar as ISAs clarificadas

** Empresas Privadas

* Abu Dhabi e Dubai

Fonte: IAASB (<http://www.iaasb.org/clarity-center/support-and-guidance>)

Verifica-se que 113 países de diferentes continentes adotaram ou se comprometeram a adotar as ISAs divulgadas ao fim do *Projeto Clarity*. Cabe ressaltar que, na América do Sul, além do Brasil, países como Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai e Guiana também seguiram as divulgações do IAASB. Por sua vez, Equador, Venezuela, Peru, Paraguai, Bolívia, Guiana Francesa, Bolívia, Ilhas Malvinas, Ilhas Geórgia do Sul e Sanduíche do Sul e Suriname não compuseram a lista. Para melhor visualização, apresenta-se na Figura 4 o mapa no qual demonstra os países que adotaram ou se comprometeram a adotar as normas (Cor cinza claro) e os demais que não adotaram e nem se comprometeram a adotar (Cor preta) de acordo com o IAASB.

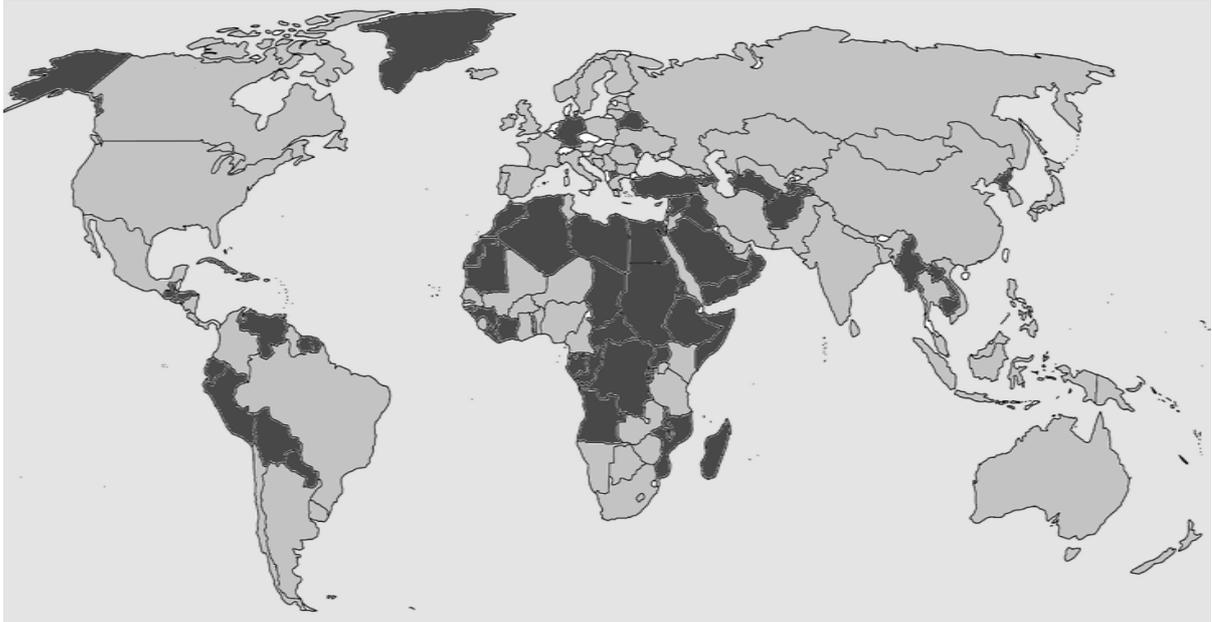


Figura 4 – Países que adotaram ou se comprometeram a adotar as ISAs Clarificadas
 Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados IAASB.

Aponta-se que o maior número de países que não entraram em sintonia com as publicações do IAASB concentra-se na região da África. No Brasil, o processo de adoção das normas internacionais clarificadas foi dado inicialmente pela Resolução nº 1.156/09 editada pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), que dispôs sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Nesta oportunidade, o CFC determinou no artigo 5º que as NBC TA (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica) seriam convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente (ISAs) e deveriam seguir os mesmos padrões de elaboração e forma de utilização. Longo (2011) esclarece que o Brasil adotou as normas de forma quase simultânea em que eram publicadas e adotadas no Projeto *Clarity*.

Em paralelo ao Projeto *Clarity*, o IAASB, em conjunto com pesquisadores acadêmicos internacionais, emvidou esforços a partir 2006 para avaliar as percepções dos usuários sobre o relatório do auditor com o objetivo de explorar as possíveis mudanças na estrutura e redação do referido relatório. No entanto, em 2011, o órgão (IAASB) elaborou o documento denominado *Consultation Paper – Enhancing the Value of Auditor Reporting: Exploring Options for Change* (Documento de Consulta - Melhorando o Valor do Relatório do Auditor: Explorando Opções para Mudança), que continha a análise de opiniões acerca do tema, oriundas de *stakeholders* (usuários) de diferentes países, que submetiam seus comentários. Dentre os 31 Países participantes, apresentam-se:

1	África do Sul	17	Itália
2	Alemanha	18	Japão
3	Argentina	19	Malásia
4	Austrália	20	Malta
5	Bélgica	21	Noruega
6	Canadá	22	Nova Zelândia
7	China	23	Países Baixos
8	Coreia do Sul	24	Paquistão
9	Dinamarca	25	Quênia
10	Emirados Árabes	26	Reino Unido
11	Espanha	27	República do Montenegro
12	EUA	28	Ruanda
13	França	29	Suécia
14	Hong Kong	30	Suíça
15	Hungria	31	Zâmbia
16	Índia		

Figura 5 – Países que submeteram comentários e sugestões para opções de mudança.
Fonte: IFAC, 2017.

A Figura 5 evidencia a ausência do Brasil na lista dos países participantes nos primeiros passos do processo de alteração do relatório dos auditores. Dentre os pontos de discussão abordados neste documento de consulta, destaca-se: formato e estrutura do relatório do auditor; outras informações em documentos que contém demonstrações financeiras auditadas, comentário do auditor sobre assuntos relevantes para o entendimento dos usuários sobre a auditoria ou as demonstrações financeiras auditadas; papel dos responsáveis pela governança em relação aos relatórios financeiros e à auditoria externa e outras garantias ou serviços relacionados a informações que não estão dentro do escopo atual da auditoria de demonstrações financeiras.

Oliveira (2015, p.41) explica que “analisando essa consulta, muitos acreditavam que, para diminuir os *gaps* de expectativa e informação, as informações necessárias deveriam ser mais holísticas”. Dessa forma, além das informações relacionadas às demonstrações contábeis, também deveriam ser incluídas outras a exemplo daquelas relacionadas à governança corporativa.

Seguindo a linha de discussões e debates, em 2012, um novo estudo do IAASB, denominado *Improving the Auditor’s Report* (Melhorando o Relatório do Auditor), foi divulgado. Nesta oportunidade, com base em novas pesquisas internacionais, mesas-redondas e *feedback* do *Invitation to Comment* (Convite para Comentários), novas visões foram agregadas e analisadas de forma a assegurar a participação dos demais afetados pelas mudanças no relatório do auditor. De acordo com o IAASB, é notável que as principais reclamações por mudanças nos relatórios dos auditores foram provenientes dos investidores institucionais e analistas financeiros, entretanto, outros usuários também devem ter seus interesses preservados, tais como agentes de órgãos reguladores, autoridades do setor público

e os responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras e governança corporativa das entidades.

Em 2013, com objetivo de dar visibilidade ao projeto de alterações das normas internacionais de auditoria referentes ao relatório dos auditores, o IAASB colocou em audiência pública a proposta denominada *Reporting on Audited Financial Statements: Proposed New and Revised International Standards on Auditing* (Relatório sobre demonstrações financeiras auditadas: novos e revisados padrões internacionais de auditoria). Proposições objetivas de alterações das normas com o intuito de melhorar a qualidade da comunicação dos auditores passaram a ser delineadas de fato, sendo compiladas e divulgadas, *a priori*, por meio do *Exposure Draft* (minuta de exposição). De acordo o IAASB (2013), as Normas Internacionais de Auditorias propostas e os principais aprimoramentos ao relatório do auditor foram:

Norma Proposta	Principal Aprimoramento
Proposta ISA 700 (revisada) - Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	Revisões para estabelecer novos elementos necessários no relatório, incluindo o requisito para que o auditor inclua uma declaração explícita de independência e divulgue os requisitos éticos relevantes.
Proposta ISA 701 - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente.	Novo padrão para estabelecer requisitos e orientações para a determinação e comunicação pelo auditor das questões-chave de auditoria. Os principais assuntos de auditoria, que são selecionados através de assuntos comunicados com os responsáveis pela governança, devem ser comunicados nos relatórios do auditor para auditorias das demonstrações financeiras das entidades listadas em bolsa de valores. Os auditores de demonstrações financeiras de entidades que não sejam entidades listadas podem também ser obrigados, ou podem decidir, por iniciativa própria, a comunicar questões importantes de auditoria no relatório do auditor.
Proposta ISA 260 (revisada) - Comunicação com os Responsáveis pela Governança.	À luz da proposta ISA 701, as alterações nas comunicações de auditoria requeridas com os responsáveis pela governança, por exemplo, para incluir a comunicação sobre os riscos significativos identificados pelo auditor.
Proposta ISA 570 (revisada) - Continuidade Operacional	Alterações para estabelecer os requisitos do relatório do auditor relativos à continuidade da atividade da entidade.
Proposta ISA 705 (revisada) - Modificações na Opinião do Auditor Independente.	Alterações para esclarecer como os novos elementos de relatório exigidos da proposta ISA 700 (Revisada) são afetados quando o auditor expressa uma opinião modificada.
Proposta ISA 706 (revisada) - Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente	Alterações para esclarecer a relação entre os parágrafos de ênfase, outros parágrafos e assuntos chave de auditoria no relatório do auditor
Propostas de emendas conforme as outras ISAs	Alterações de conformidade relacionadas à comunicação de questões-chave de auditoria.

Figura 6 – Normas propostas e aprimoramentos
Fonte: adaptado IAASB, 2013.

Em consequência às referidas iniciativas realizadas (pautadas em debates, comentários e estudos acadêmicos), ocorreu, em 2015, a emissão das normas de auditoria internacionais propriamente ditas (ISA 700 (revisada), 701 (nova), 570 (revisada), 705 (revisada), 706 (revisada), 260 (revisada), 720 (revisada) e emendas fruto do trabalho desenvolvido durante aproximadamente nove anos, conforme resumido por Manoel e Quel (2017):

- 2006 - 2009: Estudos e pesquisas acadêmicas, parte patrocinado pelo IAASB;
- 2009 - 2010: Pesquisas e acompanhamento com os órgãos reguladores;
- 2011: Emissão do *Consultation Paper* pelo IAASB e análise das respostas obtidas;
- 2012: Consultas públicas, mesas-redondas, convite a comentário por meio do *Improving the Auditors' Report*.
- 2013: *Exposure Draft* (minuta de exposição)
- 2014: Aprovação das novas normas internacionais de auditoria (ISAs)
- 2015: Publicação das novas normas de auditoria

Dentre os benefícios pretendidos com a emissão das normas, o IAASB (2015) destaca: comunicação aprimorada entre auditores e investidores, bem como os responsáveis pela governança corporativa; Aumento da confiança dos usuários em relação aos relatórios de auditoria e demonstrações financeiras; Maior transparência e qualidade dos serviços de auditoria; Aumento da atenção dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras e pela gestão; Renovação do foco do auditor em assuntos a serem relatados, que pode resultar em um aumento no ceticismo profissional; e Relatórios financeiros aprimorados com base no interesse público.

Após a promulgação das normas internacionais de auditoria (ISAs) no ano de 2015, o Brasil iniciou o procedimento de tradução integral e catalogação no contexto brasileiro. Posto isso, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ofereceram aos usuários, por meio de edital de audiência pública, as minutas traduzidas para efeito de debates, comentários e estudos. Após este procedimento, as normas foram aprovadas e publicadas em junho de 2016 no Diário Oficial da União (DOU) com vigência para auditorias de demonstrações contábeis de períodos que se findam em, ou após, 31 de dezembro de 2016. Destaca-se que a classificação e denominação seguiram os padrões internacionais, conforme ilustrado na Figura 7:

NBC	Nome da Norma	Correlação	
		IFAC	IBRACON
NBC TA 260 (R2)	Comunicação com os Responsáveis pela Governança	ISA 260	Não há
NBC TA 570	Continuidade Operacional	ISA 570	Não há
NBC TA 700	Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis;	ISA 700	Não há
NBC TA 701	Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente;	ISA 701	Não há
NBC TA 705	Modificações na Opinião do Auditor Independente;	ISA 705	Não há
NBC TA 706	Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente.	ISA 706	Não há

Figura 7 – Correlação entre normas Nacionais e Internacionais
 Fonte: Site do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, 2016

Dado a aprovação e divulgação das normas, cabe avaliar os seus efeitos. De acordo com Manoel e Quel (2017), entre as modificações fundamentais ocorridas no intuito de atender às expectativas do usuário, estão: a reorganização dos parágrafos; a confirmação da independência do auditor; comentário dos auditores e dos executivos em relação às possíveis incertezas da continuidade operacional da entidade; inclusão do *Key Audit Matters* ou Principais Assuntos de Auditoria; Adição de seção sobre outras informações sobre as demonstrações contábeis; e descrição mais detalhada sobre as responsabilidades do auditor.

A primeira mudança estrutural citada por Manoel e Quel (2017) corresponde à reorganização dos parágrafos do relatório do auditor. Destaca-se que a opinião do auditor, antes apresentada nas partes finais do relatório, passa para o início e incorpora o parágrafo introdutório. Em seguida, abaixo da opinião, apresenta-se a base da opinião. De acordo com Veiga (2016) nesta seção o auditor deve mencionar dentre outras informações, o motivo que levou à modificação da opinião e se a auditoria foi realizada de acordo com as normas e requisitos éticos.

Outro ponto de destaque refere-se ao realce da questão acerca da continuidade operacional. De acordo com a revisão realizada na ISA 570, o relatório passa a incluir informações acerca da responsabilidade do auditor e da gestão referente às incertezas no tocante à atividade (continuidade) da empresa. Desta forma, há a inserção do tópico de incertezas relevantes.

Para as empresas listadas em bolsa de valores, torna-se obrigatório a evidenciação dos *Key Audit Matters* (KAM) traduzidos como Principais Assuntos de Auditoria (PAA) e a divulgação do nome do sócio responsável pelos trabalhos. De acordo com a NBC TA 701,

item 8, os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são assuntos que foram os mais relevantes no processo de auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. Destaca-se desta forma que os principais assuntos de auditoria são selecionados entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança.

Cordos e Fulop (2015, p.132) sublinham que “a comunicação de KAMs exige que o auditor aplique seu julgamento profissional, mas também tenha em conta a natureza e extensão da comunicação com os responsáveis pela governança”. Nesse sentido, os principais assuntos de auditoria representam a principal mudança no relatório dos auditores (Bédard, Gonthier-Besacier, & Schatt, 2014; Cordos, & Fülöpa, 2015; Fellnäs & Strömbäck, 2015).

Vale observar que as mudanças ocorridas no relatório dos auditores não esgotam a possibilidade de futuras alterações no formato, escrita e inclusões de novas informações com o objetivo de redução das diferenças de expectativas em auditoria. Pesquisas são desenvolvidas para avaliar as possíveis inclusões de informações e alterações do relatório, as quais serão abordadas no próximo tópico.

2.3 Trabalhos Empíricos

A adoção de mudanças no relatório do auditor e sua relação com a expectativa dos deveres dos auditores foi foco do trabalho de Best, Buckby and Tan (2001). Os resultados revelaram elevado nível de expectativa dos investidores no contexto de Singapura, especificadamente em questões relacionadas à prevenção e detecção de fraudes, exercício do julgamento e seleção dos procedimentos de auditoria. O estudo apontou que o índice de expectativas em relação aos deveres dos auditores de Singapura poderia ser consideravelmente estreitado pela expansão do relatório de auditoria e por mudanças em sua redação.

Mudanças no formato dos relatórios e seus impactos sobre as percepções de acionistas e auditores foram pesquisadas por Chong and Pflugrath (2008). Através de questionários (em quatro versões diferentes) enviados a 600 membros da Associação de Acionistas Australianos, 280 auditores e diretores de 5 empresas de contabilidade e escritórios de auditoria, incluindo as *Big Four*³, os autores concluíram que tais alterações não minimizariam a diferença de expectativas na auditoria. No entanto, apesar do contraste a Best, Buckby and Tan (2001), os autores mostraram que o reordenamento das seções do relatório de modo a colocar a opinião

³ Quatro maiores empresas contábeis especializadas em auditoria e consultoria do mundo.

da auditoria no início do documento, pareceu ser apontado como item benéfico na visão dos usuários, o que pode contribuir para a redução das diferenças de expectativas.

Albuquerque (2009) realizou um estudo envolvendo a amostra de 50 auditores e 106 usuários das demonstrações contábeis no intuito de identificar possíveis diferenças de expectativas em relação ao conteúdo das normas de auditoria no que se refere ao papel do auditor em prevenir e detectar fraude e verificar se a auditoria apresentaria indicadores de legitimidade, que representa o grau em que a empresa se adéqua às expectativas gerais do contexto que ela opera. Testes paramétricos de diferença de média e regressão linear simples e múltipla foram utilizados. Os resultados encontrados apontaram a existência de diferenças significativas de expectativas entre os grupos analisados em relação à responsabilidade dos auditores em prevenir e detectar fraudes e, não existindo essa diferença significativa entre usuários e auditores apenas em relação à responsabilidade do auditor em comunicar erros.

No contexto da adoção do novo relatório dos auditores, Gold, Gronewold and Pott (2012) avaliaram o estado das diferenças de expectativas em auditoria na Alemanha e testaram se a presença de novas informações nos relatórios ocasiona uma redução nas diferenças de expectativas em auditoria. Questionários foram enviados a auditores de firmas *Big Four*, analistas financeiros e estudantes. Os achados sugeriram que as diferenças de expectativas na auditoria persistem no cenário germânico, corroborando com os estudos de Best, Buckby and Tan (2001). Adicionalmente, os autores constataram que as modificações apresentadas no novo relatório do auditor não afetaram as diferenças de expectativas em auditoria.

Breesch, Hardies and Muylder (2012) realizaram um experimento para identificar qual dos processos é mais eficaz na redução das DEA: a expansão do relatório do auditor ou a educação dos usuários. O estudo foi conduzido com 159 estudantes de economia da Bélgica. Os resultados apontaram que a educação em auditoria reduz significativamente as DEA dado que, de acordo com as análises, os participantes que participaram de aulas de auditoria tiveram um entendimento mais apropriado da função, responsabilidades do auditor em relação à prevenção e detecção de fraude e referente a avaliação da continuidade da empresa. Adicionalmente, os autores constataram, assim como Gold, Gronewold and Pott (2012), que o relatório expandido dos auditores não afeta significativamente a compreensão dos usuários sobre auditoria em geral, apenas em pontos isolados como: detecção de fraude, segurança e amostragem.

Mock, Bédard, Coram, Davis, Espahbodi and Warne (2013) realizaram um levantamento de pesquisas publicadas no período dos anos de 2006 a 2011 no intuito de identificar quais tipos de informações específicas que os *stakeholders* desejavam incluir no relatório de auditoria. Os achados demonstraram que informações relacionadas ao processo de auditoria, independência do auditor, materialidade, nível de garantia que o auditor está fornecendo; informações relacionadas à entidade, políticas contábeis e informações relacionadas aos riscos de continuidade foram os tópicos mais recorrentes. Ademais, os autores também destacaram que alterações do relatório no sentido de explicar melhor as responsabilidades dos auditores e da administração foram notadas pelos *stakeholders*, entretanto, não pareceram melhorar o valor comunicativo do relatório de auditoria e contribuir para redução das diferenças de expectativas.

As informações incluídas no novo relatório do auditor, o confronto entre qualidade ou quantidade de informações e seus efeitos nas diferenças de expectativas em auditoria foram foco do estudo de Litjens, Buuren and Vergoossen (2015). Os autores realizaram uma pesquisa na Holanda avaliando o efeito da inclusão de informações sobre a empresa auditada, sobre o processo de auditoria e sobre a modificação do relatório dos auditores nas DEA. Dado o objetivo proposto, 1.520 questionários construídos com base na escala *Likert*⁴ (com intervalos entre 0 a 6) foram enviados a uma população composta por: gestores de empresas privadas holandesas (gerente-proprietário, diretor-presidente, diretor financeiro) que necessitam de auditoria obrigatória; banqueiros que operam no mercado de empréstimos de empresas privadas; e auditores de firmas de auditoria de médio porte. Obteve-se uma amostra final de 302 respondentes (123 auditores, 118 gestores e 61 bancários), totalizando aproximadamente 20% da população. Os resultados, que reforçaram os achados de Gold *et al.* (2012), apontaram para o fato de que os banqueiros não atribuem alto valor às mudanças no formato e escrita relatório do auditor, e que estas mudanças não afetam as diferenças de expectativas. Por outro lado, os autores destacaram que informações sobre o processo de auditoria relacionados à continuidade e evidenciação dos erros são capazes de reduzir as diferenças de expectativas dos bancários.

Broolaky and Quick (2016) investigaram o impacto da divulgação do nível de segurança, materialidade e pontos chaves da auditoria no novo relatório do auditor sobre a percepção dos diretores bancários alemães acerca da qualidade das demonstrações financeiras, processos de auditoria e do relatório de auditoria para decisão de aprovações de crédito. A

⁴ Tipo de escala de resposta psicométrica usada em questionários

amostra foi composta por 105 diretores bancários e a análise de Covariância (ANCOVA) foi utilizada para determinar as variáveis que explicam as percepções e decisões dos diretores. Os resultados sugeriram que a divulgação do nível de segurança teve um impacto positivo nas decisões para concessão de crédito, enquanto a divulgação da materialidade e pontos-chaves de auditoria não alteraram significativamente as percepções dos diretores bancários.

Lundgren and OldenBorg (2016) desenvolveram uma pesquisa na Suíça com o objetivo de analisar como a adoção das normas internacionais de auditoria revisadas (ISA 700 e ISA 701) impactam na comunicação, no *expectation gap* e na atribuição de valor ao novo relatório do auditor pelos investidores não profissionais suíços. Os resultados apontaram que 64% dos investidores consideraram o novo relatório mais informativo e que as mudanças, principalmente dada pela inclusão dos pontos-chaves de auditoria, aumentaram o potencial de possíveis leitores no futuro do relatório dos auditores, passando de 49% (atual) para 63% (futuro).

Maseko (2016) pesquisou se o novo relatório do auditor, dado pela revisão da norma ISA 700 realizado pelo IAASB, reduziria as diferenças de expectativas em auditoria no contexto da África do Sul. O estudo focou nas diferenças de expectativas referentes à responsabilidade dos auditores, fidedignidades das demonstrações financeiras auditadas e utilidade das demonstrações auditadas para tomada de decisão. Uma amostra de 300 participantes (100 auditores *Big 4*, 100 bancários e 100 estudantes), obtida através da rede *LinkedIn*, foi selecionada. Os testes não paramétricos de *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney* foram utilizados para analisar os dados. Os resultados mostraram que, em geral, apesar das modificações no relatório de auditoria, as diferenças de expectativas mantiveram-se em relação às responsabilidades dos auditores. Destacou-se, assim como Lundgren and Oldenborg (2016), que o novo relatório aumentou a confiança dos usuários nas demonstrações contábeis e a sua utilidade como instrumento de tomada de decisões.

Dessa forma, verifica-se que, em geral, os resultados dos recentes estudos que relacionam as diferenças de expectativas e o relatório dos auditores apresentam a tendência de que as modificações ocorridas na estrutura e redação do relatório dos auditores, em decorrência da adoção das revisões das normas internacionais de auditoria, não afetaram significativamente as diferenças de expectativas. As pesquisas apontadas foram resumidas conforme apresentado na Figura 8.

Autor	Amostra	Metodologia	Resultados
Best Buckby and Tan (2001)	300 questionários aplicados em Singapura. Composto por 100 auditores; 100 bancários e 100 investidores	Likert; Diferença de média	As diferenças de expectativas em auditoria de Singapura poderiam ser consideravelmente reduzidas pela adoção das mudanças relatório do auditor expandido
Chong and Pflugrath (2008)	600 membros da Associação de Acionistas Australianos, 280 auditores e 5 diretores de empresas de contabilidade	Survey; Likert;	Alterações no relatório do auditor não minimizaram a diferença de expectativa.
Albuquerque (2009)	50 auditores e 106 usuários das demonstrações contábeis	Diferença de média; Regressão simples e múltipla	Existe diferença de expectativas entre auditores e usuários em relação ao que estabelecem as normas.
Gold, Gronewold and Pott (2012)	163 auditores; 105 analistas financeiros e 202 estudantes no contexto da Alemanha.	Survey	Modificações apresentadas no relatório do auditor não afetaram as Diferenças de Expectativas em Auditoria.
Breesch, Hardies and Muyllder (2012)	159 estudantes de economia da Bélgica	Survey; Teste Kruskal-Wallis; Teste Mann-Whitney-Wilcoxon	O relatório expandido, em geral, não contribui substancialmente na redução das diferenças de expectativas
Mock, Bédard, Coram, Davis, Espahbodi and Warne (2013)	Pesquisas de 2006 a 2011	Revisão Bibliográfica	Alterações no sentido de explicar melhor as responsabilidades dos auditores e da administração parecem não impactar as DEAs.
Litjens, Buuren and Vergoossen (2015)	312 Respondentes composto por gestores de empresas privadas holandesas	Survey; Regressão de Mínimos Quadrados Ordinários;	Mudanças no formato e escrita do relatório não afetam a DEA. Fatores relacionados aos processos de auditoria e entidade auditada impactam o índice de expectativas.
Lundgren and OldenBorg (2016)	100 jovens investidores não profissionais	Survey;	64% dos respondentes atribuíram maior importância ao relatório de auditoria após as mudanças.
Brookaly and Quick (2016)	105 diretores bancários	Survey Análise de Covariância.	A divulgação do nível de segurança no NRA influencia as decisões para concessão de crédito, enquanto a materialidade e os KAM não alteram significativamente as percepções dos diretores.
Maseko (2016)	300 respondentes (100 auditores, 100 banqueiros e 100 estudantes)	Survey; Kruskal-Wallis H; Mann-Whitney	Apesar das mudanças no relatório do auditor, DEA manteve-se em relação às responsabilidades dos auditores.

Figura 8 – Estudos anteriores sobre a relação do relatório do auditor e as DEA'

Fonte: Elaborado pelo Autor

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Apresenta-se neste capítulo os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, compreendendo: características da pesquisa; definição da população, amostra e estratégias de coleta dos dados; escalas, variáveis propostas e técnicas estatísticas utilizadas.

3.1 Definição das características da pesquisa

Raupp and Beuren (2003) classificam pesquisas em três categorias: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema. Nessa linha, quanto aos objetivos, a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo, utilizando fontes primárias e secundárias. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006), os estudos descritivos medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado, de forma que, do ponto de vista científico, descrever é coletar dados; ou seja, em um estudo descritivo seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informações sobre cada uma delas para, assim, descrever o que se pesquisa. Para Raupp and Beuren (2008), este tipo de pesquisa figura entre a pesquisa exploratória e a explicativa, sendo não tão preliminar quanto a primeira e não tão aprofundada como a segunda.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de levantamento ou *survey*. Para Gil (2002), as pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Fundamentalmente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Por fim, na abordagem do problema, o estudo caracteriza-se como quantitativo, dado que objetiva transformar opiniões e informações em números para possibilitar a classificação e análise. Para Richardson (1999), a pesquisa quantitativa se caracteriza pela utilização de técnicas estatísticas, desde a mais simples às mais complexas, tanto na coleta de dados quanto no tratamento das informações. A utilização desta tipologia de pesquisa torna-se relevante à medida que se utiliza de instrumentos estatísticos desde a coleta, até a análise e o tratamento de dados (Raupp & Beuren, 2003).

3.2 População e Amostra

A população deste estudo compreende os profissionais que atuam como auditores independentes (seja em firmas de auditoria ou de forma autônoma) e não-auditores. No grupo dos auditores, foram considerados a participação de todos os profissionais, independente do cargo exercido. Ou seja, o mesmo instrumento (apêndice 1) foi utilizado para coletar dados desde *trainees* e outros cargos de início de carreira até sócios de auditoria.

Para o grupo dos não-auditores, buscou-se respondentes que fossem envolvidos com contabilidade, auditoria ou que utilizassem demonstrações contábeis auditadas e/ou relatório de auditoria para tomada de decisões. Antes da aplicação do questionário, como forma de pré-teste, o instrumento foi enviado a quatro professores com experiência específica na área de contabilidade e auditoria. As sugestões e contribuições dos especialistas foram recebidas por email e de forma física, totalizando 25 sugestões de ordem técnica, semântica e de conteúdo.

Então, questionários foram direcionados aos auditores, estudantes, analistas e entre outros profissionais atuantes ou que já atuaram em áreas afins. Cabe destacar que os instrumentos utilizados foram idênticos aos dois grupos de respondentes (auditores e não-auditores).

Para obtenção de uma amostra robusta, aplicou-se o instrumento presencialmente no XI Congresso ANPCONT (Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis), realizado em Belo Horizonte durante os dias 3 a 6 de junho de 2017 e no XVII USP International Conference in Accounting, realizado em São Paulo durante os dias 26 a 28 de julho de 2017. Adicionalmente, formulários para respostas também foram disponibilizados por meio eletrônico durante os meses de julho a outubro.

Portanto, o estudo fez uso de uma amostra não probabilística por acessibilidade que leva em consideração um conjunto de elementos que possuem características que foram objeto de estudo. Em conformidade com a ideia apresentada por Vergara (2011) a amostra selecionada por acessibilidade e por tipicidade inserem-se entre aquelas classificadas como não probabilística.

A amostra coletada constou, inicialmente, de 194 observações, porém, parte das respostas levantadas pela pesquisa apresentaram informações faltantes (*missing data*). Nesses casos, ao responder o questionário eletronicamente, dados foram omitidos por vontade própria ou por descuido do respondente, o que levou a presença de questionários incompletos na base de dados. Dessa forma, optou-se por retirar essas observações, sendo considerado ao final 185 respostas.

3.3 Escalas propostas e validação

O presente estudo fez uso do questionário fundamentado no estudo de Litjens, Buuren and Vergoossen (2015), autorizado pelos autores (Anexo I). As 46 questões foram distribuídas em três seções: (i) Perfil do Respondente; (ii) Expectativas em relação aos deveres dos auditores; (iii) Inclusão de informações adicionais no relatório do auditor. Dentre as 46 questões, 34 foram construídas em forma de sentenças para avaliação com base na escala *Likert*. Para a construção das escalas, optou-se por utilizar 7 escores, na qual a escala mínima 1 correspondeu a "Discordo Totalmente" ou "Não melhora a compreensão do papel da auditoria", e, a escala máxima 7 correspondeu a "Concordo Totalmente" ou "Melhora fortemente a compreensão do papel da auditoria". A distribuição das 46 sentenças foram: 12 questões acerca do perfil do respondente, 18 sentenças para avaliação das expectativas em relação aos deveres do auditor contábil, e, por fim, 16 sentenças referente a atribuição de importância em relação à inclusão de informações adicionais no relatório do auditor.

Seguindo Hair (2005), as escalas utilizadas foram validadas levando-se em consideração três tópicos, sendo: Dimensionalidade, Confiabilidade e Convergência. Para a análise da dimensionalidade, utilizou-se Índice Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e Teste de Esfericidade de *Bartlett*. No quesito da confiabilidade, utilizou-se a medida do Alfa de *Cronbach*, sendo considerado o nível de confiabilidade mínimo de 0,7, conforme apontado por Hair *et al.* (2005). Por fim, para análise de convergência, utilizou-se o coeficiente de correlação *p de Spearman*, "que busca identificar se os itens que medem o constructo apresentam uma correlação razoavelmente alta entre si, ou seja, se convergem para um mesmo fator" (Albuquerque, 2009, p. 67). Apresenta-se a seguir a distribuição das escalas por seções, sendo segregadas em perfil dos respondentes, mensuração das expectativas em relação aos deveres dos auditores e mensuração de importância atribuída em relação à inclusão de informações no relatório dos auditores.

a) Perfil dos Respondentes

Para avaliar o perfil dos respondentes foram elaboradas questões que captaram características pessoais como: gênero, idade, grau de instrução, área de formação, profissão atual, área que desenvolve as atividades, tempo de experiência na profissão atual e cargo atual. Adicionalmente, elencaram-se também questões relacionadas ao envolvimento do respondente com auditoria e com relatório dos auditores. Para tanto, questionou-se se o tipo

de experiência com auditoria (apenas acadêmica, acadêmica e profissional, apenas profissional ou nenhuma), se leu algum relatório do auditor publicado em 2017, e, por fim, se considera que o relatório de auditoria, como meio de comunicação, pode ser melhorado.

b) Mensuração das expectativas dos respondentes em relação aos deveres dos auditores

Baseada nos constructos de pesquisa utilizados por Litjens, Buuren and Vergoossen (2015) embasados no trabalho de Porter (1993) 18 sentenças foram definidas para mensurar o índice de expectativa dos auditores e não auditores. Destaca-se que o Índice de Expectativas, nesse sentido, é constituída de três partes, sendo: Desempenho Deficiente - DD (sentenças 1 a 6), Padrões Deficientes - PD (sentenças 7 a 11) e Diferença de Razoabilidade – DR (sentenças 12 a 18) conforme apresentado na Figura 9 a seguir:

Em que medida você acredita que o respectivo item é um dever relevante de um auditor independente?	
Sentenças	Grupos
1. O auditor deve ser independente.	DD
2. O auditor deve declarar se as demonstrações financeiras refletem adequadamente os negócios de uma empresa.	
3. O auditor contábil deve auditar apenas as demonstrações financeiras.	
4. O auditor deve detectar e divulgar distorções intencionais de informações financeiras que têm impacto relevante nas demonstrações financeiras.	
5. O auditor deve detectar roubo de ativos corporativos pelos funcionários e pela administração.	
6. O auditor deve assegurar o cumprimento das normas contábeis.	
7. O auditor deve examinar e reportar aos usuários a fidedignidade das estimativas financeiras apresentadas pela empresa nas demonstrações.	PD
8. O auditor deve relatar suspeitas de fraude aos órgãos reguladores.	
9. O auditor deve relatar aos órgãos reguladores as distorções intencionais de informações.	
10. O auditor deve avaliar e relatar a qualidade dos controles internos.	
11. O auditor deve avaliar e relatar como os riscos de fraude são gerenciados.	
12. O auditor deve elaborar as demonstrações financeiras.	DR
13. O auditor deve detectar e relatar fraudes que não afetam diretamente as contas da empresa.	
14. O auditor deve verificar/analisar todas as transações contábeis ocorridas no exercício contábil.	
15. O auditor deve verificar o pressuposto da continuidade em relação as atividades da empresa.	
16. O auditor deve garantir que as demonstrações financeiras são precisas.	
17. O auditor deve examinar e relatar a eficácia/eficiência da gestão.	
18. O auditor deve revelar distorções intencionais de ativos corporativos por funcionários.	

Figura 9 – Expectativas em relação aos deveres dos auditores

Em que DD = Desempenho Deficiente, PD = Padrões Deficientes; DR = Diferença de razoabilidade.

Fonte: Baseado nos trabalhos de Litjens, Buuren & Vergoossen (2015)

As declarações que visam mensurar o índice de expectativas dos auditores e não-auditores são segregadas em declarações sobre os deveres existentes dos auditores, deveres razoavelmente esperado dos auditores e deveres que não podem ser esperados dos auditores.

A existência da diferença, nesse sentido, é calculada comparando os resultados dos auditores em relação aos não-auditores. Para a presente pesquisa, seguindo método adotado por Hassink *et al.* (2009) e Litjens *et al.* (2015), os respondentes apontaram de acordo com o próprio julgamento o grau de concordância ou discordância em relação às sentenças propostas com base na escala *likert*. Posteriormente, o índice de expectativa de cada respondente foi calculado levando-se em consideração a média dos componentes das DEA:

$$IE = \frac{\sum(DD,PD,DR)}{n^{\circ} \text{ sentenças}} \quad (1)$$

Neste ponto, cabe salientar que as diferenças de expectativa, seguindo a linha dos trabalhos de Porter (1990) foi verificada realizando-se a diferença de média entre o índice de expectativa médio dos auditores em comparação aos não-auditores.

c) Mensuração de importância atribuída pelos respondentes em relação a inclusão de informações no relatório dos auditores

Para captar as expectativas dos respondentes em relação à inclusão de novas informações no relatório dos auditores, usou-se os trabalhos de Litjens, Buuren and Vergoossen (2015) separando-se em três grupos, conforme demonstrado na Figura 10.

- Grupo A: Informações específicas sobre a entidade
- Grupo B: Informações sobre os processos de auditoria
- Grupo C: Mudanças no formato ou escrita do relatório do auditor

Em que medida a alteração no relatório do auditor melhora a compreensão do papel da auditoria?		
Grupo	Variável	Sentença
A	<i>Exp_Clausula</i>	1. Reportar informações sobre violações de cláusulas contratuais de títulos de dívida.
	<i>Exp_Control</i>	2. Reportar informações sobre a qualidade dos controles internos.
	<i>Exp_Política</i>	3. Reportar informações sobre a agressividade das políticas contábeis.
	<i>Exp_Inadimp</i>	4. Reportar informações sobre o grau de inadimplência da empresa.
	<i>Exp_ControlFraud</i>	5. Reportar informações sobre os controles que reduzem o risco de fraude.
B	<i>Exp_Continuid</i>	6. Reportar os procedimentos de auditoria realizados em relação à continuidade.
	<i>Exp_ErroAdj</i>	7. Reportar os erros ajustados.
	<i>Exp_Erro</i>	8. Reportar os erros não ajustados.
	<i>Exp_Material</i>	9. Reportar a materialidade dos trabalhos.
	<i>Exp_ProcedFraud</i>	10. Reportar os procedimentos de auditoria realizados em relação aos riscos de fraude.
	<i>Exp_Mudanc</i>	11. Reportar as mudanças significativas no trabalho de auditoria em relação ao ano anterior.
C	<i>Exp_DetPapel</i>	12. Incluir explicações mais detalhadas sobre o papel do auditor.
	<i>Exp_Docs</i>	13. Elaborar um documento separado explicando em linguagem simples o significado da auditoria e do relatório de auditoria.
	<i>Exp_Lingua</i>	14. Escrever o relatório de auditoria em uma linguagem mais acessível.
	<i>Exp_RCurto</i>	15. Elaborar um relatório de auditoria curto (apenas opinião).
	<i>Exp_Ressalva</i>	16. Aprimorar com clareza as limitações dos riscos referentes a um relatório sem ressalva.

Figura 10 – Expectativas em relação a inclusão de informações no relatório dos auditores
Fonte: Elaborado pelo autor

3.4 Hipóteses Estatísticas

Diferentes abordagens empíricas foram desenvolvidas em relação ao estudo das expectativas em auditoria no contexto acadêmico internacional. A estrutura definida por Porter (1993), que segrega as DEA em Diferença de Razoabilidade, Padrões Deficientes e Desempenho Deficiente, revela que pode haver diferenças significativas entre os índices de expectativas dos auditores em relação ao índice dos não-auditores (demais usuários da contabilidade).

Pesquisas desenvolvidas na China, Singapura, Alemanha, EUA, Bélgica, Gana, Portugal e Holanda, evidenciam a presença das diferenças de expectativas entre os auditores e não-auditores (demais usuários da informação contábil) (Lin & Chen, 2004; Lee, Ali & Gloeck, 2009; Almeida & Colomina, 2008; Hassink, Bollen, Meuwissen & Vries, 2009;

Agyei, Aye & Owusu-Yeboah, 2013), denotadas pela expectativa superior dos não-audidores em comparação aos auditores. Partindo do pressuposto que resultados semelhantes podem se repetir em uma pesquisa desta natureza no Brasil, apresenta-se a primeira hipótese estatística:

- **H1:** O índice de expectativa dos auditores em relação aos deveres da auditoria externa é inferior ao índice de expectativa dos não-audidores.

Acredita-se que serão detectadas diferenças significativamente superior entre o índice de expectativa dos auditores em relação ao índice de expectativa dos não-audidores. Contudo, além da magnitude dessa diferença, o trabalho também se propõe a compreender demais fatores intervenientes que explicam os índices de expectativa de auditoria e que geram distorções entre o esperado pelos auditores e não-audidores. A primeira análise neste ponto busca avaliar a relação entre o índice de expectativas e a percepção dos auditores e demais não-audidores sobre inclusão de informações sobre a entidade auditada no relatório do auditor. Litjens *et al.* (2015) indica que os usuários das demonstrações financeiras (credores e auditores) tendem a requerer informações sobre a empresa na tentativa de minimizar a assimetria de informações. Beyer, Cohen, Lys & Walther (2010) destacam a possível resistência por parte dos gestores e proprietários das empresas para fornecer essas informações, dado que uma maior exposição pode afetar a concorrência, as relações de mercado e gerar custos à empresa devido a erros de interpretações dos usuários (Beyer *et al.*, 2010).

A inclusão de informações da entidade no relatório do auditor se refere a descrições de características específicas para cada empresa auditada. Neste caso, espera-se que a administração da entidade prefira fornecer essas informações ao invés de deixar sob responsabilidade dos auditores, pois, ao ter o controle da divulgação, poderão determinar a extensão dos detalhes e forma de escrita (Litjens *et al.*, 2015).

Sob a perspectiva dos auditores, existem dois pontos a serem considerados. Por um lado, fornecer informações adicionais sobre a entidade auditada pode proporcionar maior visibilidade aos trabalhos do auditor e destacar sua relevância. Por outro lado, o auditor pode enfrentar maiores riscos de credibilidade por apresentar sua visão sobre a entidade (Litijens *et al.*, 2015). Esta ambiguidade demonstra que a inserção de informações sobre a entidade no relatório do auditor ainda representa uma tarefa complexa e incerta para os auditores. Portanto, acerca deste ponto, destacam-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

- **H2a:** Não-audidores atribuem maior importância que os Auditores em relação à inclusão de informações específicas sobre a entidade auditada no relatório de auditoria.
- **H2b:** A inclusão de informações específicas da entidade auditada no relatório dos auditores afeta positivamente o Índice de Expectativa dos auditores e não-audidores.

Espera-se que os não-audidores, em sua maioria, tentarão minimizar a assimetria de informações exigindo informações mais específicas sobre a empresa enquanto os auditores possam querer se resguardar quanto aos possíveis riscos de divulgação. Os interesses dos não-audidores por maiores informações podem incluir referências sobre a avaliação do risco de fraude por parte do auditor, a continuidade operacional da empresa e o gerenciamento de resultados no relatório financeiro (McEnroe & Martens, 2001; Mock *et al.*, 2013; Litjens *et al.*, 2015). Nesse sentido, estudos sugerem que as informações sobre o processo de auditoria podem ser benéficas para os usuários das demonstrações financeiras, uma vez que estas informações poderão dar suporte para tomadas de decisões (Church *et al.*, 2008; Turner *et al.*, 2009; Mock *et al.*, 2013; Litjens *et al.*, 2015). Por outro lado, há também a perspectiva que os *stakeholders* podem estar interessados apenas na opinião final do auditor e não nas informações relativas ao processo de auditoria (Vanstraelen *et al.*, 2012).

Sob o ponto de vista da administração da empresa auditada, seguindo o mesmo raciocínio implicado para inclusão de informações sobre a empresa no relatório, a inclusão de maiores detalhes sobre o processo de auditoria no relatório pode representar um risco e um possível custo futuro à entidade, dado que as informações divulgadas não estão sob seu controle.

Para os auditores, a inclusão de informações sobre o processo de auditoria pode acarretar em ganhos ou perdas, haja vista que as novas informações poderiam ser utilizadas como estratégia para ampliar a legitimidade dos trabalhos do auditor, mas também, poderiam representar um risco por erros de interpretações. Desta forma, para avaliar esta relação destaca-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

- **H3a:** Não-Audidores atribuem maior importância que os Auditores em relação à inclusão de informações sobre o processo de auditoria no relatório de auditoria.
- **H3b:** A inclusão de informações sobre o processo de auditoria no relatório dos auditores afeta positivamente o Índice de Expectativa dos Auditores e Não-Audidores.

Por fim, avalia-se a relação entre o índice de expectativas e as possíveis alterações no formato e escrita do relatório dos auditores. Constantes estudos realizados pelo IFAC em conjunto com IAASB trabalham sob o enfoque de avaliar as possíveis mudanças no relatório do auditor com objetivo de minimizar as diferenças de expectativas em auditoria. Convites para comentários e consultas são oportunamente empreendidos pelos órgãos reguladores para avaliar as opiniões dos diferentes grupos de *stakeholders* acerca de tais mudanças.

Os estudos acadêmicos que avaliam os efeitos das mudanças do relatório do auditor são diversos (Chong & Pflugrath, 2008; Gold *et al.*, 2012; Maseko, 2016; Boolaky & Quick, 2016), entretanto, não existe um consenso indicando que esse tipo de mudança impacta significativamente nas expectativas da auditoria. Para avaliar a relação entre o índice de expectativa e as possíveis alterações do relatório, desenvolveu-se as seguintes hipóteses:

- **H4a:** Não-Audidores atribuem maior importância que os Auditores em relação à inclusão de mudanças no formato e escrita do relatório de auditoria.
- **H4b:** Alterações no formato e escrita do relatório dos auditores afetam positivamente o Índice de Expectativa dos auditores e não-auditores.

3.5 Técnicas Estatísticas

3.5.1 Teste de Média

A comparação de duas categorias, em relação aos seus valores das variáveis analisadas, pode ser feita por meio de testes paramétricos (como o teste T para comparação de duas amostras) ou testes não paramétricos de médias (como o de *Mann-Whitney*). O teste T, usado quando se objetiva saber se há diferenças estatisticamente significativas entre as médias de duas amostras que compõem o objeto de estudo, apresenta como pressuposto o fato de que as amostras, as quais se desejam verificar a existência de diferença estatística, devem ser provenientes de população normalmente distribuída. (Devore, 2006).

Caso a hipótese de normalidade da distribuição das variáveis exigida pelo teste T não seja cumprida, deve-se optar por um teste de média não paramétrico. O teste de *Mann-Whitney* (conhecido como teste U) é um teste estatístico não paramétrico usado para verificar se dois grupos independentes são provenientes de uma mesma população, ou seja, o teste verifica a existência de diferenças significativa entre soma dos postos de duas amostras provenientes de populações distintas. As hipóteses do teste de *Mann-Whitney* são estabelecidas em termos dos valores medianos da amostra estudada (Siegel & Castellan Jr., 2006).

Essa pesquisa fez uso do teste de diferença de média para verificar a existência de diferença estatisticamente significativa entre o índice de expectativas dos Auditores e Não-Auditores (estudantes, analistas financeiros e entre outros profissionais) em relação aos deveres da auditoria externa e, também, para verificar a existência de diferença estatisticamente significativa na atribuição de importância em relação a possíveis modificações no relatório dos auditores dada pelos Auditores em comparação aos Não-Auditores. A opção por testes paramétricos ou não paramétricos foi baseada na distribuição dos dados, avaliado pelo teste *Shapiro-Francia* de normalidade dos dados.

3.5.2 Análise Fatorial

Objetivando construir os regressores que irão compor o modelo de regressão da abordagem econométrica do presente estudo, foi utilizada a técnica de Análise Fatorial. A Análise Fatorial é uma das técnicas da estatística multivariada que tem como objetivo a redução de um conjunto de variáveis correlacionadas, através de combinações lineares das mesmas, denominadas fatores que correspondem a novas variáveis não correlacionadas. Os fatores obtidos por meio da Análise Fatorial são capazes de captar a variabilidade dos dados originais, sendo capazes, portanto, de resumir a informação contida nas variáveis que irão ser submetidas ao modelo Fatorial (Mingoti, 2005).

De acordo com Hair *et al.* (2005), a técnica de Análise Fatorial apresenta como etapas necessárias para a sua realização os seguintes passos:

- i) adequabilidade de aplicação do modelo de Análise Fatorial;
- ii) verificação de existência de correlação entre as variáveis que irão integrar a Análise Fatorial;
- iii) definição do número de variáveis que irão sintetizar a informação contida nas observações iniciais – fatores;

- iv) melhor definição das variáveis mais relevantes para cada um dos fatores através da rotação dos mesmos;
- v) interpretação das novas variáveis (fatores) obtidos através do modelo fatorial; e
- vi) determinação dos fatores que irão substituir as observações iniciais.

Destaca-se que, uma vez que as assertivas do questionário em relação às possíveis alterações no relatório do auditor (Parte III do questionário) foram elaboradas para constructos específicos, realizou-se uma análise fatorial para cada uma das três categorias que avaliaram as alterações no relatório do auditor, seja pela inclusão de informações sobre a entidade auditada, informações sobre o processo de auditoria e alterações no formato e escrita do relatório.

A normalidade multivariada dos dados foi avaliada pelo teste *Doornik Hansen*. O patamar mínimo para que fosse criado um fator foi o de *engvelue* maior que 1. Por fim, a adequação da utilização da análise fatorial foi avaliada pelo teste de *Esfericidade de Bartlett* e pela estatística *KMO*.

3.5.3 Análise de Regressão

O Método dos Mínimos Quadrados (MMQ), ou Quadrados Mínimos Ordinários (MQO) se refere a uma técnica matemática de otimização que tem como objetivo fornecer o melhor ajuste para o modelo proposto através da minimização da soma dos quadrados das diferenças entre o valor estimado e os dados observados - tais diferenças são chamadas resíduos. A estimação através do MQO é técnica amplamente utilizada em econometria e se baseia na minimização da soma dos quadrados dos resíduos da regressão, fornecendo-se, assim, o melhor ajuste para os dados observados Gujarati (2011).

O método de mínimos quadrados ordinários exige que o termo de erro, do modelo ajustado, tenha distribuição normal e independente. O estimador de mínimos quadrados ordinários deve ser não-viesado e de variância mínima, mantendo-se, também, a linearidade na variável resposta e nos parâmetros estimados pelo modelo. A linearidade nos parâmetros, determina que as variáveis explicativas tenham que apresentar uma relação linear entre si, caso contrário, o modelo proposto seria um modelo de regressão não linear (Montgomery, Peck & Vining, 1992).

Na regressão múltipla é possível verificar a forma como diversas variáveis x_i , ao mesmo tempo, influenciam a variável dependente y_i . No estudo proposto, a relação estabelecida entre as variáveis que compõem a pesquisa é dada pela equação 1:

$$\begin{aligned}
 IE_i = & \alpha_1 Fator_InfoEntidade_i + \alpha_2 Fator_InfoProcesso_i + \alpha_3 Fator_Formato_i \\
 & + \alpha_{16} G\acute{e}nero_i + \alpha_{17} Idade_i + \alpha_{18} Forma\c{c}\~{a}o_i + \alpha_{19} Auditor_i \\
 & + \alpha_{20} Uso_i + \alpha_{21} Texp_i + \alpha_{22} Exp_Acad_i + \alpha_{23} Exp_AcadProf_i \\
 & + \alpha_{24} Exp_Prof_i + \alpha_{25} Leu_NovoRelat_i + \varepsilon_i
 \end{aligned}
 \tag{2}$$

Em que:

- *IE*: Corresponde ao índice de expectativas dos auditores e demais usuários das demonstrações contábeis. Calculado de acordo com o método desenvolvido por Porter (1993);
- *Fator_InfoEntidade*: Fator referente às informações sobre a entidade auditada;
- *Fator_InfoProcesso*: Fator referente às informações sobre o processo de auditoria;
- *Fator_Formato*: Fator referente a mudanças no formato e escrita do relatório;
- *Genero*: Gênero (Dummy se masculino =1; Feminino = 0);
- *Idade*: Valor correspondente à idade em anos do respondente;
- *Formação*: Área de formação do respondente; (Dummy se formado em Ciências Contábeis = 1; Outros = 0)
- *Auditor*: (Dummy se auditor = 1; Outros = 0)
- *Uso*: Tipo de uso do relatório (Dummy; Leio =1; Não Leio = 0)
- *Texp*: Tempo de experiência profissional na profissão atual em anos;
- *Exp_Acad*: (Dummy se experiência apenas acadêmica com auditoria =1; Outros= 0)
- *Exp_AcadProf*: (Dummy se experiência acadêmica e profissional com auditoria = 1; Outros= 0)
- *Exp_Prof*: (Dummy se experiência apenas profissional= 1; Outros= 0)
- *Leu_NovoRelat*: (Dummy, Leu o novo relatório dos auditores = 1; Não Leu = 0)

Determinado o modelo utilizado, o segundo passo foi dado pelos testes de adequabilidade do modelo, como teste de multicolinearidade, teste *Breusch-Pagan-Godfrey* e verificação da normalidade dos resíduos. A multicolinearidade consiste em problema nas variáveis explicativas independentes que possuem relações lineares entre as mesmas. Isso afeta o coeficiente de determinação do modelo proposto, fazendo com que esse atinja valores demasiadamente altos, porém os parâmetros estimados pelo modelo não apresentam significância estatística. A presença de multicolinearidade determina que diversas variáveis explicativas, que apresentam individualmente relação com a variável dependente, quando

estudadas em conjunto com as demais sejam consideradas sem significância estatística (Gujarati, 2011).

Dentre os métodos de identificação de presença de multicolinearidade, no modelo de regressão, tem-se o fator de inflação da variância (*Variance Inflation Factor* – VIF). Sendo o VIF é dado por:

$$VIF_j = \frac{1}{(1 - R_j^2)} \quad (3)$$

O VIF é uma métrica que mensura o aumento da variância determinada pela presença de multicolinearidade entre os regressores. Na estatística VIF o R_j^2 mede a correlação entre os regressores do modelo (Heij, Boer, Franses, Kloek & Dijk, 2004).

Cabe destacar que a estimação pelo método MQO determina a existência de ausência de heterocedasticidade o que determina que os erros-padrão dos estimadores estejam calculados incorretamente o que acarreta para o modelo interpretações equivocadas em relação aos parâmetros do modelo, pois os testes de significância dos parâmetros e as estimativas intervalares destes, não estão corretamente calculadas (Gujarati, 2011).

Nessa pesquisa a verificação de existência de heterocedasticidade no modelo de regressão é feita através do teste de *Breusch-Pagan-Godfrey*. O referido teste é um teste robusto frequentemente implementado para a verificação da presença de heterocedasticidade. A estatística de teste utilizada pelo teste de *Breusch-Pagan-Godfrey* é chamada de estatística LM (Multiplicador de Lagrange), que tem distribuição Qui-quadrado com k graus de liberdade (K igual ao número de parâmetros estimados na regressão auxiliar, exceto o intercepto):

$$LM = nR^2 \sim \chi_k^2 \quad (4)$$

Onde n é o número de observações da amostra. Se esta estatística LM for significativa ao nível de significância adotado deve-se rejeitar a hipótese nula do teste que a existência de homocedasticidade (Wooldridge, 2010).

Outro pressuposto da regressão linear estimado através do método MQO é suposição de normalidade dos resíduos. A normalidade dos estimadores de MQO está relacionada a normalidade da distribuição do erro ε_i , na população (Wooldridge, 2010).

O presente estudo utiliza o teste de normalidade de *Jarque-Bera* que, de acordo com Judge *et al.* (1988), considera como parâmetros os coeficientes de curtose e assimetria que na hipótese de normalidade são 3 e 0, respectivamente.

Caso a normalidade dos resíduos não seja verificada através do teste de normalidade, de acordo com Wooldridge (2010) pode-se trabalhar com a hipótese de normalidade assintótica. Para que se tenha normalidade assintótica exige a hipótese de homocedasticidade e que $E(u / x_i) = 0$.

4 ANALISE DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados neste capítulo são interpretados à luz da plataforma teórica desenvolvida na pesquisa. Antes, entretanto, uma análise mais acurada da amostra é realizada no intuito de trazer maior conhecimento dos dados, ora em análise, por meio da apresentação das estatísticas descritivas. Posteriormente, as correlações das variáveis, análise fatorial, os testes de média e os resultados do modelo de regressão empregado com o objetivo de avaliar as hipóteses propostas na pesquisa.

4.1 Perfil dos Respondentes

A amostra inicialmente coletada foi constituída por 194 questionários respondidos, dentre os quais 9 apresentaram dados faltantes (*missing data*), sendo considerado para fins de análise, portanto, um total de 185 observações, constituídas por 40 auditores e 145 não-auditores (demais usuários das informações contábeis).

Antes de abordar aspectos referentes às expectativas dos respondentes acerca dos deveres dos auditores, apresenta-se as principais características amostrais, tais como gênero, grau de instrução, área de formação, profissão e entre outras.

Tabela 1 – Perfil dos Respondentes

Identificação		Frequência	%
Gênero	Feminino	82	44%
	Masculino	103	56%
	TOTAL	185	100%
Faixa Etária	Até 20 anos	3	2%
	Entre 21 e 30 anos	97	52%
	Entre 31 e 40 anos	54	29%
	Entre 41 e 50 anos	21	11%
	Acima de 50	10	5%
	TOTAL	185	100%
Grau de Instrução	Doutor	4	2%
	Mestre	27	15%
	Especialista	64	35%
	Ensino superior completo	65	35%
	Ensino médio/técnico	25	14%
	TOTAL	185	100%
Área de Formação	Ciências Contábeis	157	85%
	Administração	15	8%
	Economia	5	3%
	Direito	4	2%
	Engenharia	1	1%
	Estatística	1	1%
	Relações internacionais	1	1%
	Não se aplica	1	1%
	TOTAL	185	100%
Ocupação atual	Contador (a)	123	66%
	Auditor (a)	40	22%
	Estudante	14	8%
	Advogado (a)	2	1%
	Bancário (a)	2	1%
	Minerador	1	1%
	Tecnologia da Informação	1	1%
	Vendedor	1	1%
	Engenheiro	1	1%
	TOTAL	185	100%
	Tempo de experiência na Profissão Atual	Até 5 anos	97
Entre 6 e 15 anos		66	36%
Acima de 15 anos		22	12%
TOTAL		185	100%

No que se refere ao gênero, constata-se a preponderância de respondentes do gênero masculino comparada ao gênero feminino na amostra coletada. Na análise em conjunto (auditores e não-auditores), dentre os 185 respondentes, 44% assinalaram ser do gênero feminino, correspondendo a 82 observações, e 56% assinalaram ser do gênero masculino, correspondendo a 103 observações. Ao analisar separadamente por grupo de usuários, observou-se que o número do gênero masculino é dado em maior escala no grupo dos respondentes que trabalham com auditoria, sendo que, do total de 40 auditores, 68%

assinalaram ser do gênero masculino, correspondendo 27 observações, e 33% do gênero feminino, correspondendo 13 observações.

Um dos fatores que explicam a prevalência do gênero masculino na amostra relacionado ao ambiente da auditoria e contabilidade pode estar relacionado às diferenças entre os gêneros historicamente registrada no mercado de trabalho. Apesar de estar aumentando, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho ainda está marcada por uma forte diferença em relação ao dos homens (Abram, 2006). Entretanto, cabe destacar que a presença feminina no contexto do mercado de trabalho relacionado à contabilidade e auditoria tende a crescer, dado o grande número de estudantes desse gênero em formação (Cruz, Lima, Durso & Cunha, 2016).

Outro ponto observado refere-se à faixa etária da amostra em estudo. De acordo com a Tabela 1, a maior concentração foi dada na faixa de 21 a 30 anos, representando 52% dos respondentes. A idade mínima da amostra foi de 19 anos e a máxima de 59. Destaca-se também que a idade de maior frequência foi de 28 anos. No que se refere a área de formação, chama-se a atenção para o fato de que a maioria dos respondentes são formados em Ciências Contábeis, no total de 85%, representando 157 respondentes. Em segundo, observa-se 8% respondentes formados em administração e 7% formados em outras áreas tais como Direito, Economia, Estatística e entre outros. Neste ponto, destaca-se que as diferenças de expectativas entre auditor e usuários, a serem testadas em tópicos seguintes, podem não ser tão expressivas como em estudos anteriores (Best, Buckby & Tan, 2001; Gold, Gronewold & Pott, 2012; Litjens, Buuren & Vergoossen, 2015; Maseko, 2016), dado o fato de que se espera que a maioria da amostra, por ser formada em Ciências Contábeis, tenha um conhecimento mínimo de contabilidade e auditoria.

Ao analisar a ocupação exercida pelos respondentes, verifica-se que 92% da amostra exercem profissão no mercado de trabalho, correspondendo a 171 observações distribuídas entre Contador, Auditor, Professor, Advogado, Bancário, Minerador, Técnico de Informação, Vendedor e Engenheiro. Dentre as ocupações informadas pelos respondentes, aquelas que obtiveram a maior representatividade foram a de Contador (a), Auditor (a), Professor (a) e Estudante, com a representatividade de respectivamente 56%, 22%, 11% e 8% da amostra, correspondendo ao total de respectivamente 103, 40, 20 e 14 observações.

Após analisado as principais características que compõem o perfil dos respondentes, buscou-se avaliar o envolvimento e conhecimento dos respondentes em relação aos trabalhos de auditoria e o respectivo relatório dos auditores, conforme dados apresentados na Tabela 2:

Tabela 2 – Envolvimento dos respondentes com auditoria e relatório dos auditores

Identificação		Frequência	%
Experiência com Auditoria	Acadêmica e Profissional	78	42%
	Apenas Acadêmica	66	36%
	Apenas Profissional	19	10%
	Nenhuma	22	12%
	TOTAL	185	100%
Como utiliza o relatório dos auditores?	Leio	109	59%
	Não Leio	76	41%
	TOTAL	185	100%
Leu o novo relatório dos auditores?	Sim	70	38%
	Não	115	62%
	TOTAL	185	100%
Relatório pode ser melhorado?	Sim	136	74%
	Não	3	2%
	Não Sei	46	25%
	TOTAL	185	100%

Observa-se que 88% da amostra já teve ou tem experiência com auditoria, correspondendo 163 respondentes. Destes, 42% assinalaram ter experiência acadêmica e profissional, que corresponde a 78 respondentes, 36% com experiência apenas acadêmica, representando 66 observações e 10% com experiência apenas profissional. Apesar da representatividade de respondentes com experiência em auditoria, seja na forma acadêmica e/ou profissional, apenas 38% da amostra assinalaram ter lido o novo relatório dos auditores dada pela adoção da revisão das normas de auditoria ISAs 700, 701, 705 e 706. Por fim, quando questionados se o relatório do auditor ainda pode ser melhorado, verifica-se que 74% apontaram pela possível melhoria, enquanto 25% não souberam e 2% afirmaram que não cabem melhorias.

4.2 Percepção acerca da inclusão de informações no relatório e sobre deveres do auditor

Conforme detalhado nos procedimentos metodológicos da pesquisa, utilizou-se o questionário elaborado com base nos trabalhos de Litjens *et al.* (2015) para obter as variáveis utilizadas no modelo. Para uma análise ampla, a estatística descritiva dos dados obtidos foram apresentadas em conjunto na Tabela 3.

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis do modelo

Variável	Média	Desvio-padrão	Moda	Mediana	CV	Observações
Inclusão de informações sobre a entidade						
<i>Exp_Clausula</i>	5.16	1.92	7	6	37%	185
<i>Exp_Control</i>	5.74	1.68	7	7	29%	185
<i>Exp_Política</i>	4.52	2.05	7	5	45%	185
<i>Exp_Inadimp</i>	4.92	2.13	7	5.5	43%	185
<i>Exp_ControlFraud</i>	5.73	1.74	7	7	30%	185
Inclusão de informações sobre o processo de auditoria						
<i>Exp_Continuid</i>	5.69	1.78	7	7	31%	185
<i>Exp_ErroAdj</i>	4.93	2.21	7	5	45%	185
<i>Exp_Erro</i>	5.65	1.96	7	7	35%	185
<i>Exp_Materialidad</i>	5.33	2.20	7	6	41%	185
<i>Exp_ProcedFraud</i>	5.90	1.75	7	7	30%	185
<i>Exp_Mudanc</i>	5.74	1.92	7	7	34%	185
Inclusão de mudanças no formato e escrita do relatório do auditor						
<i>Exp_DetPapel</i>	4.81	2.10	7	5	44%	185
<i>Exp_Docs</i>	4.11	2.32	7	4	56%	185
<i>Exp_Lingua</i>	5.08	2.19	7	6	43%	185
<i>Exp_RelCurto</i>	3.29	2.08	1	4	63%	185
<i>Exp_Ressalva</i>	4.59	2.34	7	5	51%	185
Variáveis de controle						
<i>Idade</i>	32.52	8.62	28	29	26%	185
<i>Texp</i>	7.97	7.89	5	5	99%	185

Em que **CV** = Coeficiente de Variação, **IE** = Índice de expectativa, **Exp_Clausula**= Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre violações de cláusulas contratuais, **Exp_Control** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre qualidade dos controles internos, **Exp_Política**= Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre agressividade das políticas contábeis, **Exp_Inadimp** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre inadimplência da empresa, **Exp_ControlFraud** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre controles que reduzem o risco de fraude, **Exp_Continuid** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre continuidade, **Exp_ErroAdj** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre erros ajustados, **Exp_Erro** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre erros não ajustados, **Exp_Materialidad** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre materialidade, **Exp_ProcedFraud** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre procedimentos de auditoria realizados em relação aos riscos de fraude, **Exp_Mudanc** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre mudanças significativas no trabalho de auditoria em relação ao ano anterior, **Exp_DetPapel** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações mais detalhadas sobre o papel do auditor, **Exp_Docs** = Expectativa referente inclusão de documento separado explicando em linguagem simples o significado da auditoria e do relatório de auditoria, **Exp_Lingua** = Expectativa referente a possibilidade de escrita do relatório de auditoria em uma linguagem mais acessível, **Exp_RelCurto** = Expectativa referente a elaboração de um relatório de auditoria curto (apenas opinião), **Exp_Ressalva** = Expectativa referente maior esclarecimento sobre as limitações dos riscos referentes a um relatório sem ressalva, **Texp** = Tempo de experiência na profissão atual.

Como pode se verificar a partir da Tabela 3, a moda das variáveis explicativas do modelo apresentou, majoritariamente, representada pelo número 7, que é o valor máximo da escala *likert* adotada. Exceto pela variável referente à expectativa referente a elaboração de

um relatório de auditoria curto (apenas opinião) (*Exp_RelCurto*) que apresentou o valor 1 como mais recorrente. A predominância do valor 1, neste caso, vai ao encontro do levantamento realizado pelo *CFA Institute*, publicado em 2010, que apontou que 94% dos usuários da amostra priorizavam receber informações sobre o processo de auditoria no relatório dos auditores em comparação às mudanças apenas no formato.

As variáveis referentes a informações sobre qualidade dos controles internos (*Exp_Controlle*), informações sobre procedimentos de auditoria realizados em relação aos riscos de fraude (*Exp_ProcedFraud*) e informações sobre mudanças significativas no trabalho de auditoria em relação ao ano anterior (*Exp_Mudanc*) apresentaram as maiores médias, com respectivo valor de 5,74 com desvio padrão 1,68; 5,90 com desvio padrão 1,75 e 5,74 com desvio padrão 1,92. Ao analisar os valores médios, verifica-se uma concentração de valores acima de 5 no grupo de inclusão de informações sobre o processo de auditoria, o que pode demonstrar possível importância dada pelos respondentes à este grupo na tentativa de melhorar o relatório dos auditores e reduzir as diferenças entre o índice de expectativas dos auditores comparada às expectativas dos demais usuários das demonstrações contábeis. Diferentemente desta dissertação, Litjens *et al.* (2015) apontam em sua pesquisa maiores valores médios no grupo de inclusão de mudanças no formato e escrita do relatório do auditor, e, o maior valor médio calculado foi representado pela expectativa referente a possibilidade de escrita do relatório de auditoria em uma linguagem mais acessível (*Exp_Lingua*).

4.3 Análise Fatorial

Para a construção dos fatores explicativos do modelo, que captassem as atribuições de importância dada pelos respondentes a cada grupo de variável referente a inclusões de informações no relatório dos auditores (Parte III do questionário), utilizou-se a técnica estatística de Análise Fatorial. Antes, entretanto, para verificar a viabilidade da técnica, avaliou-se a correlação de *Spearman* entre as variáveis, conforme Tabela 4:

Tabela 4 – Correlação entre as variáveis sobre a inclusão de novas informações no relatório dos auditores

	<i>Exp_ Clausula</i>	<i>Exp_ Controle</i>	<i>Exp_ Política</i>	<i>Exp_ Inadimp</i>	<i>Exp_ ControlFraud</i>	<i>Exp_ Continuid</i>	<i>Exp_ ErroAdj</i>	<i>Exp_ Erro</i>	<i>Exp_ Materialidad</i>	<i>Exp_ ProcedFraud</i>	<i>Exp_ Mudanc</i>	<i>Exp_ DetPapel</i>	<i>Exp_ Docs</i>	<i>Exp_ Lingua</i>	<i>Exp_ RelCurto</i>	<i>Exp_ Ressalva</i>
<i>Exp_ Clausula</i>	1															
<i>Exp_ Controle</i>	0.5221***	1														
<i>Exp_ Política</i>	0.3765***	0.4518***	1													
<i>Exp_ Inadimp</i>	0.4659***	0.3873***	0.5147***	1												
<i>Exp_ ControlFraud</i>	0.4139***	0.5444***	0.5157***	0.6183***	1											
<i>Exp_ Continuid</i>	0.3769***	0.4395***	0.4063***	0.4530***	0.6203***	1										
<i>Exp_ ErroAdj</i>	0.2129***	0.2031***	0.3311***	0.3524***	0.3985***	0.3300***	1									
<i>Exp_ Erro</i>	0.3455***	0.4003***	0.3833***	0.3987***	0.4657***	0.5171***	0.5413***	1								
<i>Exp_ Materialidad</i>	0.2225***	0.3232***	0.3542***	0.3514***	0.3915***	0.3016***	0.3175***	0.3432***	1							
<i>Exp_ ProcedFraud</i>	0.3938***	0.4998***	0.3831***	0.4390***	0.5297***	0.4160***	0.4136***	0.5114***	0.5606***	1						
<i>Exp_ Mudanc</i>	0.3520***	0.4109***	0.2973***	0.3372***	0.4031***	0.3439***	0.3635***	0.4813***	0.4708***	0.6427***	1					
<i>Exp_ DetPapel</i>	0.4198***	0.4302***	0.4443***	0.4130***	0.4475***	0.4019***	0.3099***	0.3696***	0.3345***	0.4362***	0.3804***	1				
<i>Exp_ Docs</i>	0.2535***	0.2615***	0.3684***	0.3245***	0.3484***	0.2732***	0.2435***	0.2119***	0.3023***	0.2207***	0.3138***	0.5666***	1			
<i>Exp_ Lingua</i>	0.1792***	0.2202***	0.3046***	0.3208***	0.3448***	0.2074***	0.2950***	0.2921***	0.3272***	0.3446***	0.3543***	0.4468***	0.6581***	1		
<i>Exp_ RelCurto</i>	0.1401*	0.1849***	0.2060***	0.2438***	0.2363***	0.1763***	0.1559***	0.1179	0.1933***	0.1451***	0.2438***	0.3525***	0.4885***	0.3856***	1	
<i>Exp_ Ressalva</i>	0.3160***	0.2239***	0.2504***	0.3138***	0.4094***	0.2990***	0.3805***	0.2707***	0.3778***	0.3565***	0.3435***	0.3716***	0.4194***	0.3673***	0.2998***	1

* significativa ao nível de 10%

** significativa ao nível de 5%

*** significativa ao nível de 1%

Em que **Exp_Clausula**= Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre violações de cláusulas contratuais, **Exp_Control** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre qualidade dos controles internos, **Exp_Política**= Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre agressividade das políticas contábeis, **Exp_Inadimp** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre inadimplência da empresa, **Exp_ControlFraud** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre controles que reduzem o risco de fraude, **Exp_Continuid** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre continuidade, **Exp_ErroAdj** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre erros ajustados, **Exp_Erro** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre erros não ajustados, **Exp_Materialidad** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre materialidade, **Exp_ProcedFraud** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre procedimentos de auditoria realizados em relação aos riscos de fraude, **Exp_Mudanc** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações sobre mudanças significativas no trabalho de auditoria em relação ao ano anterior, **Exp_DetPapel** = Expectativa referente inclusão no relatório do auditor de informações mais detalhadas sobre o papel do auditor, **Exp_Docs** = Expectativa referente inclusão de documento separado explicando em linguagem simples o significado da auditoria e do relatório de auditoria, **Exp_Lingua** = Expectativa referente a possibilidade de escrita do relatório de auditoria em uma linguagem mais acessível, **Exp_RelCurto** = Expectativa referente a elaboração de um relatório de auditoria curto (apenas opinião), **Exp_Ressalva** = Expectativa referente maior esclarecimento sobre as limitações dos riscos referentes a um relatório sem ressalva.

Verifica-se que a correlação de maior representatividade ocorreu entre as variáveis referente a expectativa sobre a possibilidade de escrita do relatório de auditoria em uma linguagem mais acessível (*Exp_Língua*) e a expectativa referente inclusão de documento separado explicando em linguagem simples o significado da auditoria e do relatório de auditoria (*Exp_Docs*), no valor de 0,6581, um dos fatores que a explica é por ambas tratarem de melhorias no campo da linguagem e apresentação do relatório dos auditores (Vanstraelen *et al.*, 2012; Mock *et al.*, 2013). Adicionalmente, observa-se que as variáveis apresentam-se, em geral, estatisticamente significativas, o que aponta indícios para viabilidade na utilização da técnica da análise fatorial.

Destaca-se que, uma vez que as assertivas dos questionários foram elaboradas para constructos específicos, optou-se por realizar três análises fatoriais distintas, sendo cada uma correspondente a um grupo específico de alterações no relatório do auditor. Em um primeiro momento, avaliou-se o grupo referente a informações específicas sobre a entidade auditada, e, para a seleção dos fatores correspondente a este grupo, levou-se em consideração a análise dos autovalores, conforme apresentado na Figura 11.

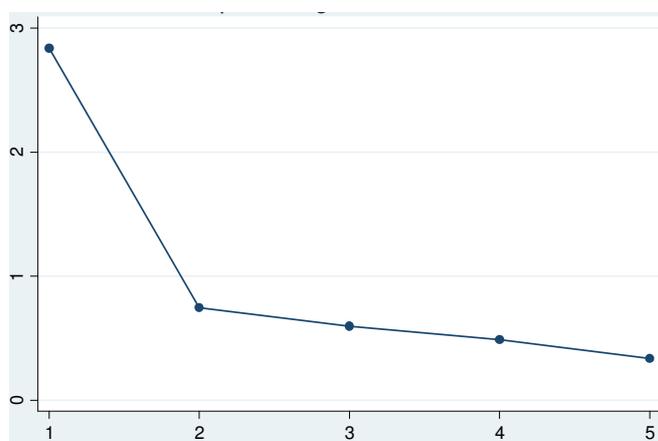


Figura 11 – Autovalores dos fatores referente às informações específicas sobre a entidade auditada
Fonte: Dados da pesquisa

Na Figura 11, constata-se uma queda brusca dos autovalores após o primeiro fator, que foi o único que teve o *eigenvalue* superior a 1. Posto isto e levando-se em consideração os aspectos metodológicos explicitados anteriormente, utilizou-se o primeiro fator como representativo do grupo das informações específicas sobre a entidade auditada, denominado *Fator_InfoEntidade*. Apresenta-se a seguir as respectivas cargas fatoriais de cada componente deste fator, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Fator de informações específicas sobre a entidade auditada (*Fator_InfoEntidade*)

Variáveis	Fator_InfoEntidade
Informações sobre violações de cláusulas contratuais (<i>Exp_Clausula</i>)	0.25129
Informações sobre qualidade dos controles internos (<i>Exp_Controlre</i>)	0.25220
Informações sobre agressividade das políticas contábeis (<i>Exp_Política</i>)	0.26485
Informações sobre inadimplência da empresa (<i>Exp_Inadimp</i>)	0.27611
Informações sobre controles que reduzem o risco de fraude (<i>Exp_ControlFraud</i>)	0.28161
Variância Explicada = 0.5675	
KMO = 0.7765; P-valor= 0.000 (Teste de Esfericidade de Bartlett)	

Constata-se que o fator de informações específicas sobre a entidade auditada (*Fator_InfoEntidade*) é impactado de forma mais acentuada pelas variáveis de inclusão de informações sobre controles que reduzem o risco de fraude (*Exp_ControlFraud*), informações sobre inadimplência da empresa (*Exp_Inadimp*) e informações sobre agressividade das políticas contábeis (*Exp_Política*). Ademais, verifica-se que a proporção da variabilidade total dos dados explicada pelo *Fator_InfoEntidade* foi de 56,75%. A adequação técnica da análise realizada foi verificada por meio da estatística KMO, a qual apresentou valor de 0,7765, classificado como bom, de acordo com Takamatsu (2015).

Em seguida, analisou-se os autovalores referentes aos fatores relacionados às variáveis do grupo de informações sobre os processos de auditoria, conforme apresentado na Figura 12.

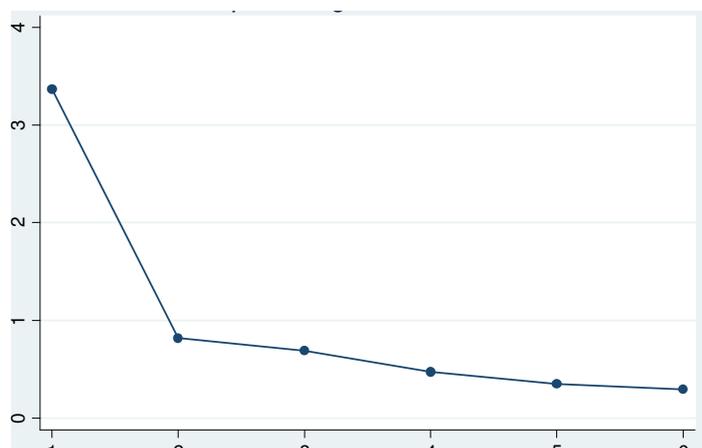


Figura 12 – Autovalores dos fatores referentes às informações específicas sobre os processos de auditoria
Fonte: Dados da pesquisa

Assim como no primeiro caso, que corresponde aos fatores do grupo de informações específicas da entidade auditada, neste também verifica-se que apenas o primeiro fator apresentou autovalor acima de 1, sendo selecionado para utilização no modelo. Apresenta-se, na Tabela 6 os dados do fator explicativo do grupo referente às informações sobre os processos de auditoria.

Tabela 6 – Fator de informações sobre os processos de auditoria (*Fator_InfoProcessos*)

Variáveis	Fator_InfoProcessos
Informações sobre continuidade (Exp_Continuid)	0.19787
Informações sobre erros ajustados (Exp_ErroAdj)	0.19650
Informações sobre erros não ajustados (Exp_Erro)	0.22882
Informações sobre materialidade(Exp_Materialidad)	0.21768
Informações sobre procedimentos de auditoria realizados em relação aos riscos de fraude (Exp_ProcedFraud)	0.24609
Informações sobre mudanças significativas no trabalho de auditoria em relação ao ano anterior (Exp_Mudanc)	0.24225
Variância Explicada = 0.5616	
KMO = 0.824; P-valor= 0.000 (Teste de Esfericidade de Bartlett)	

Dado as cargas fatoriais, percebe-se que o fator correspondente às informações sobre o processo de auditoria, denominado *Fator_InfoProcessos*, foi impactado principalmente pelas variáveis referente às informações sobre procedimentos de auditoria realizados em relação aos riscos de fraude (*Exp_ProcedFraud*), informações sobre mudanças significativas no trabalho de auditoria em relação ao ano anterior (*Exp_Mudanc*) e informações sobre erros não ajustados (*Exp_Erro*). A proporção da variabilidade total dos dados explicada pelo *Fator_InfoProcessos* foi de 56,16%, e, a estatística KMO no valor de 0,824 apontou para adequação técnica da análise, classificado neste caso como ótima (Takamatsu, 2015).

Em continuidade, apresenta-se na Figura 13 os autovalores referentes aos fatores formados para o grupo de variáveis associadas às mudanças no formato e escrita do relatório dos auditores.

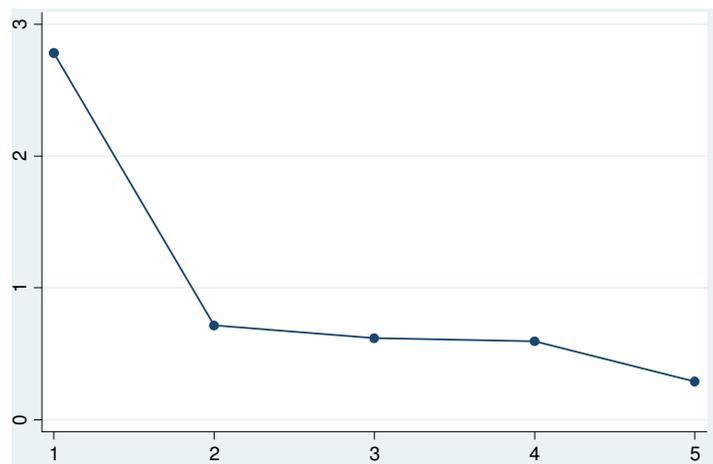


Figura 13 – Autovalores dos fatores referentes às mudanças no formato e escrita do relatório dos auditores
Fonte: Dados da pesquisa

Acerca dos fatores do grupo relacionado às mudanças no formato e escrita do relatório dos auditores, a Figura 13 demonstra, assim como nos outros grupos, o destaque ao fator selecionado, seguido por demais fatores com menor autovalor. Apresenta-se na Tabela 7 as

cargas fatoriais que compõem o fator correspondente às mudanças no formato e escrita do relatório dos auditores (*Fator_Formato*).

Tabela 7 – Fator de Mudanças no formato ou escrita (*Fator_Formato*)

Variáveis	Fator_Formato
Informações mais detalhadas sobre o papel do auditor (Exp_DetPapel)	0.26227
Documento separado explicando em linguagem simples o significado da auditoria e do relatório de auditoria (Exp_Docs)	0.31356
Escrita do relatório de auditoria em uma linguagem mais acessível (Exp_Língua)	0.28276
Elaboração de um relatório de auditoria curto (Exp_Rcurto)	0.23766
Esclarecimento sobre as limitações dos riscos referentes a um relatório sem ressalva (Exp_Ressalva)	0.23610
Variância Explicada = 0.5567	
KMO = 0.796; P-valor= 0.000 (Teste de Esfericidade de Bartlett)	

Verifica-se que os maiores impactos foram dados pelas variáveis correspondentes a expectativa referente a inclusão de documento separado explicando em linguagem simples o significado da auditoria e do relatório de auditoria (*Exp_Docs*), a possibilidade de escrita do relatório de auditoria em uma linguagem mais acessível (*Exp_Língua*) e a elaboração de um relatório de auditoria curto (*Exp_Rcurto*). A proporção da variabilidade total dos dados explicada pelo *Fator_Formato* foi de 55,67% e a sua estatística KMO apresentou o valor de 0,796, considerada como boa (Takamatsu, 2015).

Assim, certifica-se também que todos os fatores (*Fator_InfoEntidade*, *Fator_InfoProcessos* e *Fator_Formato*) apresentaram adequação técnica de análise fatorial, uma vez que o valor KMO apresentaram-se superior a 0,50 (Hair et al., 2009), como regra para a interpretação dos índices de KMO, valores entre 0,7 e 0,8 são considerados bons; maiores que 0,8 ótimos e maiores que 0,9 excelentes (Takamatsu, 2015).

Realizado a estatística descritiva da amostra e dos respectivos fatores, apresenta-se no tópico seguinte os testes e correlações desenvolvidos em relação ao índice de expectativa.

4.4 Testes e Correlações

A princípio, apresenta-se a seguir na Tabela 8 a correlação entre o Índice de Expectativa (IE), idade e tempo de experiência do respondente na sua profissão atual.

Tabela 8 – Correlação entre o IE, Idade e Tempo de Experiência

	<i>IE</i>	<i>Idade</i>	<i>Tempo Experiência</i>	<i>Fator_ InfoEntidade</i>	<i>Fator_ InfoProcessos</i>	<i>Fator_ Formato</i>
<i>IE</i>	1					
<i>Idade</i>	0,0358	1				
<i>Tempo de Experiência</i>	-0,0101	0.6534***	1			
<i>Fator_InfoEntidade</i>	0.6192***	0.0877	-0.0384	1		
<i>Fator_InfoProcessos</i>	0.5997***	0.1359*	0.0496	0.6415***	1	
<i>Fator_Formato</i>	0.5326***	0.0740	-0.0030	0.5628***	0.5214***	1

* significativa ao nível de 10%; ** significativa ao nível de 5%; *** significativa ao nível de 1%.

Constata-se que a relação entre o Índice de Expectativas e o tempo de experiência foi inversa, ou seja, quanto maior o tempo de experiência do respondente na profissão, menor nível de exigência em relação aos deveres dos auditores é esperado. Isso se explica à medida que quanto mais experiência o respondente tem relacionado à contabilidade e auditoria, maior familiaridade em relação aos deveres dos auditores e do respectivo relatório ele possa ter.

Em seguida, antes dos testes estatísticos, apresenta-se a estatística descritiva do índice de expectativa segregada por grupo. A Tabela 9 demonstra a média, desvio-padrão e coeficiente de variação do Índice de Expectativa segregado por auditores e não-auditores.

Tabela 9 – Índice de expectativa segregado entre auditores e demais usuários

Grupo	Observação	Média	Desvio-Padrão	Coef. Variação
Não-Auditores	145	5,60	0,07	0,01
Auditores	40	4,89	0,18	0,04
Total	185			

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 9 que o grupo dos não-auditores apresenta, em média, uma expectativa superior em relação aos deveres da auditoria quando comparado com as expectativas dos próprios auditores, o que aponta indícios para uma possível diferença de expectativa. Observa-se ainda que não houve grande dispersão dos dados como nota-se pelo coeficiente de variação. Contudo, a significância dessa relação só pode ser confirmada por técnicas inferências, tais como testes de média.

Posteriormente, as médias do índice de expectativa levando-se em consideração o tipo de uso do relatório dos auditores pelo respondente é demonstrado na Tabela 10:

Tabela 10 – Índice de Expectativa com base no nível de utilização do Relatório de Auditoria

	Auditores		Não-auditores		Total	
	Observações	Média	Observações	Média	Observações	Média
Leio	40	4,89	69	5,63	109	5,36
Não leio	-	-	76	5,58	76	5,58
Total	40		145		185	

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se pela Tabela 10 que a média do Índice de Expectativa total daqueles que leem o relatório é inferior em 0,22 comparado aos que não leem, tal fato pode ser explicado à medida que se espera um maior conhecimento das normas de auditoria por parte daqueles que leem o relatório de auditoria, implicando assim em uma menor expectativa. Entretanto, quando comparado isoladamente, o grupo dos demais usuários (excluído os auditores) apresentam a diferença de forma inversa, ou seja, os demais usuários que leem o relatório apresentam uma média do índice de expectativa superior aos que não leem no montante de 0,05. Chama-se a atenção, dessa forma, à possível falta de clareza no conteúdo e/ou escrita dos relatórios para usuários que não são auditores.

Por meio do coeficiente de correlação de postos de *Spearman* foi verificado se o tempo de experiência profissional influenciava o índice de expectativa dos auditores e não-auditores. Os resultados apontaram que, apesar da correlação entre as variáveis ser negativa, ou seja, quanto maior a experiência menor tende ser a expectativa, nenhum dos testes realizados apontaram significância para esta correlação, seja para os auditores ($P\text{-valor} = 0.4022$), demais usuários ($P\text{-valor} = 0.5105$) e auditores e demais usuários analisados em conjunto ($P\text{-valor} = 0.8912$). Em continuidade, verificou-se a distribuição do Índice de Expectativa, conforme apresentado na Figura 14:

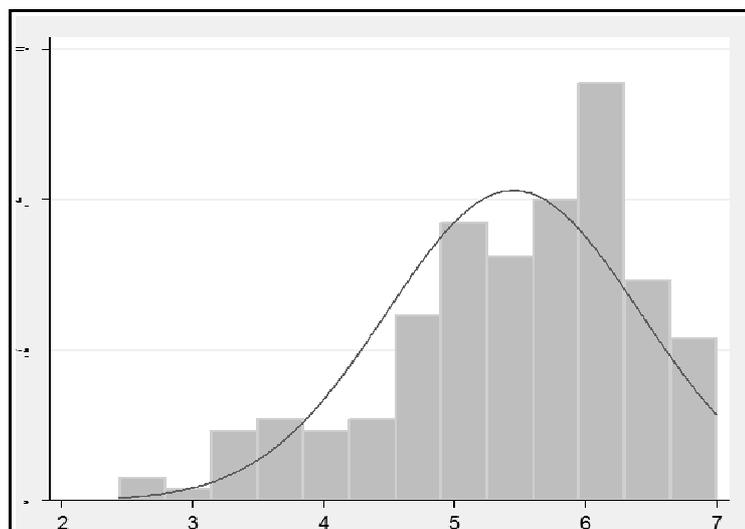


Figura 14 – Gráfico da distribuição do índice de expectativa

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se pela Figura 14 uma concentração da distribuição em torno das escalas 6 e 7, que correspondem às escalas máximas da organização proposta. Para testar a normalidade da distribuição do Índice de Expectativa (IE) utilizou-se o teste de *Shapiro-Wilk* e *Shapiro Francia*, conforme recomendam Torman, Coster and Riboldi (2012). Os resultados são apresentados na Tabela 11.

Tabela 11 – Teste de Normalidade

Variável	Shapiro Wilk		Shapiro Francia		Nº Obs
	Valor-P		Valor-P		
Índice de Expectativa (IE)	Valor-P	0.00001	Valor-P	0.00006	185

Fonte: Dados da pesquisa

Constata-se que os achados de ambos os testes rejeitaram a hipótese nula de normalidade da distribuição do Índice de Expectativa. No entanto, para verificar se existem diferenças de expectativas em auditoria entre os auditores e não-auditores, utilizou-se, então, o teste não paramétrico de *Mann-Whitney*, apresenta-se na Tabela 12 os seus resultados.

Tabela 12 – Resultado do teste de Mann-Whitney para diferenças de expectativas em auditoria

Grupo	Soma dos Postos	Valor Esperado	Valor-P
Não-Auditores	14.525	13.485	
Auditores	2.680	3.720	0.0005
Total	17.205	17.205	

Fonte: Dados da pesquisa

O resultado do teste apresentado na Tabela 12, delineado para verificar se a diferença de expectativa entre os auditores e não-auditores em relação aos deveres da auditoria externa, é dada pela expectativa inferior dos auditores em comparação aos não-auditores, aponta-se que a soma dos postos do grupo de auditores no total de 2.680, inferior ao valor esperado de 3.720. Por outro lado, verifica-se que a soma dos postos dos não auditores, dada no total de 14.525, foi superior ao valor esperado de 13.485. Neste rumo, ao analisar o valor-p do teste de *Mann-Whitney*, constata-se que houve a rejeição do pressuposto de comportamento igual dos Índices de Expectativa entre os grupos, respondendo, dessa forma, positivamente para a hipótese H1 proposta de que o Índice de Expectativa dos auditores em relação aos deveres da auditoria externa é inferior ao Índice de Expectativa dos não-auditores. Os achados seguem os estudos de Porter (1999); Best, Buckby and Tan (2001), Hassink *et al.* (2009), Albuquerque (2009) e Litjens *et al.* (2015).

Os principais motivos do distanciamento entre as expectativas dos auditores e não-auditores podem ser relativos a assuntos específicos, como a responsabilidade dos auditores na prevenção de fraudes, manutenção dos registros contábeis e julgamento na seleção dos procedimentos de auditoria (Best, Buckby & Tan, 2001), temas nos quais os não-auditores

podem criar expectativas superestimadas na tentativa de salvaguardar seus interesses. Outro ponto de destaque é que apesar da recente adoção das normas internacionais de auditoria (ISAs 700, 701, 570, 705, 706, 260 e 720), que modificaram o relatório dos auditores, o *gap* entre as expectativas dos auditores e não-auditores permaneceram no contexto brasileiro. Isso indica que as alterações realizadas no formato do relatório do auditor não foram capazes de expurgar as diferenças de expectativas em auditoria, sejam elas oriundas da deficiência nos relatórios dos auditores ou devido ao nível de conhecimento/educação dos usuários.

Sob uma outra ótica, a manutenção do descompasso entre as expectativas dos auditores e não-auditores pode estar atrelada à falta de conhecimento dos auditores em relação aos seus deveres, falta de capacidade técnica ou falta de interesse por parte dos auditores por considerar determinadas obrigações não rentáveis (Lee *et al.*, 2009). Ao se reduzir as atividades desenvolvidas, os auditores incorrem em menor tempo de trabalho, o que consequentemente reduz os custos de auditoria e pode incrementar os lucros da firma.

Após verificado empiricamente a existência das diferenças de expectativas, investigou-se a possível existência de diferença de média entre o Índice de Expectativa do grupo que lê o relatório dos auditores comparado aos que não leem, dado que o grau de expectativa pode estar relacionado ao nível de utilização dos relatórios e a familiaridade com os mesmos. Os resultados são demonstrados na Tabela 13:

Tabela 13 – Diferença de média por tipo de uso do relatório

Grupo	Auditores e Não-Auditores			Não-Auditores				
	Obs	Soma dos Postos	Valor Esperado	Valor-P	Obs	Soma dos Postos	Valor Esperado	Valor-P
Leio	109	7.442	7.068	0.2964	69	5.173	5.037	0.5901
Não Leio	76	9.763	10.137		76	5.412	5.548	
Total	185	17.205	17.205		145	10.585	10.585	

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de apresentar diferenças entre a soma dos postos de ambos os grupos, os resultados apontaram para inexistência de diferença significativa entre o Índice de Expectativa daqueles que leem o relatório comparado aos que não leem. Expectativas exacerbadas e irreais sobre os deveres dos auditores poderia ser esperado por quem não lê o respectivo relatório. Contudo, constatou-se o contrário, aqueles que não leem o relatório apresentaram expectativas inferiores, o que pode ser resultado do fato de que quem não utiliza o relatório, não cria grandes exigências acerca dos deveres dos auditores. Cabe ressaltar, entretanto, que a diferença resultante do teste não foi estatisticamente significativa. Resultados similares foram detectados ao se realizar a análise daqueles que indicaram já ter lido o novo relatório dos

auditores, dado pela adoção da revisão das normas internacionais de auditoria ISAs 700, 701, 705 e 706, em comparação aos que não leram.

Em seguida, analisou-se a possível existência de diferença significativa do Índice de Expectativa pelo critério de gênero, conforme demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14 – Diferença de média por gênero

Grupo	Observações	Soma dos Postos	Valor Esperado	Valor-P
Feminino	82	8.217,5	7.626	0,1020
Masculino	103	8.987,5	9.579	
Total	185	17.205	17.205	

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 14 que não existe diferença significativa entre o Índice de Expectativa quando analisado entre os gêneros feminino e masculino. Apesar disso, verifica-se que a soma dos postos do gênero feminino é superior ao esperado, enquanto, no caso masculino, observa-se o inverso. A expectativa superior do gênero feminino pode ser explicada pelo fato de que as mulheres podem ter sido submetidas a práticas educativas pelos pais mais intensas do que os homens, o que as levou a apresentarem escores mais elevados em algumas escalas, especialmente as relacionadas as de exigência (Costa, Teixeira & Gomes, 2000). Ainda assim, a diferença não foi suficientemente expressiva.

Em seguida às análises realizadas em torno do Índice de expectativa, realizou-se também o teste de média relacionados à inclusão de possíveis informações no relatório dos auditores. Entretanto, antes de abordar sobre os resultados dos testes em relação às expectativas sobre a inclusão de novas informações no relatório dos auditores, apresenta-se as médias simples dos valores atribuído pelos respondentes a cada grupo de modificação, conforme Tabela 15.

Tabela 15 – Expectativa média em relação às possíveis alterações no relatório do auditor

Grupo de Modificação	Expectativa média	
	Auditores	Não-Auditores
Inclusão de informações específicas sobre a entidade;	4,5150	5,4062
Inclusão de informações sobre o processo de auditoria;	4,1583	5,919
Inclusão de mudanças no formato ou escrita;	3,4850	4,6221

Fonte: Dados da pesquisa

De forma geral, constata-se por meio da Tabela 15 que, nos três grupos avaliados, os não-auditores atribuíram maior importância às modificações no relatório do auditor quando

comparado aos próprios auditores. Na análise por categoria, observa-se que os auditores atribuíram maior importância ao grupo de inclusão de informações específicas sobre a entidade, enquanto os não-auditores tiveram maior interesse no grupo de informações sobre o processo de auditoria. O contraste na atribuição de importância pode ser explicado devido ao fato de que auditores podem tentar se resguardar de possíveis riscos e custos adicionais na divulgação dos processos de auditoria realizados em campo, dado que, ao expor os processos de auditoria, maiores questionamentos por parte da sociedade acerca dos trabalhos executados podem ocorrer. Por outro lado, divulgar maiores informações sobre a entidade auditada e suas respectivas deficiências podem fazer com que os riscos e responsabilidades de possíveis erros e fraudes recaiam sobre a administração da entidade. Ademais, salienta-se que a maior demanda por informações sobre o processo de auditoria pelos não-auditores estão em linha com trabalhos realizados internacionalmente (Litjens *et al.*, 2015; Vanstraelen *et al.*, 2012; Turner *et al.*, 2010).

Após verificado as médias aritméticas por tipo de grupo de modificação e categoria, realizou-se o teste de *Mann-Whitney* para verificar a significância das diferenças nas médias. Em um primeiro momento apresenta-se os resultados relacionados ao grupo de inclusão de informações específicas sobre a entidade auditada no relatório do auditor, conforme Tabela 16.

Tabela 16 – Diferença de média para inclusão de informações específicas sobre a entidade auditada no relatório dos auditores

Grupo	Soma dos postos	Valor Esperado	Valor-P
Não-Auditores	14.463	13.485	
Auditores	2.742	3.720	0.0011
Total	17.205	17.205	

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que o valor-p encontrado aponta indícios para a rejeição do pressuposto de comportamento igual das médias referente a importância atribuída na inclusão de informações sobre a entidade auditada no relatório dos auditores. Na categoria dos auditores, verifica-se que a soma dos postos, dada no montante de 2.742, apresentou-se inferior ao valor esperado de 3.720. Por outro lado, para os demais usuários detectou-se uma soma dos postos superior ao valor esperado, diferença no montante de 978. Posto isto, a hipótese metodológica H2a de que não-auditores atribuem maior importância que os auditores em relação à inclusão de informações específicas sobre a entidade auditada no relatório dos auditores é confirmada.

Analisado o primeiro grupo, apresenta-se a seguir os resultados relacionados ao conjunto de informações sobre o processo de auditoria, conforme Tabela 17.

Tabela 17 – Diferença de média para inclusão de informações sobre o processo de auditoria

Grupo	Soma dos postos	Valor Esperado	Valor-P
Não-Audidores	15.028	13.485	
Audidores	2.177	3.720	0.0000
Total	17.205	17.205	

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 17, o valor-p do teste para o grupo de informações sobre o processo de auditoria oferece indícios de rejeição do pressuposto de comportamento igual das médias. Neste caso, cabe salientar que a soma dos postos do grupo dos não-audidores foi de 15.028 e o valor esperado de 13.485, enquanto no grupo dos auditores observou-se que o valor esperado era de 3.720 e a soma dos postos de 2.177. Nesse sentido, a hipótese metodológica H3a de que não-audidores atribuem maior importância que os auditores em relação à inclusão de informações sobre o processo de auditoria no relatório de auditoria é confirmada.

A maior demanda de informações por parte dos não-audidores justifica-se à medida que estes podem estar interessados em compreender sobre a empresa e sobre os procedimentos de auditoria na tentativa de reduzir os riscos atrelados ao investimento, enquanto, por outro lado, os auditores podem estar interessados em reduzir os riscos de possíveis litígios e sua culpabilidade em casos de fraudes e erros detectados após a emissão do relatório de auditoria. Os auditores, dessa forma, podem preferir limitar o escopo das conclusões da auditoria informando apenas os principais aspectos que foram levantados durante os trabalhos e que são pontos de incerteza para a auditoria (Litjens *et al.*, 2015).

Por fim, avalia-se os resultados do teste *Mann-Whitney* em relação ao grupo de mudanças no formato e escrita do relatório dos auditores, conforme Tabela 18.

Tabela 18 – Diferença de média para inclusão de mudanças no formato e escrita do relatório

Grupo	Soma dos postos	Valor Esperado	Valor-P
Não-Audidores	14.525,5	13.485	
Audidores	2.679,5	3.720	0.0005
Total	17.205	17.205	

Fonte: Dados da pesquisa

Constata-se que o valor-p aponta para a rejeição do pressuposto de comportamento igual das médias referente a importância atribuída para inclusão de mudanças no formato e escrita do relatório dos auditores. Na categoria dos auditores, verifica-se que a soma dos postos, dada no montante de 2.679,5, apresentou-se inferior ao valor esperado de 3.720. Por outro lado, para os não-audidores detectou-se uma soma dos postos superior ao valor esperado, diferença no total de 1.040,50. Posto isso, a hipótese metodológica de que não-audidores atribuem maior importância que os auditores em relação à inclusão de mudanças no formato e escrita do relatório de auditoria é confirmada.

Em geral, verifica-se que não-audidores atribuem maior importância às modificações no relatório dos auditores do que os próprios auditores nos três tipos de grupos avaliados (inclusão de informações específicas da entidade, informações sobre o processo de auditoria e mudanças no formato ou escrita do relatório). Um *gap* de informação e comunicação era esperado, dado que o atual ambiente de negócios globalizado e complexo fez surgir demandas por informações adicionais que sejam pertinentes às entidades (IAASB, 2011).

Vaanstraelen *et al.* (2012) em sua pesquisa constataram indícios que também apontaram para presença de uma lacuna de informação no contexto do relatório dos auditores. Segundo estes autores, a questão não é simples ao ponto de quanto mais informação, melhor. Em sua pesquisa, diferentemente desta dissertação, os autores detectaram que os não-audidores parecem não se importar com informações sobre o processo de auditoria, e que, na verdade, estes atribuem maior valor nas informações relacionadas aos resultados da auditoria como as áreas-chave de risco, qualidade dos controles internos, avaliação do auditor sobre as políticas e práticas contábeis e os julgamentos sobre a gestão da entidade.

Sabendo-se que cada grupo de informações foi captado por fatores informacionais a serem incluídos no relatório, testa-se no próximo tópico o impacto de cada fator passível de inclusão em relação ao nível de exigência dos *stakeholders* sobre os deveres dos auditores, captado pela *proxy* Índice de Expectativa (IE).

4.4 Análise de Regressão

Como ponto de partida, analisou-se a regressão simples e *stepwise* do modelo sem a adição dos fatores informacionais, conforme Tabela 19.

Tabela 19 – Regressão entre Índice de Expectativa e Características dos auditores e demais usuários

<i>Variável</i>	Geral	
	<i>Simples</i>	<i>Stepwise</i>
<i>Variáveis de controle</i>		
Gênero	-0.1233 (0.1469)	
Idade	-0.0019 (0.0109)	
Formação	-0.3282 (0.2185)	
Auditor	-0.6465*** (0.2197)	-0.7087*** (0.1651)
Uso	0.1248 (0.1789)	
Texp	0.0092 (0.0120)	
Exp_Acad	0.0007 (0.2337)	
Exp_AcadProf	-0.0788 (0.2592)	
Exp_Prof	-0.1460 (0.3427)	
Leu_Novo_Relat	-0.0687 (0.1980)	
Constante	5.9237 (0.4392)	
Observações	185	185
r ²	0.1130	0.0914
r ² _Adj	0.0620	0.0865
Prob > F	0.0189	0.0000
F	2.22	18.41

Os dois modelos propostos apresentaram significância global ao nível 5%, que é percebida através da estatística F, a qual indicou a rejeição da hipótese nula que pressupõe a não significância de todos os parâmetros do modelo. Constatou-se a significância da variável de controle correspondente a *Dummy* Auditor. Neste rumo, uma relação negativa é observada com índice de expectativa se o respondente for da categoria considerada como profissionais de auditoria. Esta correspondência pode ser explicada pelo fato de que os auditores, na tentativa de reduzirem os riscos dos seus trabalhos e evitar responsabilidades pela ocorrência de erros e fraudes, podem ter expectativas atenuadas. Os resultados foram coerentes com os testes de *Mann-Whitney* (Tabela 12), que apontaram expectativa inferior dos auditores em comparação aos demais usuários. Destaca-se, também, que os custos do trabalho dos auditores

podem ter relação direta com as expectativas, dado que, para atender altos níveis de exigências (expectativas), maior número de horas de trabalho em campo e de profissionais pode ser necessário. Nesse sentido, para maximizar o lucro da firma, os auditores podem buscar reduzir as expectativas e conseqüentemente os custos envolvidos para emissão do relatório final.

Posteriormente, apresenta-se os resultados do modelo de regressão simples e *stepwise* incluindo-se os fatores informacionais (Coluna 1 e 2). Para uma análise robusta, rodou-se também a regressão separada por categoria (Coluna 3, 4, 5 e 6), conforme apresentado na Tabela 20.

Observa-se pelos resultados apresentados na Tabela 20 que o coeficiente de determinação ajustado do modelo geral, que englobou o total da amostra, foi de 45,64% para regressão simples (Coluna 1) e 47,20% para regressão *stepwise* (Coluna 2). Ressalta-se que todos os modelos propostos (Colunas 1, 2, 3, 4, 5 e 6) apresentaram significância global, que é percebida através da estatística F, a qual indicou a rejeição da hipótese nula que pressupõe a não significância de todos os parâmetros do modelo.

Aponta-se que o Fator referente a informações sobre o processo de auditoria (*Fator_InfoProcessos*) foi o único que apresentou significância em todas as regressões. Em relação ao Fator de informações específicas sobre a entidade auditada (*Fator_InfoEntidade*) constata-se que este apresentou significância para os modelos geral simples e *stepwise* (Colunas 1 e 2) e modelo simples e *stepwise* da categoria apenas dos não-auditores (Colunas 5 e 6). Para a categoria apenas dos auditores (Colunas 3 e 4), não observou-se a significância do fator de informações específicas sobre a entidade auditada (*Fator_InforEntidade*) e do fator correspondente às mudanças no formato e escrita do relatório (*Fator_Formato*), conforme demonstrado na Tabela 20.

Tabela 20 – Resultado do teste de regressão

Variável	Hipótese	Geral		Auditores		Não-Auditores	
		<i>Simples</i> (1)	<i>Stepwise</i> (2)	<i>Simples</i> (3)	<i>Stepwise</i> (4)	<i>Simples</i> (5)	<i>Stepwise</i> (6)
Inclusão de informações							
Fator_InfoEntidade	H2b	0.3124*** (0.0778)	0.2922*** (0.0743)	0.2587 (0.2168)		0.3189*** (0.0843)	0.3082*** (0.0811)
Fator_InfoProcessos	H3b	0.3231*** (0.0869)	0.3268*** (0.0761)	0.3806** (0.1751)	0.6134*** (0.0907)	0.3055*** (0.1137)	0.2956* (0.109)
Fato_InfoFormato	H4b	0.1454** (0.0670)	0.1530* (0.0653)	0.1539 (0.1781)		0.1486** (0.0734)	0.1549* (0.0721)
Variáveis de controle							
Gênero		0.0491 (0.1129)		-0.3346 (0.2964)		0.1499 (0.1243)	
Idade		-0.0102 (0.0083)		0.0134 (0.0255)		-0.0168 (0.0089)	-0.0156* (0.0086)
Formação		-0.1723 (0.1677)		-0.2107 (0.5236)		-0.2332 (0.1820)	
Auditor		-0.0224 (0.1789)					
Uso		-0.0911 (0.1375)				-0.0821 (0.1379)	
Texp		0.0189** (0.0092)	0.0116* (0.0066)	0.0202 (0.0312)		0.0184* (0.0097)	0.0194** (0.0093)
Exp_Acad		-0.0202 (0.1786)				-0.0182 (0.1762)	
Exp_AcadProf		-0.0817 (0.1992)				-0.0874 (0.1989)	
Exp_Prof		-0.1789 (0.2614)				-0.1966 (0.2921)	
Leu_Novo_Relat		0.1182 (0.1517)		0.4742 (0.5802)		0.094 (0.1603)	
Constante		5.8236*** (0.3363)		4.8558*** (0.8043)	5.4641*** (0.1486)	60.496 (0.3570)	
Observações		185	185	40	40	145	145
r ²		0.4948	0.4835	0.6289	0.5459	0.3902	0.3729
r ² _Adj		0.4564	0.4720	0.5331	0.534	0.3348	0.3504
Prob > F		0.0000	0.0000	0.0001	0.0000	0.0000	0.0000
F		12.89	42.13	6.57	45.69	7.04	16.53

* significativo ao nível de 10% ,** significativo ao nível de 5% , *** significativo ao nível de 1%

Em que **Fator_InfoEntidade**= Fator de informações específicas da entidade auditada, **Fator_InfoProcessos**= Fator de informações sobre o processo de auditoria, **Fator_Formato**= Fator de mudanças no formato e escrita, **Gene**= Gênero, **Idad**= Idade, **Form**= Área de formação, **Prof**= Profissão, **Uso**= Tipo de uso do relatório, **Texp**= Tempo de experiência profissional na atual profissão, **Exp_Acad**= *Dummy* se experiência apenas acadêmica com auditoria, **Exp_AcadProf**= *Dummy* se experiência acadêmica e profissional com auditoria, **Exp_Prof**= *Dummy* se experiência apenas profissional, **Leu_NovoRelat**= *Dummy* leu o novo relatório dos auditores.

Através dos resultados apresentados na Tabela 20, constata-se que a exigência dos respondentes em relação aos deveres dos auditores, captada através do Índice de Expectativas (IE), pode ser explicada principalmente pela carência de informações sobre o processo de auditoria e sobre a entidade auditada no relatório dos auditores. Destaca-se que, de acordo com o resultado do modelo geral *stepwise* (Coluna 2), o aumento em um ponto no escore

referente ao fator de inclusão de informações específicas da entidade auditada no relatório do auditor (*Fator_InfoEntidade*) reflete em um acréscimo em torno de 0,29 pontos do Índice de Expectativa (IE) dos auditores e não-auditores em relação aos deveres da auditoria externa, enquanto o aumento em um ponto no escore referente ao fator de inclusão de informações sobre o processo de auditoria no relatório dos auditores (*Fator_InfoProcessos*) eleva em torno de 0,32 pontos do mesmo Índice de Expectativa (IE). Os resultados encontram-se em linha com pesquisas internacionais (Gold, Gronewold & Pott, 2012; Litjens *et al.*, 2015; Maseko, 2016).

Dentre a gama de informações específicas da entidade auditada a serem incluídas no relatório, Beneish and Press (1993) explicam que informações referentes aos custos associados à violação dos contratos de dívida são relevantes para tomada de decisões dos usuários. Ademais, a descrição da qualidade dos controles internos da entidade no relatório do auditor e a opinião do auditor em relação às políticas contábeis da empresa (se há gerenciamento ou não de resultados) também representam informações que podem ser avaliadas no intuito de minimizar a assimetria informacional entre empresa e *stakeholders* (Silva, Gonçalves, Tavares & Lima, 2010) e contribuir para a redução das diferenças de expectativas em auditoria.

Assim, destaca-se que houve indícios para a rejeição da hipótese nula de que informações específicas da entidade auditada e sobre o processo de auditoria não afetam o índice de expectativa dos auditores e não-auditores em relação aos deveres da auditoria externa. Adicionalmente, verifica-se que não se rejeitou a hipótese nula de que alterações no formato e escrita do relatório dos auditores não afetam significativamente o Índice de Expectativas dos auditores e não-auditores em relação aos deveres da auditoria externa. Vanstraelen *et al.* (2012) explicam que usuários e auditores indicam que mudanças no conteúdo do relatório de auditoria são mais importantes do que mudanças no formato do relatório, nesse rumo, pouco impacto pode ser percebido através de alterações na estrutura e linguagem do relatório.

Cabe destacar, entretanto, que ao analisar o modelo *stepwise* geral (Coluna 2) e *stepwise* específico dos demais usuários (Coluna 6), o aumento em um ponto no escore do fator correspondente às mudanças no formato e escrita do relatório (*Fator_Formato*) aumenta em torno de 0,15 pontos do Índice de Expectativas (IE). O aumento causado pelo fator referente à mudanças no formato e escrita do relatório (*Fator_Formato*) é inferior que os

fatores correspondentes à inclusão de informações específicas sobre a entidade auditada (*Fator_InfoEntidade*) e sobre os processos de auditoria (*Fator_InfoProcessos*).

Uma vez demonstrados os efeitos da inclusão dos fatores informacionais, ressalta-se que recentes alterações no relatório dos auditores, válidas para relatórios emitidos a partir do ano de 2017, decorrente da adoção das normas internacionais de auditoria (ISAs 700, 701, 570, 705, 706, 260 e 720), relacionaram-se, principalmente, com o fator referente a mudanças no formato e escrita (*Fator_Formato*) e o fator de informações sobre o processo de auditoria (*Fator_InfoProcessos*). As modificações fundamentais no relatório do auditor foram a reorganização da localização da opinião, que passou a ser apresentada na primeira seção, e a inclusão do *Key Audit Matters* ou Principais Assuntos de Auditoria (PAA) (Manoel & Quel, 2017), que trata dos assuntos mais relevantes no processo de auditoria das demonstrações contábeis do período corrente (NBC TA 701).

Quanto as variáveis de controle inseridas no modelo geral simples (Coluna 1), observa-se que a idade, tipo de uso do relatório, formação e o tipo de experiência com auditoria exibem uma relação negativa com o Índice de Expectativa, entretanto, esta relação não foi estatisticamente significativa. Em linha com estes achados, Albuquerque (2009) corrobora que um maior envolvimento com práticas de Auditoria não significa menores expectativas no contexto da auditoria.

Partindo para o modelo específico dos auditores (Coluna 3 e 4), verifica-se que apenas o fator relativo a informações sobre o processo de auditoria (*Fator_InfoProcessos*) foi significativo. Implica, neste caso, que o aumento em um ponto no escore referente ao fator de inclusão de informações sobre o processo de auditoria (*Fator_Formato*) aumenta em torno de 0,61 pontos o Índice de Expectativa (IE) dos próprios auditores em relação aos seus deveres. Litjens et al. (2015) destacaram que no caso isolado dos auditores, os impactos derivados da inclusão de informações sobre o processo de auditoria são causados principalmente em razão inclusão de informações sobre continuidade e informações sobre erros ajustados e não ajustados.

Assim, constata-se que apenas o fator referente a inclusão de informações sobre o processo de auditoria foi significativo nos três modelos propostos. Cabe destacar, no entanto, que o fator que alcançou significância estatística em todos os regressores foi composto pelas informações sobre: continuidade (*Exp_Continuid*), erros ajustados (*Exp_ErroAdj*), erros não ajustados (*Exp_Erro*), Materialidade (*Exp_Materialidad*), procedimentos de auditoria

realizados em relação aos riscos de fraude (*Exp_ProcedFraud*) e mudanças significativas no trabalho de auditoria em relação ao ano anterior (*Exp_Mudanc*).

Acerca da materialidade, participante do fator de informações sobre os processos de auditoria (*Fator_InfoProcessos*), Turner *et al.* (2010) destacam que sua divulgação no relatório dos auditores pode ser utilizada como base para discussões sobre possíveis correções entre auditor e cliente no intuito de reduzir as diferenças de expectativas. Assim como a materialidade, as demais informações, ao serem inseridas no relatório dos auditores, podem contribuir para um melhor entendimento dos auditores e não-auditores sobre o papel da auditoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou verificar quais fatores que relacionados ao relatório dos auditores, interferem na expectativa dos usuários da contabilidade em relação aos deveres dos auditores externos no Brasil. Em conjunto, examinou-se também a atual situação das diferenças de expectativas entre auditores e não-auditores (demais usuários da informação contábil) em relação aos deveres da auditoria externa após a adoção da revisão das normas internacionais de auditoria (ISAs 700, 701, 705) que culminaram na aplicação do Novo Relatório dos Auditores no Brasil no ano de 2017.

A principal motivação da pesquisa foi dada pela possibilidade de identificar as principais informações que os usuários das demonstrações contábeis esperam da auditoria e que ainda não são fornecidas por meio do relatório dos auditores e, quais dessas informações são capazes de minimizar as diferenças de expectativas em auditoria no Brasil, seja pela inclusão de informações sobre a entidade auditada, sobre o processo de auditoria ou das mudanças no formato ou escrita do relatório.

Estudos relacionados às expectativas dos auditores e não-auditores (demais usuários) oferecem evidências empíricas, *inputs* e possibilidades de melhorias para as normas de auditoria vigentes, seja como resposta a crises e falhas referentes a confiabilidade da informação contábil, ou como estratégia de prevenção a estes fatos. Dessa maneira, compreender quais são as reais necessidades informacionais das partes interessadas pode fazer com que os relatórios de auditoria e a própria contabilidade venha a atender adequadamente o seu principal objetivo, que é ser relevantes aos seus usuários para tomada de decisões. Ao compreender as reais necessidades informacionais de cada grupo de usuários (*e.g* credores, acionistas, governo), estratégias singulares podem ser traçadas no intuito de suprir tais demandas, seja pela ampliação da gama de informações a ser disponibilizada no relatório ou pela intensificação de programas voltados à educação dos usuários em relação ao papel da auditoria.

Baseado em estudos internacionais, discutiu-se a lacuna de informação e comunicação presente no relatório dos auditores (Turner *et al.*, 2010; Vanstralen *et al.*, 2012; Mock *et al.*, 2013), e demonstrou-se as alterações adicionais no relatório dos auditores que estão em pauta nas pesquisas internacionais e que são passíveis de execução no referido relatório. O nível de exigência dos usuários da contabilidade em relação aos deveres dos auditores, captado pela *proxy* Índice de Expectativa (IE), foi calculado com base na metodologia desenvolvida por Porter (1993), utilizado em diferentes estudos (Chong & Pflugrath, 2008; Albuquerque, 2009;

Gold, Gronewold & Pott, 2012), que estruturou pela soma de três componentes, sendo: responsabilidades que a sociedade espera dos auditores e o que é razoável esperar pelos seus trabalhos; responsabilidades que a sociedade espera dos auditores e as responsabilidades determinadas por normas e leis; e desempenho que o auditor deveria atender de acordo com as normas e leis e o desempenho percebido pela sociedade.

Questionários, elaborados com base nos trabalhos de Litjens *et al.* (2015), disponibilizados em meio eletrônico e aplicados presencialmente em dois congressos da área contábil no Brasil captaram 194 respostas, das quais 9 apresentaram dados faltantes, restando, portanto, uma amostra final não probabilística de 185 respondentes composta por 40 auditores e 145 não-auditores (demais usuários das demonstrações contábeis).

Nesse rumo, a primeira hipótese de pesquisa foi delineada com a finalidade de detectar se o índice de expectativa dos auditores independentes em relação aos deveres dos auditores é inferior ao índice de expectativa dos não-auditores. O teste de Mann-Whitney levou à rejeição da hipótese nula de comportamento equivalente entre os grupos, o que, neste caso, constatou-se que o índice de expectativa dos não-auditores em relação aos deveres da auditoria externa foi superior ao índice de expectativa dos próprios auditores independentes. Diante de uma maior expectativa por parte dos não-auditores, foi possível confirmar a primeira hipótese metodológica proposta. Nesse sentido, apesar da adoção da revisão das normas internacionais de auditoria, que culminaram na utilização de um novo formato de relatório de auditoria no ano de 2017, o índice de expectativas dos não-auditores (demais usuários) em relação aos deveres da auditoria externa persiste superior ao índice de expectativa dos auditores, seguindo os achados de estudos anteriores (Best, Buckby & Tan, 2001; Hassink *et al.*, 2009; Albuquerque, 2009; Litjens *et al.*, 2015).

Modificações tais como a alteração na localização da opinião, que passou a ser apresentada na primeira seção, e a inclusão da comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA), parecem, em um primeiro momento, não ter expurgado as diferenças de expectativas no contexto da auditoria. Entretanto, salienta-se que estudos realizados na África do Sul e Suíça (Maseko, 2016; Lundgren & OldenBorg, 2016) assinalam para ganhos com esta mudança, como o aumento da confiança dos usuários nas demonstrações contábeis e a maximização da utilidade do relatório como instrumento para tomada de decisões.

Ademais, segundo literatura internacional, persistência das diferenças de expectativas em auditoria são explicadas por questões como a falta de conhecimento dos usuários em relação aos deveres da auditoria, expectativa por parte dos demais usuários que o auditor

execute tarefas não razoáveis dado o curto período de exames (como exemplo a detecção e prevenção de fraudes pelo exame da totalidade dos registros), falta de interesse dos auditores por considerar determinadas obrigações não rentáveis, ausência de treinamentos eficazes e ausência de divulgação ampla sobre os papéis dos auditores aos usuários das demonstrações contábeis (Chong & Pflugrath, 2008; Gold, Gronewold & Pott, 2012; Litjens, Buuren & Vergoossen, 2015; Ludgren & Olden Borg, 2016). Sugere-se, desta forma, a manutenção de órgãos fiscalizadores proativos no sentido de conscientizar os usuários da contabilidade sobre os deveres dos auditores e, por outro lado, promover cursos no intuito de qualificar os auditores.

Com relação à inclusão no relatório dos auditores de informações específicas sobre a entidade auditada, processos de auditoria e alteração formato e escrita, esta pesquisa ofereceu evidências que apontam que os não-auditores tendem a atribuir maior importância às mudanças no relatório dos auditores do que os próprios auditores. A maior demanda de informações por parte dos usuários é explicada à medida que estes podem estar interessados em obter informações adicionais na tentativa de reduzir os riscos atrelados ao investimento, enquanto, por outro lado, os auditores podem estar interessados em reduzir os riscos de exposição de maiores informações, o que pode aumentar sua responsabilidade e culpabilidade nos casos de fraudes e erros detectados após a emissão do relatório de auditoria (Vaanstraelen *et al.*, 2012; Mock *et al.* 2013; Litjens *et al.*, 2015). Os achados, dessa maneira, confirmaram as hipóteses metodológicas H2a, H3a, H4a, as quais propuseram que os não-auditores atribuem maior importância que os auditores em relação à inclusão no relatório dos auditores de informações específicas sobre a entidade auditada, sobre o processo de auditoria e sobre mudanças no formato e escrita.

Resultados do modelo de regressão revelaram que, em geral, o nível de exigência dos *stakeholders* em relação aos deveres dos auditores, captada pela *proxy* Índice de Expectativas (IE), pode ser explicada principalmente pela carência de informações sobre a entidade auditada e sobre o processo de auditoria no relatório dos auditores. Assim, uma interferência no nível de exigência dos *stakeholders* pode ser esperada ao se incluir no relatório dos auditores informações detalhadas que ainda não são englobadas no modelo atual, tais como: detalhamento sobre os controles da empresa auditada que reduzem o risco de fraude, agressividade das políticas contábeis pelo uso do gerenciamento de resultados, materialidade utilizada nos trabalhos do auditor e mudanças significativas no trabalho de auditoria em relação ao ano anterior.

O presente estudo contribui à literatura contábil ao oferecer evidências sobre os impactos de possíveis futuras alterações no relatório dos auditores em relação às diferenças de expectativas em auditoria, tema ainda incipiente no contexto nacional. Adicionalmente, ao expor a limitada participação do Brasil em discussões e debates internacionais sobre o tema, este estudo promove o incentivo a mudanças em conjunto com os órgãos reguladores.

Dentre as limitações deste trabalho, destaca-se o tamanho da amostra e sua composição, que foi dada predominantemente por respondentes formados em Ciências Contábeis, podendo trazer possível viés aos resultados, uma vez que, respondentes com esta formação podem ter cursado disciplinas de auditoria contábil no curso, obtendo assim maior familiaridade com os deveres dos auditores estabelecidos em normas e leis, o que pode refletir em expectativas inferiores ao que seria encontrado em amostra diversa.

Ademais, diante da indisponibilidade de dados históricos, não foi possível comparar se a adoção da revisão das normas internacionais de auditoria, que implicaram no novo relatório dos auditores, reduziu significativamente as diferenças de expectativas em auditoria. Sugere-se para estudos futuros o uso de uma análise experimental no intuito de avaliar o índice de expectativa dos usuários antes e depois da inclusão hipotética de informações específicas da entidade auditada e sobre o processo de auditoria no relatório dos auditores. Para tanto, diferentes tipos de relatórios podem ser distribuídos em um ambiente controlado e, posteriormente, verificado as possíveis interferências causadas pelas novas informações inseridas.

REFERÊNCIAS

- Abram, L. (2006). Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Ciência e cultura*, 58(4), 40-41.
- ACCA - Association of Chartered Certified Accountants. (2011). Enhancing the value of audit reporting: exploring options for change. *A consultation paper issued for comment by the International Auditing and Assurance Standards Board*. Setembro. Londres: ACCA.
- Adams, M. B. (1994). Agency theory and the internal audit. *Managerial Auditing Journal*, 9(8), 8-12.
- Adeyemi, S. B., & Uadiale, O. M. (2011). An empirical investigation of the audit expectation gap (AEG) in Nigeria. *African Journal of Business Management*, 5(19), 7964.
- Agyei, A., Aye, B. K., & Owusu-Yeboah, E. (2013). An Assessment of Audit Expectation Gap in Ghana. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*, 3(4), 112-118.
- Alberton, L. (2002). *Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Albuquerque, K. S. L. D. S. (2009). *Auditoria e sociedade: análise das diferenças de expectativas dos usuários da contabilidade em relação ao papel do auditor* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia, Bahia, BA, Brasil. Recuperado de <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/7408>
- Albuquerque, K. S. L. D. S., Dias Filho, J. M., & Bruni, A. L. (2010). Um estudo empírico sobre a produção de legitimidade em Auditoria e as expectantion GAP. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/551.pdf>
- Aljaaidi, K. S. Y. (2009). Reviewing The Audit Expectation Gap Literature from 1974 to 2007. *IPB Journal*. 1(1), 41-75.
- Almeida, B. J. M. D. (2004). Auditoria e sociedade: o diálogo necessário. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15(34), 80-96.
- Almeida, B. J. M. D. (2005). Análise comparativa das filosofias de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(37), 85-102.
- Almeida, M. C. (2012). *Auditoria: um curso moderno e completo* (8a ed). São Paulo: Atlas.
- Almeida, J. E. F., & Almeida, J. C. G. (2009). Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(50), 62-74.

Almeida, Bruno & Colomina, Clara. (2008), “Evidencia de las diferencias de expectativas en auditoria en mercados bursátiles de reducida dimensión: el caso portugués”, *Revista de Contabilidade Financeira*, 1(19), 102-111.

Almeida, B. J. M. D., & Taborda, D. M. G. (2004). A fraude como problemática central nas diferenças de expectativas em auditoria. *X Congresso Contabilidade: Relato financeiro e responsabilidade social*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Lx, Portugal. Recuperado de <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/1628>

Almeida, B. J. M., & Colomina, C. I. M. (2009). Evidencia de las Diferencias de Expectativas en Auditoria en Mercados Bursátiles de Reducida Dimensión: El Caso Portugués. *Revista Universo Contábil*, 5(1), 100-114.

Amaral, H. F., Iquiapaza, R. A., Tomaz, W., & Bertucci, L. (2008). Corporate governance and release of annual financial statements. *Contabilidade Vista & Revista*, 19(1), 61-82.

American Institute of Certified Public Accountants (1987). *Report of the national commission on fraudulent financial reporting (Treadway Commission)*. New York: American Institute of Certified Public Accountants. Recuperado de <https://www.coso.org/Documents/NCFFR.pdf>

Amorim, E. N. C. D. (2012). Auditoria independente: determinantes da carência de profissionais no mercado brasileiro (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100637>

Anderson, J. C., Lowe D. J. & Reckers P. M. J. (1993). Evaluation of auditor decisions: Hindsight bias effects and the expectation gap. *Journal of Economic Psychology*, 1 (14), 711-737.

Araújo, I. D. P. S., Arruda, D., & Barretto, P. L. M. (2008). Auditoria contábil: enfoque teórico, normativo e prático. Saraiva.

Arruda, Giovana Silva; Madruga, Sérgio Rossi; Junior, Ney Izaguirry. (2008). A governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria. *Revista de Administração da UFSM*, v. 1, n. 1.

Asare, S. K., & Wright, A. M. (2012). Investors', auditors', and lenders' understanding of the message conveyed by the standard audit report on the financial statements. *Accounting Horizons*, 26(2), 193-217.

Attie, W. (2011). Auditoria: conceitos e aplicações (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Azham, Ali, M., TeckHeang, L., Mohamad, R., & Ojo, M. (2008). Internship and audit expectation gap among undergraduate students in Universiti Utara Malaysia. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 6(1), 55-74

Baiman, S. (1990). Agency research in managerial accounting: A second look. *Accounting, Organizations and Society*, 15(4), 341-371.

- Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2014). Costs and benefits of reporting Key Audit Matters in the audit report: The French experience. *International Symposium on Audit Research*. Recuperado de http://documents.escdijon.eu/pdf/cig2014/ACTESDUCOLLOQUE/BEDARD_GONTHIER_BESACIER_SCHATT.pdf.
- Beneish, M. D., & Press, E. (1993). Costs of technical violation of accounting-based debt covenants. *Accounting Review*, 233-257.
- Best, P. J., Buckby, S., & Tan, C. (2001). Evidence of the audit expectation gap in Singapore. *Managerial Auditing Journal*, 16(3), 134-144.
- Beyer, A., Cohen, D. A., Lys, T. Z. & Walther, B. R. (2010), 'The financial reporting environment: review of recent literature', *Journal of Accounting and Economics*, 3(50), 296–343.
- Boyd, D. T., Boyd, S. C., & Boyd, W. L. (2001). The audit report: A "misunderstanding gap" between users and preparers. *National Public Accountant*, 45(10), 56-60.
- Boynton, W. C., Johnson, R. N., & Kell, W. G. (2002). *Auditoria*. São Paulo: Atlas.
- Boolaky, P. K., & Quick, R. (2016). Bank Directors' Perceptions of Expanded Auditor's Reports. *International Journal of Auditing*, 20(2), 158-174.
- Brasil, Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. *Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm
- Brasil, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as Sociedades por Ações*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm
- Braunbeck, G. O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Breesch, D., Hardies, K. & De Muylder, *The Added Value of Auditing in Belgium: Does Audit Remain If No Longer Mandatory?* (2012). Recuperado de <https://ssrn.com/abstract=2190396> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2190396>
- Brief, R. P. (1975). The accountant's responsibility in historical perspective. *The Accounting Review*, Vol. 50, No. 2, pp. 285–95.
- Boolaky, P. K., & Quick, R. (2016). Bank Directors' Perceptions of Expanded Auditor's Reports. *International Journal of Auditing*, 20(2), 158-174.
- Cade, N. L., & Hodge, F. D. (2014). The Effect of Expanding the Audit Report on Managers' Communication Openness. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2433641.

Campos, T. L. C. (2006). Estrutura da propriedade e desempenho econômico: uma avaliação empírica para as empresas de capital aberto no Brasil. *Revista de Administração-RAUSP*, 41(4), 369-380.

Canadian Institute of Chartered Accountant (1978). Report of the special committee to examine the role of the auditor. Toronto. *The Adamss Committee*; CICA.

Cardozo, J. S. (2013). Origem e conceitos de auditoria. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 2(2), 27-36.

Carvalho, M. P. F. S., Carvalho, J. L. F. S., & Carvalho, F. A. (2001). *O ponto de vista feminino na reflexão ética: histórico e implicações para a teoria de organizações*. Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em administração, 25. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2001-teo-8.pdf>

Carvalho, P. D. C. S., & Ribeiro, H. (2010). The issue of the expectation Gap. *XIV Encuentro AECA Innovación y responsabilidad: desafíos y soluciones*, Coimbra, Portugal. Recuperado de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/2731>

CFA Institute (2010). Independent Auditor's Report Survey Results. Charlottesville: *CFA Institute*. Recuperado de https://www.cfainstitute.org/Survey/independent_auditors_report_survey_results.pdf

Chen, L., Jones, K. L., Lisic, L. L., Michas, P., Pawlewicz, R., & Pevzner, M. B. (2012). Comments by the Auditing Standards Committee of the Auditing Section of the American Accounting Association on the IAASB Proposal: Improving the Auditor's Report: Participating Committee Members and Other Contributors. *Current Issues in Auditing*, 7(1), 11-20.

Chong, K. M., & Pflugrath, G. (2008). Do different audit report formats affect shareholders' and auditors' perceptions?. *International Journal of Auditing*, 12(3), 221-241.

Chukwunedu, O. S., & Okoye, E. I. (2011). Forensic Accounting and Audit Expectation Gap-The Perception of Accounting Academics. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1920865

Church, B. K., Davis, S. M. & McCracken, A. D. (2008), 'The auditor's reporting model: a literature overview and research synthesis', *Accounting Horizons*, 1 (22), 69-90.

CICA (1988). Report of the Commission to Study the Public's Expectation of Audits. *Macdonald Commission CICA*, Toronto, Canada.

Coelho, C. S. M. (2012). *O caminho da revisão de contas* (Dissertação de Mestrado) . Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra FEUC. Coimbra, Portugal. Recuperado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/19759/1/Tese%20Carolina%20Coelho.pdf>

Cohen Commission (1978). *Statement of issues: scope and organization of study of auditors' responsibilities*. New York. AICPA. Recuperado de http://3197d6d14b5f19f2f440-5e13d29c4c016cf96cbbfd197c579b45.r81.cf1.rackcdn.com/collection/papers/1970/1978_0101_CohenAuditors.pdf

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Resolução nº. 986/03. *NBC T 12 – Da Auditoria Interna*. Recuperado de http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_986.pdf

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Resolução CFC nº. 1.231/09. *Aprova a NBC TA 700 – Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis*. Recuperado de <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>

Coram, P. J., Mock, T. J., Turner, J. L., & Gray, G. L. (2011). The communicative value of the auditor's report. *Australian Accounting Review*, 21(3), 235-252.

Cordos, G. S., & Fülöpa, M. T. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. *Accounting and Management Information Systems*, 14(1), 128.

Costa, F. T., Teixeira, M. A. P., & Gomes, W. B. (2000). Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre. Vol. 13, n. 3 (2000), p. 465-473.

Crepaldi, S. A. (2007). *Auditoria Contábil: teoria e prática*. 4. Ed. São Paulo: Atlas.

Cruz, Lima, Durso & Cunha (2016). Desigualdade de gênero em empresas de auditoria externa. *XVI Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil.

Cummins, R. A., & Gullone, E. (2000, March). Why we should not use 5-point Likert scales: The case for subjective quality of life measurement. *Proceedings, second international conference on quality of life in cities*, 74-93.

Dana, G. (2011). Audit expectation gap in the public sector in Romania. *European Integration-New Challenges*, 1352. Recuperado de <https://ideas.repec.org/a/ora/journal/v1y2011i2p510-516.html>

Devore, J. L. (2006). *Probabilidade e Estatística: para Engenharia e Ciências*. São Paulo: Pioneira Thomson. Learning.

Dilmaghaniy, S., & Nazemi, S. (2016). Study the Relationship between Role and Responsibilities of Auditors and Attitude of Audit Report Users in Creation of Audit Expectations Gap. *International Science and Investigation Journal*, 5(5), 92-101.

Dixon, R., Woodhead, A. D., & Sohlman, M. (2006). An investigation of the expectation gap in Egypt. *Managerial Auditing Journal*, 21(3), 293-302.

Dobija, D., Cieślak, I., & Iwuć, K. (2013). Extended Audit Reporting-An Insight from the Auditing Profession in Poland. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2215605

Dutra, M. H. (2011). *Modelo de referência para o relatório final da auditoria independente baseado na abordagem de expectations gap* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95907>

- Ebimobowei, A., & Kereotu, O. J. (2011). Role theory and the concept of audit expectation gap in South-South, Nigeria. *Current Research Journal of Social Sciences*, 3(6), 445-452.
- Eldarragi, A. M. (2008). An investigation into the audit expectation gap in Libya (Tese de Doutorado), School of Accounting and Finance, Faculty of Commerce, University of Wollongong. Recuperado de <http://ro.uow.edu.au/theses/1904/>
- Enes, E. F., Almeida, B. J. M., Silva, A. M. F. G., Carvalho, F. P., & Simões, J. M. M. (2016). *Tékhné*, 14(1), 10-19.
- Enyi, V. C., Ifurueze, M. S. & Enyi, R. (2012). The Audit Expectation Gap Problem in Nigeria “The Perception Of Some Selected Stake-Holder Groups”. *Research Journal of Finance and Accounting*, 3(7): 140-150.
- Epstein, M. J., & Geiger, M. A. (1994). Investor views of audit assurance: Recent evidence of the expectation gap. *Journal of Accountancy*, 177(1), 60.
- Eisenhardt, K. (1989). Agency theory: an assessment and review. *Academy of Management Review*, 14(1), 57-74.
- Fadzly, M. N., & Ahmad, Z. (2004). Audit expectation gap: The case of Malaysia. *Managerial Auditing Journal*, 19(7), 897-915.
- Fakhfakh, H., Fakhfakh, M., & Pucheta-Martínez, M. C. The impact of the new harmonization by the International Federation of Accountants: an empirical study of the informational value of Tunisian auditors' reports on annual financial statements. *Managerial Auditing Journal*, 23 (8), 824-859.
- Fellnäs, V., & Strömbäck, J. (2015). Key Audit Matters - En studie i dess värde för privata investeringar (Dissertação de Mestrado) Lunds Universitet. Lund, Suécia. Recuperado de <https://lup.lub.lu.se/student-papers/search/publication/7455470>
- Filho, D. B. F., & Júnior, J. A. D. S. (2010). Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião pública*, 16(1), 160-185.
- Franco, H. & Marra, E. (2001). *Auditoria Contábil* (4a ed). São Paulo: Atlas
- Frank, K. E., Jordan Lowe, D., & Smith, J. K. (2001). The expectation gap: Perceptual differences between auditors, jurors and students. *Managerial Auditing Journal*, 16(3), 145-150.
- Fond, M. L., & Jiambalvo, J. (1992). Debt covenant violation and manipulation of accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 17, 145-176.
- Fond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2), 275-326.
- Fonseca, V. H., Nunes, D. M. S., & Santana, C. M. (2016). Amostragem: Conhecimento e uso em empresas de auditoria. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade -RAGC*, 4(16).

Füredi-Fülöp, J. (2015). An Empirical Study of Audit Expectation Gap in Hungary. *Theory, Methodology, Practice*, 11(1), 37.

Furuta, F. (2010). *A relação das características das empresas com a adoção do Comitê de Auditoria X Conselho Fiscal adaptado* (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-19042010-104120/pt-br.php>

Gangolly, J. S., Hussein, M. E., Seow, G. S., & Tam, K. (2002). Harmonization of the auditor's report. *The international Journal of Accounting*, 37(3), 327-346.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Godoy, P., & Marcon, R. (2008). Teoria da agência e os conflitos organizacionais: a influência das transferências e das promoções nos custos de agência em uma instituição bancária. *Revista de Administração Mackenzie*, 7(4).

Gold, A., Gronewold, U., & Pott, C. (2012). The ISA 700 auditor's report and the audit expectation gap—do explanations matter?. *International Journal of Auditing*, 16(3), 286-307.

Gomes, E. D., Araújo, A. F. D., & Barboza, R. J. (2009). Auditoria: alguns aspectos a respeito de sua origem. *Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis*. 7(1), 13.

Gramling, A. A., Schatzberg, J. W., & Wallace, W. A. (1996). The role of undergraduate auditing coursework in reducing the expectations gap. *Issues in Accounting Education*, 11(1), 131.

Gray, G. L., Turner, J. L., Coram, P. J., & Mock, T. J. (2011). Perceptions and misperceptions regarding the unqualified auditor's report by financial statement preparers, users, and auditors. *Accounting Horizons*, 25(4), 659-684.

Guilbozal, M. (2006). Escala mixta Likert-Thurstone. *Anduli*, 5, 81-95.

Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. AMGH Editora.

Gunathilaka, A. C. (2012). Audit expectation gap in Sri Lanka: The role of policy makers. *International Journal of Multidisciplinary Research*, 2(10).

Gutierrez, E. F., Minutti-Meza, M., Tatum, K. W., & Vulcheva, M. (2016). Consequences of Changing the Auditor's Report: Evidence from the UK. Recuperado de https://care-mendoza.nd.edu/assets/212906/minutti_paper.pdf

Guy, D. M., & Sullivan, J. D. (1988). The expectation gap auditing standards. *Journal of Accountancy*, 165(4), 36.

Hair, Joseph F; et al.(2005). *Análise multivariada de dados* (5a.ed.), Porto Alegre: Bookman.

Haniffa, R., & Hudaib, M. (2007). Locating audit expectations gap within a cultural context: The case of Saudi Arabia. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 16(2), 179-206.

Harris, S. L., & Marxen, D. E. (1997). The auditor expectation and performance gaps: Views from auditors and their clients. *Research in Accounting Regulation*, 11, 159-176.

Hassas, Y. Y., & Khaleghi, B. A. (2004). The Expectation Gap Of Independent Audit Attest Function, Between Auditors And Their Report Users. *The Iranian Accounting and Auditing Review*, 11(35), 29-44.

Hassink, H. F., Bollen, L. H., Meuwissen, R. H., & de Vries, M. J. (2009). Corporate fraud and the audit expectations gap: A study among business managers. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 18(2), 85-100.

Hatherly, D.; Innes, J. & Brown, T. (1991). The expanded audit report: An empirical investigation. *Accounting and Business Research*, Wales, n.21, p. 311-319.

Heliodoro, P. A. G. P. (2010). Expectation Gap em Auditoria. *Encuentro AECA "Innovación y responsabilidad: desafíos y soluciones"*. Coimbra. Portugal. Recuperado de http://www.aeca1.org/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/3a.pdf

Heij, C., Boer, P., Franses, P. H., Kloek, T., & Dijk, H. K. (2004). *Econometric methods with applications in business and economics*. Oxford. New York.

Huang, J. Z., & Feng, Y. J. (2004). On Management Auditing to Compensate Investors' Expectation Gap. *Commercial Research*, 23 (1), 19.

Humphrey, C., Moizer, P., & Turley, S. (1992). The audit expectations gap—plus ca change, plus c'est la meme chose?. *Critical perspectives on accounting*, 3(2), 137-161.

Humphrey, C., Moizer, P. & Turley, S. (1993). The audit expectation gap in Britain: An empirical investigation. *Accounting and business research*, 23, 395-411.

IAASB – International Auditing and Assurance Standard Board. Recuperado de <https://www.ifac.org/system/files/uploads/IAASB/Audit%20Reporting-At%20a%20Glance-final.pdf>

IAASB – International Auditing and Assurance Standard Board. Discussion Paper: The New Auditors Report. Recuperado de <http://www.iaasb.org/new-auditors-report>.

IAASB - International Auditing and Assurance Standards Board. 2011. Enhancing the Value of Auditor Reporting: Exploring Options for Change. Recuperado de <https://www.ifac.org/publications-resources/enhancing-value-auditor-reporting-exploring-options-change>.

_____. The IAASB's Work Plan for 2015-2016. Work Plan for 2015-2016: Enhancing Audit Quality and Preparing for the future. Dezembro de 2014. <http://www.ifac.org/system/files/publications/files/IAASB-Work-Plan-2015-2016.pdf>

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, *Auditoria: Registros de uma profissão*. Ipsis Gráfica e Editora, 2007.

IFAC – The International Federation of Accountants. Glance. (2015). Recuperado de <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/audit-reporting-At%20a%20Glance.pdf>

_____. *Enhancing the Value of Auditor Reporting: Exploring Options for Change* (2011). Recuperado de <https://www.ifac.org/publications-resources/enhancing-value-auditor-reporting-exploring-options-change>

_____. *Improving the auditor's report*. (2012). Recuperado de https://www.ifac.org/system/files/publications/files/auditor_reporting_invitation_to_comment-final_0.pdf

Jedidi, I., & Richard, C. (2009). The Social Construction of the Audit Expectation Gap: The Market of Excuses. In *La place de la dimension européenne dans la Comptabilité Contrôle Audit*. Recuperado de <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00460146/document>

Jensen, M.C.; Meckling, W.H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4):305-360

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (2008). Teoria da firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. *Revista de Administração de Empresas*, 48(2), 87-125.

Jund, Sergio. *Auditora*. Rio de Janeiro: Impetus, 2001.

Judge, G. G., Hill, R. C., Griffiths, W., Lutkepohl, H., & Lee, T. C. (1988). *Introduction to the Theory and Practice of Econometrics*. Nova York.

Junior, J. H. P. (1998). *Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos*. São Paulo: Atlas

Kamau, C. G. (2013). Determinants of Audit Expectation Gap: Evidence from Limited Companies in Kenya. *International Journal of Science and Research*, India. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/254325280/Kamau-2013-Determinants-of-Audit-Expectation-Gap-Evidence-From-Limited-Companies-in-Kenya>

Kaplan, R. L. (1987), Accountants' liability and audit failures: when the umpire strikes out. *Journal of Accounting and Public Policy*, 6 (1), 1–8.

Kasim, M. A., & Hanafi, S. R. M. (2008). The existence of Audit Expectation Gap in Malaysia. *Malaysian Accounting Review*, 7(1).

Kimutai, I. J. (2012). *The expectation gap in the statutory audits of quoted companies in Kenya* (Tese de Doutorado). Recuperado de <http://ir-library.ku.ac.ke/handle/123456789/5248>

Koh, H. C. (2000). The audit expectation gap in Singapore: An empirical study of company audit objectives. *Asian Review of Accounting*, 8(1), 83-105.

- Koh, H. C., & Woo, E. S. (1998). The expectation gap in auditing. *Managerial Auditing Journal*, 13(3), 147-154.
- Lee, T. H., Ali, A. M., & Bien, D. (2009). Towards an Understanding of the Audit Expectation Gap. *ICFAI Journal of Audit Practice*, 6(1).
- Lee, T. H., Ali, A. M., & Gloeck, J. D. (2009). The audit expectation gap in Malaysia: an investigation into its causes and remedies. *Southern African Journal of Accountability and Auditing Research*, 9(1), 57-88.
- Lee, T. H., Ali, A. M., Gloeck, J. D., Yap, C. S., Ng, Y. L., & Boonyanet, W. (2010). The audit expectation gap in Thailand. *Southern African Journal of Accountability and Auditing Research*, 10(1), 1-17.
- Lélis, D. L. M., & Mario, P. D. C. (2009). Auditoria interna com foco em governança, gestão de riscos e Controle interno: análise da auditoria interna de uma empresa do setor energético. In Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Recuperado de <http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos92009/98.pdf>
- Lemos, K. C. M. R., Ariza, L. R., & Rodrigues, L. L. (2012). Fatores Determinantes do Nível de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados de Acordo com as Recomendações do Comitê de Basileia e da IOSCO – Evidência Empírica no Setor Bancário Português. *XV Encuentro AECA–Asociación Española de Contabilidad Y Administración de Empresas*, 20.
- Lennox, C. S., Schmidt, J. J., & Thompson, A. (2016). Is the expanded model of audit reporting informative to investors? Evidence from the UK. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2619785
- Liggio, C. D. (1974). Expectation gap-accountants legal Waterloo. *Journal of Contemporary Business*, 3(3), 27-44.
- Lin, Z. J., & Chen, F. (2004). An empirical study of audit 'expectation gap' in the People's Republic of China. *International Journal of Auditing*, 8(2), 93-115
- Litjens, R., Buuren, J., & Vergoossen, R. (2015). Addressing information needs to reduce the audit expectation Gap: evidence from Dutch bankers, audited companies and auditors. *International Journal of Auditing*, 19(3), 267-281.
- Longo, Claudio Gonçalo (2011). *Manual de auditoria e revisão das demonstrações financeiras*. São Paulo: Atlas.
- Lopes, J. E. M., Ribeiro, R. B., Cavalcante, P. R. N. (2009). A informação contábil à luz da Teoria da Comunicação. *Revista Ambiente Contábil*, 1 (2), 22-37.
- Lowe, J. (2011). The expectation gap in the legal system: perception differences between auditors and judges. *Journal of Applied Business Research*, 10(3), 39-44.
- Lundgren, L., & Oldenborg, M. (2016). The public interest paradox of the Swedish auditing profession: A quantitative study of potential effects of the Swedish implementation of ISA

700 (revised) and ISA”. Recuperado de <http://umu.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A940407&dswid=3209>

Lupo, I. (2012). Approved routes and alternative paths: The construction of women’s careers in large accounting firms. Evidence from the French Big Four. *Critical Perspectives on Accounting*, 23, 351– 369.

Madichie, N. O. (2007). Nigerian restaurants in London: bridging the experiential perception/expectation gap. *International Journal of Business and Globalisation*, 1(2), 258-271.

Mafra, A. S., Cavalcanti, M. A. N., & Penha, R. S. (2017). Fatores Condicionantes da Opinião Modificada nos Relatórios de Auditoria de Empresas Listadas na BM&FBovespa. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, 5(20).

Magalhães, A. D. F.; Lunkes, I. C. & Muller, A. N. (2011). *Auditoria das organizações: Metodologias alternativas ao planejamento e à operacionalização dos métodos*. São Paulo: Atlas.

Mahadevaswamy, G. H., & Salehi, M. (2009). Audit expectation gap in auditor responsibilities: Comparison between India and Iran. *International Journal of Business and Management*, 3(11), 134.

Manoel, J., & Quel, L. F. (2017). Innovation in the International Standards for the New Independent Audit Report. *Journal on Innovation and Sustainability*, 8(1), 114-127.

Manson, S., & Zaman, M. (2001). Auditor communication in an evolving environment: Going beyond SAS 600 auditors' reports on financial statements. *The British Accounting Review*, 33(2), 113-136.

Martinez, A. L. (1998). Agency theory na pesquisa contábil. Encontro da Anpad - Enanpad, 22. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1998-ccg-12.pdf>

Martins, G. D. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da Investigação Científica*. São Paulo: Atlas.

Maseko, K. N. (2016). Will the expanded audit report model proposed by IAASB reduce the expectation gap in South Africa? (Dissertação de mestrado). University of the Witwatersrand. Joanesburgo. Recuperado de <http://wiredspace.wits.ac.za/handle/10539/20005>

McEnroe, J. E., & Martens, S. C. (2001). Auditors' and investors' perceptions of the “expectation gap”. *Accounting Horizons*, 15(4), 345-358.

Menezes, A. L. D., & Costa, F. M. D. (2012). Expectation Gap em Auditoria: Impactos no Brasil Após a Adoção do Projeto Clarity. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/ANDERSON%20LUIZ.pdf

Mingoti, Sueli Aparecida. (2005). *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: Uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte - Minas Gerais: Editora UFMG.

Mock, T., Turner, J., Gray, G. & Coram, P. (2009), *The unqualified auditor's report: a study of user perceptions, effects on user decisions and decision processes, and directions for future research*. New York: ASB and IAASB. Recuperado de http://www.ifac.org/system/files/downloads/Study__1_ASB_Summary_Report.pdf

Mock, T. J., Bédard, J., Coram, P. J., Davis, S. M., Espahbodi, R. & Warne, R. C. (2013), The audit reporting model: current research synthesis and implications, *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 32 (1), 323–51.

Montgomery, D. C., Peck, E. A., & Vining, G. G. (1992). *Introduction to linear regression analysis*. John Wiley & Sons.

Monroe, G. S., & Woodliff, D. R. (1994). An empirical investigation of the audit expectation gap: Australian evidence. *Accounting & Finance*, 34(1), 47-74

Munir Sidani, Y. (2007). The audit expectation gap: evidence from Lebanon. *Managerial Auditing Journal*, 22(3), 288-302.

Murphy, P., & Maynard, M. L. (1996). Using judgement profiles to compare advertising agencies' and clients' campaign values. *Journal of Advertising Research*, 36(2), 19–27

Muylder, J., Hardies, K., & Breesch, D. (2012). The Expectations gap: Two Remedies Investigated. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2190404.

Noghondari, A. T., & Foong, S. Y. (2009). Audit expectation gap and loan decision performance of bank officers in Iran. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, 5(3), 310-328.

O'Donnell, K., & BCom, C. F. E. (2016). Professional Scepticism: another audit expectation gap? (Tese Doutorado). Tasmanian School of Business & Economics. University of Tasmania. Recuperado de <https://eprints.utas.edu.au/23296/>

Ogbonna, G. N., & Appah, E. (2014). Causality of audit expectation gap and corporate performance in Nigeria". *Research Journal of Finance and Accounting*, 5(9), 11-21.

Okafor, C. A., & Otor, J. I. (2013). Narrowing the Expectation Gap in Auditing: The Role of the Auditing Profession. *Research Journal of Finance and Accounting*, 4(2), 43-52.

Oliveira, P. A. D. (2015). *A mudança no relatório do auditor independente em resposta as expectativas de mercado: um auxílio na delimitação de sua responsabilidade?* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/1618>

Oliveira, L. M., & Filho, A. D. (2001). *Curso básico de auditoria*. Editora Atlas SA.

Pereira, N. J., & Inácio, H. C. (2016). *A determinação da materialidade em auditoria: problemática do julgamento profissional*. Estudos do ISCA, (13). Recuperado de <http://revistas.ua.pt/index.php/estudosdoisca/article/view/3768>

Porter, B. A. (1990). The audit expectation-performance gap and the role of external auditors in society (Tese de Doutorado). Massey University. Recuperado de <https://mro.massey.ac.nz/handle/10179/3136>

Porter, B. (1993). An empirical study of the audit expectation-performance gap. *Accounting and business research*, 24(93), 49-68.

Porter, B. (2009). *Report on research conducted in the united kingdom and new Zealand in 2008 investigating the Audit Expectation-Performance Gap and Users' understanding of, and desired improvements to, the auditor's report*. (Tese de Doutorado), School of Accounting and Commercial Law, Victoria University, Wellington, New Zealand. Recuperado de http://www.ifac.org/system/files/downloads/Porter_et_al_Final_Report_Combined.pdf

Porter, B., & Gowthorpe, C. (2004). *Audit expectation-performance gap in the United Kingdom in 1999 and comparison with the Gap in New Zealand in 1989 and in 1999*. Edinburgh, Scotland: Institute of Chartered Accountants of Scotland. Recuperado de <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.474.1715&rep=rep1&type=pdf>

Raupp, F. M.; Beuren, I. M. (2006). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.

Reinikainen, J. (2015). The Audit Expectation Gap and the Ways of reducing the gap according to the international academic research. *Journal of Business Finance & Accounting*, 41(3), 297-327.

Richardson, M. (1999). *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo.

Rodrigues, L. P., & Botelho, D. R. (2017). Impacto Da Divulgação Da Materialidade De Auditoria: Um Estudo Experimental. *Anais do XIV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*. Recuperado de <http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/AnaisCongresso2017/ArtigosDownload/220.pdf>

Ruhnke, K., & Schmidt, M. (2014). The audit expectation gap: existence, causes, and the impact of changes. *Accounting and Business Research*, 44(5), 572-601.

SÁ, A. L. (2002). *Curso de auditoria*, 10. Ed. São Paulo: Atlas.

Saladrigues, R., & Grañó, M. (2014). Audit expectation gap: fraud detection and other factors. *European Accounting and Management Review*, 1(1).

Salehi, M. (2007). Reasonableness of Audit Expectation Gap: Possible Approach to Reducing. *ICFAI Journal of Audit Practice*, 4(3).

Salehi, M. (2011). Audit expectation gap: Concept, nature and trace. *African Journal of Business Management*, 5(21), 8376-8392.

Salehi, M. (2016). Quantifying Audit Expectation Gap: A New approach to Measuring Expectation Gap. *Zagreb International Review of Economics and Business*, 19(1), 25-44.

- Salehi, M., & Azary, Z. (2009). Fraud detection and audit expectation gap: Empirical evidence from Iranian bankers. *International Journal of Business and Management*, 3(10), 65.
- Salehi, M., Mansoury, A., & Azary, Z. (2009). Audit independence and expectation gap: Empirical evidences from Iran. *International Journal of Economics and Finance*, 1(1), 165.
- Sampieri, R. H., Collado, C. H., Lucio, P. B., Murad, F. C., & Garcia, A. G. Q. (2006). *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill
- Santos, S. R. S., Costa, F. M. (2008). Conservadorismo contábil e timeliness: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48).
- Santos, A. C., Scarpin, J. E. (2011). Gerenciamento de resultados: análise de sua incidência em empresas mais admiradas do Brasil. *Revista de estudos contábeis*, Londrina, v.2, n.3, p. 14-33.
- Sato, F. R. L. (2007). A teoria da agência no setor da saúde: o caso do relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 41(1), 49-62.
- Schandl, C.W. (1978) *Theory of Auditing: evaluation, investigation, and judgment*. Houston: Scholars Book Co.
- Segatto-Mendes, A. P. (2001). Teoria de agência aplicada à análise de relações entre os participantes dos processos de cooperação tecnológica universidade-empresa (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-24012002-114443/pt-br.php>
- Siegel S, Castellan HJ. (2006). *Estatística não paramétrica para ciências do comportamento* (2a ed). Porto Alegre: Artmed.
- Silva, J. O. & Bezerra, F. A. (2010). Análise do gerenciamento de resultados e o rodízio de firmas de auditoria nas empresas de capital aberto. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. São Paulo: Atlas.
- Silva, R. L. M., Nardi, P. C. C., Martins, V. A., & Barossi Filho, M. I. L. T. O. N. (2016). Os níveis de governança corporativa da BM&FBOvespa aumentam a liquidez das ações?. *Revista Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 13(3), 248-263.
- Silva, C. A. T., Gonçalves, R. S., Tavares, A. L. & Lima, D. V. (2010). Influência do incentivo ao conservadorismo nas escolhas contábeis relacionadas ao reconhecimento de provisão de contingências passivas. *Revista Universo Contábil. Blumenal*, 6(4), 6-20.
- Simnett, R. & Huggins, A. (2014), 'Enhancing the auditor's report: to what extent is there support for the IAASB's proposed changes?', *Accounting Horizons*, 28(4), 719-47.
- Sikka, P., Puxty, A., Willmott, H., & Cooper, C. (1998). The impossibility of eliminating the expectations gap: Some theory and evidence. *Critical Perspectives on Accounting*, 9(3), 299-330.

Sirqueira, A. B. D., Kalatzis, A. E. G., & Toledo, F. M. B. D. (2007). Boas práticas de governança corporativa e otimização de portfólio: Uma análise comparativa. *Revista Economia*, 7(3), 521-544.

Sterzeck, G. (2017). Audit expectation gap nos litígios das firmas de auditoria (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14062017-093241/pt-br.php>

Sweeney, B. 1997. Bridging the expectation gap - on shaky foundations. *Accountancy Ireland*, 2, 18-20.

Takamatsu, R. T. (2015). Indicadores contábeis, ambiente informacional de mercados emergentes e retorno das ações (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-17092015-152048/pt-br.php>

Torman, V. B. L., Coster, R., & Riboldi, J. (2012). Normalidade de variáveis: métodos de verificação e comparação de alguns testes não-paramétricos por simulação. *Clinical & Biomedical Research*, 32(2).

Takamatsu, R. T., & Fávero, L. P. L. (2017). Opacity of financial information, adoption of international standards and legal origins. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 19(66), 594-612.

Turner, J. L., Mock, T. J., Coram, P. J. & Gray, G. L. (2009), The unqualified auditor's report: a study of user perceptions effects on user decisions processes and directions for further research. New York: IAASB. Recuperado de http://www.ifac.org/system/files/downloads/Study__1_ASB_Summary_Report.pdf

Turner, J. L., Mock, T. J., Coram, P. J., & Gray, G. L. (2010). Improving transparency and relevance of auditor communications with financial statement users. *Current issues in auditing*, 4(1), 1-8.

Vanstraelen, A., Schelleman, C., Meuwissen, R. & Hofmann, I. (2012), The audit reporting debate: seemingly intractable problems and feasible solutions, *European Accounting Review*, 21 (2), 193–215.

Veiga, J. G. T. (2016). O relatório de auditoria e as diferenças de expectativas em auditoria: recentes alterações (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro. Recuperado de <http://revistas.ua.pt/index.php/estudosdoisca/article/view/5119>

Vergara, S. C. (2011). *Métodos de pesquisa em administração*. Atlas.

Wallin, A., & Jörlöv, E. (2016). *The revised audit report: Revision of international standards and its impact on communication between auditors and users in Sweden* (Dissertação de Mestrado). Recuperado de <http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordOId=8882924&fileOId=8882925>

Wolf, F. M., Tackett, J. A., & Claypool, G. A. (1999). Audit disaster futures: antidotes for the expectation gap?. *Managerial Auditing Journal*, 14(9), 468-478.

Wooldridge, J. M. (2010). *Introductory econometrics: A modern approach*. Nelson Education.

Zikmund, P. E. (2008). Reducing the expectation gap. *The CPA Journal*, 78(6), 20.

APÊNDICE A - Questionário

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
 Faculdade de Ciências Econômicas – FACE
 Curso de Ciências Contábeis
 Questionário de Dissertação⁵

Prezado (a), sou aluno do programa de Mestrado em Controladoria e Contabilidade da UFMG, onde desenvolvo uma dissertação que tem como objetivo principal identificar quais fatores interferem no índice de expectativa dos usuários da contabilidade em relação os deveres dos auditores externos. O trabalho é realizado sob orientação da professora Dra. Renata Turola Takamatsu.

Peço sua colaboração, respondendo o questionário com total de 4 páginas (tempo estimado de resposta de até 10 minutos). Ressalto que em nenhum momento você será identificado e será mantido sigilo em relação às suas respostas. É necessário que você responda com sinceridade as questões propostas. Considerando-se que não há respostas certas ou erradas, favor não deixar de responder a nenhuma questão.

Muito obrigado,

Fernando Rocha Pereira (fernando.contabil@hotmail.com)

Mestrando - UFMG

Parte I: Perfil do Respondente

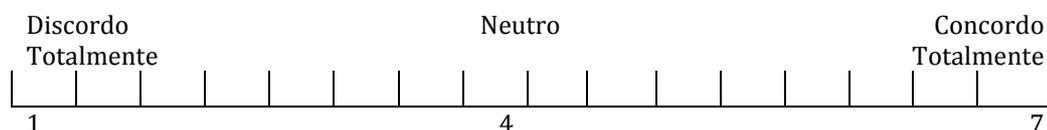
- | | |
|--|---|
| <p>1) Gênero:
 <input type="checkbox"/> Masculino
 <input type="checkbox"/> Feminino</p> <p>2) Idade: _____</p> <p>3) Grau de instrução:
 <input type="checkbox"/> Ensino médio/técnico
 <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto
 <input type="checkbox"/> Ensino superior completo
 <input type="checkbox"/> Especialista
 <input type="checkbox"/> Mestre
 <input type="checkbox"/> Doutor
 <input type="checkbox"/> Outros. Especificar _____</p> <p>4) Área de formação:
 <input type="checkbox"/> Ciências Contábeis
 <input type="checkbox"/> Administração
 <input type="checkbox"/> Economia
 <input type="checkbox"/> Direito
 <input type="checkbox"/> Engenharia
 <input type="checkbox"/> Estatística
 <input type="checkbox"/> Não se aplica
 <input type="checkbox"/> Outros. Especificar: _____</p> | <p>5) Profissão atual:
 <input type="checkbox"/> Auditor
 <input type="checkbox"/> Professor
 <input type="checkbox"/> Estudante
 <input type="checkbox"/> Contador
 <input type="checkbox"/> Outro. Especificar _____</p> <p>6) Como você usa o relatório de auditoria dentro de sua profissão:
 <input type="checkbox"/> Leio completamente
 <input type="checkbox"/> Leio apenas a opinião do auditor
 <input type="checkbox"/> Apenas certifico se há o relatório mas não leio
 <input type="checkbox"/> Não utilizo e não leio o relatório do auditor
 <input type="checkbox"/> Outro. Especificar _____</p> <p>7) Área que desenvolve as atividades:
 <input type="checkbox"/> Contábil
 <input type="checkbox"/> Financeira
 <input type="checkbox"/> Tributária
 <input type="checkbox"/> Tecnologia
 <input type="checkbox"/> Jurídica
 <input type="checkbox"/> Pessoal
 <input type="checkbox"/> Não se aplica
 <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: _____</p> |
|--|---|

⁵ Questionário adaptado de Litjens, Buuren&Vergoossen (2015), Menezes (2012).

- 8) Qual o cargo em exercício atualmente?
- Trainee*
 - Assistente
 - Sênior
 - Supervisor
 - Gerente
 - Diretor
 - Sócio
 - Superintendente
 - Professor
 - Não se aplica
- 9) Tempo de experiência na profissão atual:
_____ Anos _____ Meses
- 10) Experiência com auditoria:
- Apenas acadêmica
 - Acadêmica e profissional
 - Apenas profissional
 - Nenhuma
- 11) Você leu algum relatório do auditor publicado em 2017 (com o novo formato)?
- Sim
 - Não
- 12) Você considera que o relatório de auditoria, como meio de comunicação, pode ser melhorado?
- Sim
 - Não
 - Não sei

Parte II: Expectativas em relação à auditoria contábil

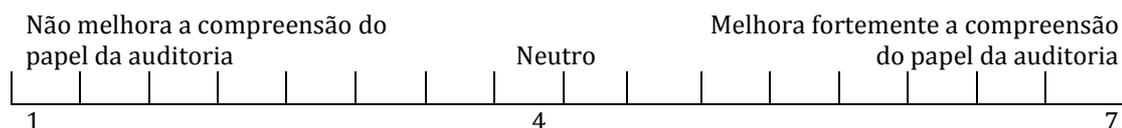
Esta escala tem como objetivo mensurar as expectativas em relação aos deveres dos auditores externos. Utilize a escala **contínua progressiva** abaixo que **varia de 1 a 7** para expressar sua opinião (Números intervalares e decimais podem ser optados).



SENTENÇA	1 a 7
1. O auditor deve ser independente.	()
2. O auditor deve declarar se as demonstrações financeiras refletem adequadamente os negócios de uma empresa.	()
3. O auditor deve auditar as demonstrações financeiras.	()
4. O auditor deve detectar e divulgar distorções intencionais, ou não, de informações financeiras que têm impacto relevante nas demonstrações financeiras, caso existam.	()
5. O auditor deve detectar roubo de ativos corporativos pelos funcionários e pela administração, caso existam.	()
6. O auditor deve assegurar o cumprimento das normas contábeis.	()
7. O auditor deve examinar e reportar aos usuários a razoabilidade das estimativas financeiras apresentadas pela empresa nas demonstrações.	()
8. O auditor deve relatar suspeitas de fraude aos órgãos reguladores.	()
9. O auditor deve relatar aos órgãos reguladores as distorções intencionais de informações.	()
10. O auditor deve avaliar e relatar a qualidade dos controles internos.	()
11. O auditor deve avaliar e relatar como os riscos de fraude são gerenciados.	()
12. O auditor deve elaborar as demonstrações financeiras.	()
13. O auditor deve detectar e relatar fraudes que não impactam de forma relevante as Demonstrações Contábeis da empresa.	()
14. O auditor deve examinar todas as transações contábeis ocorridas no exercício contábil.	()
15. O auditor deve verificar o pressuposto da continuidade em relação as atividades da empresa.	()
16. O auditor deve garantir que as demonstrações financeiras são precisas.	()
17. O auditor deve examinar e relatar a eficácia/eficiência da gestão.	()
18. O auditor deve revelar roubo de ativos corporativos por funcionários e pela administração, caso existam.	()

Parte III: Inclusão de informações adicionais no relatório do auditor

Esta escala tem como objetivo mensurar a atribuição de importância em relação a alterações no relatório do auditor para melhorar a compreensão da entidade, do processo de auditoria e dos seus resultados. As alterações estão relacionadas com as informações sobre a entidade, o processo de auditoria, redação e formato do relatório. Utilize a escala **contínua progressiva** abaixo que **varia de 1 a 7** para expressar sua opinião (Números intervalares e decimais podem ser optados).



SENTENÇA	1 a 7
1. A auditoria deve reportar informações sobre violações de cláusulas contratuais de títulos de dívida.	()
2. A auditoria deve reportar informações sobre a qualidade dos controles internos da empresa.	()
3. A auditoria deve reportar informações sobre a agressividade das políticas contábeis da empresa.	()
4. A auditoria deve reportar informações sobre o grau de inadimplência da empresa.	()
5. A auditoria deve reportar informações sobre os controles da empresa que reduzem o risco de fraude.	()
6. A auditoria deve reportar os procedimentos de trabalho realizados em relação ao princípio da continuidade.	()
7. A auditoria deve reportar os erros ajustados.	()
8. A auditoria deve reportar os erros não ajustados.	()
9. A auditoria deve reportar informações sobre a materialidade dos trabalhos.	()
10. A auditoria deve reportar os procedimentos realizados em relação aos riscos de fraude.	()
11. A auditoria deve reportar as mudanças significativas nos procedimentos de auditoria executados em comparação ao ano anterior.	()
12. A auditoria deve incluir explicações mais detalhadas sobre o papel do auditor.	()
13. A auditoria deve elaborar um documento separado explicando em linguagem simples o significado da auditoria e do relatório de auditoria.	()
14. Escrever o relatório de auditoria em uma linguagem mais acessível.	()
15. Elaborar um relatório de auditoria curto (apenas opinião).	()
16. Quando emitido um relatório sem ressalva, a auditoria deve esclarecer quais os riscos que a entidade está isenta.	()

APENDICE B - Autorização para utilização do Questionário.

Van: Fernando Rocha Pereira [mailto:fernando.contabil@hotmail.com]

Verzonden: woensdag 19 juli 2017 14:24

Aan: h.j.r.litjens@tilburguniversity.edu; j.buuren@nyenrode.nl; ruud.vergoossen@bdo.nl

CC: Renata Turola Takamatsu <rettakamatsu@gmail.com>

Onderwerp: Authorization Request

Urgentie: Hoog

Dear Professors,

I am a Brazilian student of the master's degree program in Accounting of the Federal University of Minas Gerais (UFMG), located in the city of Belo Horizonte. An institution of high concept.

I send this message as a request for authorization to use in my final master's work the research instrument (questionnaire) developed and validated by you in the article titled "Addressing Information Needs to Reduce the Audit Expectation Gap: Evidence from Dutch Bankers, Audited Companies and Auditors".

I will be immensely grateful to be able to apply this questionnaire in Brazil, because it is a high quality work, which has been validated and has been frequently cited in other Brazilian studies.

Thank you

06/12/2017

Email – fernando.contabil@hotmail.com

RE: Authorization Request

H.J.R. Litjens <H.J.R.Litjens@uvt.nl>

qua 09/08/2017 09:45

Caixa de Entrada

Para:Fernando Rocha Pereira <fernando.contabil@hotmail.com>;

Cc:Vergoossen, Ruud <r.vergoossen@nyenrode.nl>; 'Buuren, Joost van (j.buuren@nyenrode.nl)' <j.buuren@nyenrode.nl>;

Hi Fernando,

Thank you for your email. The original survey is in Dutch (it was sent out to Dutch participants in the SME market). In the appendix of the paper you can see the English translation of the questionnaire. If you have any questions please let me know I would be glad to assist you.

Best,
Robin Litjens

Dr. Robin Litjens RA
Assistant-Professor Accounting

Tilburg University
Tilburg School of Economics and Management

☎ Phone + (31) 13 466 2420

✉ E-mail: H.J.R.Litjens@uvt.nl

✉ Room K 824, P.O. box 90153, 5000 LE Tilburg, The Netherlands



School of Economics and Management

APÊNDICE C - Procedimentos Operacionais para Análise Fatorial e Análise de Regressão - Resultados do Software Stata

```

----- (R)
  /_  /_  /_  /_  /_
 /_  /_  /_  /_  /_  12.0  Copyright 1985-2011 StataCorp LP
-----
  Statistics/Data Analysis
-----
  Special Edition
-----
  StataCorp
  4905 Lakeway Drive
  College Station, Texas 77845 USA
  800-STATA-PC      http://www.stata.com
  979-696-4600     stata@stata.com
  979-696-4601 (fax)

```

Single-user Stata network perpetual license:

```

  Serial number: 93611859953
  Licensed to: Mourão
              U.F.J.F.

```

Notes:

1. (/v# option or -set maxvar-) 5000 maximum variables

```
. edit
```

```
. *(30 variables, 185 observations pasted into data editor)
```

```
. factor exp_clausula exp_controle exp_poltica exp_inadimp exp_controlfraud, pcf
(obs=185)
```

```

Factor analysis/correlation          Number of obs   =      185
Method: principal-component factors   Retained factors =       1
Rotation: (unrotated)                Number of params =       5

```

Factor	Eigenvalue	Difference	Proportion	Cumulative
Factor1	2.83739	2.09123	0.5675	0.5675
Factor2	0.74616	0.14860	0.1492	0.7167
Factor3	0.59756	0.11231	0.1195	0.8362
Factor4	0.48525	0.15160	0.0970	0.9333
Factor5	0.33365	.	0.0667	1.0000

```
LR test: independent vs. saturated:  chi2(10) = 289.37 Prob>chi2 = 0.0000
```

Factor loadings (pattern matrix) and unique variances

Variable	Factor1	Uniqueness
exp_clausula	0.7130	0.4916
exp_controle	0.7156	0.4879
exp_poltica	0.7515	0.4353
exp_inadimp	0.7834	0.3863
exp_contro~d	0.7990	0.3615

```
. estat anti
```

Anti-image correlation coefficients --- partialing out all other variables

Variable	exp_cl~a	exp_co~e	exp_po~a	exp_in~p	exp_c~ud
exp_clausula	1.0000				
exp_controle	-0.3638	1.0000			
exp_poltica	-0.0334	-0.2209	1.0000		
exp_inadimp	-0.2859	0.0941	-0.2563	1.0000	
exp_contro~d	-0.0158	-0.2434	-0.2138	-0.4202	1.0000

Anti-image covariance coefficients --- partialing out all other variables

Variable	exp_cl~a	exp_co~e	exp_po~a	exp_in~p	exp_c~ud
exp_clausula	1.0000				
exp_controle	-0.3638	1.0000			
exp_poltica	-0.0334	-0.2209	1.0000		
exp_inadimp	-0.2859	0.0941	-0.2563	1.0000	
exp_contro~d	-0.0158	-0.2434	-0.2138	-0.4202	1.0000

```

-----+-----
exp_clausula | 0.6506
exp_controle | -0.2342 0.6370
exp_poltica | -0.0214 -0.1401 0.6313
exp_inadimp | -0.1687 0.0549 -0.1490 0.5349
exp_contro~d | -0.0093 -0.1423 -0.1244 -0.2251 0.5366
-----+-----

```

```
. estat kmo
```

Kaiser-Meyer-Olkin measure of sampling adequacy

```

-----+-----
Variable | kmo
-----+-----
exp_clausula | 0.7775
exp_controle | 0.7538
exp_poltica | 0.8398
exp_inadimp | 0.7416
exp_contro~d | 0.7791
-----+-----
Overall | 0.7765
-----+-----

```

```
. estat structure
```

Structure matrix: correlations between variables and common factors

```

-----+-----
Variable | Factor1
-----+-----
exp_clausula | 0.7130
exp_controle | 0.7156
exp_poltica | 0.7515
exp_inadimp | 0.7834
exp_contro~d | 0.7990
-----+-----

```

```
. estat residuals
```

Raw residuals of correlations (observed-fitted)

```

-----+-----
Variable | exp_c~a exp_c~e exp_p~a exp_i~p ~lfraud
-----+-----
exp_clausula | 0.0000
exp_controle | -0.0130 0.0000
exp_poltica | -0.1720 -0.1008 0.0000
exp_inadimp | -0.0911 -0.2222 -0.0805 0.0000
exp_contro~d | -0.1759 -0.1127 -0.0866 -0.0226 0.0000
-----+-----

```

```
. estat residuals, fit
```

Fitted ("reconstructed") values for correlations

```

-----+-----
Variable | exp_c~a exp_c~e exp_p~a exp_i~p ~lfraud
-----+-----
exp_clausula | 1.0000
exp_controle | 0.5102 1.0000
exp_poltica | 0.5358 0.5378 1.0000
exp_inadimp | 0.5586 0.5606 0.5887 1.0000
exp_contro~d | 0.5697 0.5718 0.6005 0.6260 1.0000
-----+-----

```

Raw residuals of correlations (observed-fitted)

```

-----+-----
Variable | exp_c~a exp_c~e exp_p~a exp_i~p ~lfraud
-----+-----
exp_clausula | 0.0000
exp_controle | -0.0130 0.0000
exp_poltica | -0.1720 -0.1008 0.0000
exp_inadimp | -0.0911 -0.2222 -0.0805 0.0000
exp_contro~d | -0.1759 -0.1127 -0.0866 -0.0226 0.0000
-----+-----

```

```
-----
. rotate, horst
```

```
Factor analysis/correlation          Number of obs   =    185
Method: principal-component factors  Retained factors =     1
Rotation: orthogonal varimax (Kaiser on) Number of params =     5
```

```
-----
      Factor |      Variance  Difference      Proportion  Cumulative
-----+-----
      Factor1 |      2.83739          .          0.5675      0.5675
-----+-----
```

```
LR test: independent vs. saturated:  chi2(10) = 289.37 Prob>chi2 = 0.0000
```

```
Rotated factor loadings (pattern matrix) and unique variances
```

```
-----
      Variable |      Factor1 |      Uniqueness
-----+-----+-----
exp_clausula |      0.7130 |      0.4916
exp_controle |      0.7156 |      0.4879
exp_poltica  |      0.7515 |      0.4353
exp_inadimp  |      0.7834 |      0.3863
exp_contro~d |      0.7990 |      0.3615
-----+-----
```

```
Factor rotation matrix
```

```
-----
      |      Factor1
-----+-----
      Factor1 |      1.0000
-----+-----
```

```
. factor exp_continuid exp_erroadj exp_erro exp_material exp_procedfraud exp_mudanc, pcf
(obs=185)
```

```
Factor analysis/correlation          Number of obs   =    185
Method: principal-component factors  Retained factors =     1
Rotation: (unrotated)                Number of params =     6
```

```
-----
      Factor |      Eigenvalue  Difference      Proportion  Cumulative
-----+-----+-----
      Factor1 |      3.36983      2.54963          0.5616      0.5616
      Factor2 |      0.82020      0.13029          0.1367      0.6983
      Factor3 |      0.68991      0.21494          0.1150      0.8133
      Factor4 |      0.47497      0.12309          0.0792      0.8925
      Factor5 |      0.35188      0.05867          0.0586      0.9511
      Factor6 |      0.29321          .          0.0489      1.0000
-----+-----
```

```
LR test: independent vs. saturated:  chi2(15) = 431.80 Prob>chi2 = 0.0000
```

```
Factor loadings (pattern matrix) and unique variances
```

```
-----
      Variable |      Factor1 |      Uniqueness
-----+-----+-----
exp_contin~d |      0.6668 |      0.5554
exp_erroadj  |      0.6622 |      0.5615
exp_erro     |      0.7711 |      0.4054
exp_material |      0.7336 |      0.4619
exp_proced~d |      0.8293 |      0.3123
exp_mudanc   |      0.8163 |      0.3336
-----+-----
```

```
. estat anti
```

```
Anti-image correlation coefficients --- partialing out all other variables
```

```
-----
      Variable | exp_c~id  exp_er~j  exp_erro  exp_ma~l  exp_pr~d  exp_mu~c
-----+-----+-----
exp_contin~d |      1.0000
exp_erroadj  |      0.0169      1.0000
-----+-----
```

exp_erro		-0.3526	-0.3588	1.0000			
exp_material		-0.1155	-0.0652	0.0557	1.0000		
exp_proced-d		-0.1651	-0.0905	-0.0520	-0.3798	1.0000	
exp_mudanc		0.0318	-0.0759	-0.2766	-0.2047	-0.3973	1.0000

Anti-image covariance coefficients --- partialing out all other variables

Variable		exp_c~id	exp_er~j	exp_erro	exp_ma~l	exp_pr~d	exp_mu~c
exp_contin~d		0.6667					
exp_erroadj		0.0113	0.6713				
exp_erro		-0.2044	-0.2087	0.5039			
exp_material		-0.0705	-0.0399	0.0296	0.5587		
exp_proced-d		-0.0875	-0.0482	-0.0240	-0.1844	0.4218	
exp_mudanc		0.0175	-0.0420	-0.1327	-0.1034	-0.1744	0.4569

. estat kmo

Kaiser-Meyer-Olkin measure of sampling adequacy

Variable		kmo
exp_contin~d		0.8396
exp_erroadj		0.8540
exp_erro		0.7868
exp_material		0.8420
exp_proced-d		0.8118
exp_mudanc		0.8320
Overall		0.8243

. estat structure

Structure matrix: correlations between variables and common factors

Variable		Factor1
exp_contin~d		0.6668
exp_erroadj		0.6622
exp_erro		0.7711
exp_material		0.7336
exp_proced-d		0.8293
exp_mudanc		0.8163

. estat residuals

Raw residuals of correlations (observed-fitted)

Variable		exp~id	exp_e~j	exp_e~o	exp_m~l	exp_p~d	exp_m~c
exp_contin~d		0.0000					
exp_erroadj		-0.1277	0.0000				
exp_erro		0.0083	0.0272	0.0000			
exp_material		-0.1101	-0.1457	-0.1994	0.0000		
exp_proced-d		-0.1011	-0.1339	-0.1530	0.0251	0.0000	
exp_mudanc		-0.1564	-0.1099	-0.0772	-0.0441	-0.0041	0.0000

. estat residuals, fit

Fitted ("reconstructed") values for correlations

Variable		exp~id	exp_e~j	exp_e~o	exp_m~l	exp_p~d	exp_m~c
exp_contin~d		1.0000					
exp_erroadj		0.4415	1.0000				
exp_erro		0.5141	0.5106	1.0000			

```

exp_material | 0.4891 0.4857 0.5656 1.0000
exp_proced-d | 0.5529 0.5491 0.6394 0.6083 1.0000
exp_mudanc | 0.5443 0.5406 0.6295 0.5988 0.6770 1.0000
-----

```

Raw residuals of correlations (observed-fitted)

```

-----
Variable | exp~id exp_e~j exp_e~o exp_m~l exp_p~d exp_m~c
-----+-----
exp_contin~d | 0.0000
exp_erroadj | -0.1277 0.0000
exp_erro | 0.0083 0.0272 0.0000
exp_material | -0.1101 -0.1457 -0.1994 0.0000
exp_proced~d | -0.1011 -0.1339 -0.1530 0.0251 0.0000
exp_mudanc | -0.1564 -0.1099 -0.0772 -0.0441 -0.0041 0.0000
-----

```

. rotate, horst

```

Factor analysis/correlation          Number of obs = 185
Method: principal-component factors   Retained factors = 1
Rotation: orthogonal varimax (Kaiser on) Number of params = 6

```

```

-----
Factor | Variance Difference Proportion Cumulative
-----+-----
Factor1 | 3.36983 . 0.5616 0.5616
-----

```

LR test: independent vs. saturated: chi2(15) = 431.80 Prob>chi2 = 0.0000

Rotated factor loadings (pattern matrix) and unique variances

```

-----
Variable | Factor1 | Uniqueness
-----+-----
exp_contin~d | 0.6668 | 0.5554
exp_erroadj | 0.6622 | 0.5615
exp_erro | 0.7711 | 0.4054
exp_material | 0.7336 | 0.4619
exp_proced~d | 0.8293 | 0.3123
exp_mudanc | 0.8163 | 0.3336
-----

```

Factor rotation matrix

```

-----
| Factor1
-----+-----
Factor1 | 1.0000
-----

```

. factor exp_detpapel exp_docs exp_lngua exp_rcurto exp_ressalva, pcf
(obs=185)

```

Factor analysis/correlation          Number of obs = 185
Method: principal-component factors   Retained factors = 1
Rotation: (unrotated)                 Number of params = 5

```

```

-----
Factor | Eigenvalue Difference Proportion Cumulative
-----+-----
Factor1 | 2.78331 2.06877 0.5567 0.5567
Factor2 | 0.71454 0.09744 0.1429 0.6996
Factor3 | 0.61710 0.02234 0.1234 0.8230
Factor4 | 0.59476 0.30447 0.1190 0.9419
Factor5 | 0.29029 . 0.0581 1.0000
-----

```

LR test: independent vs. saturated: chi2(10) = 283.18 Prob>chi2 = 0.0000

Factor loadings (pattern matrix) and unique variances

```

-----
Variable | Factor1 | Uniqueness
-----+-----
exp_detpapel | 0.7300 | 0.4671
-----

```

```

exp_docs | 0.8727 | 0.2384
exp_lngua | 0.7870 | 0.3806
exp_rcurto | 0.6615 | 0.5624
exp_ressalva | 0.6571 | 0.5682
-----

```

```
. estat anti
```

Anti-image correlation coefficients --- partialing out all other variables

```

-----
Variable | exp_de~l exp_docs exp_ln~a exp_rc~o exp_re~a
-----+-----
exp_detpapel | 1.0000
exp_docs | -0.3546 1.0000
exp_lngua | -0.0179 -0.4997 1.0000
exp_rcurto | -0.0917 -0.2445 -0.0903 1.0000
exp_ressalva | -0.1574 -0.1584 -0.1328 -0.0626 1.0000
-----

```

Anti-image covariance coefficients --- partialing out all other variables

```

-----
Variable | exp_de~l exp_docs exp_ln~a exp_rc~o exp_re~a
-----+-----
exp_detpapel | 0.6518
exp_docs | -0.1831 0.4088
exp_lngua | -0.0106 -0.2339 0.5363
exp_rcurto | -0.0639 -0.1350 -0.0571 0.7456
exp_ressalva | -0.1106 -0.0882 -0.0846 -0.0471 0.7580
-----

```

```
. estat kmo
```

Kaiser-Meyer-Olkin measure of sampling adequacy

```

-----
Variable | kmo
-----+-----
exp_detpapel | 0.8267
exp_docs | 0.7238
exp_lngua | 0.7707
exp_rcurto | 0.8816
exp_ressalva | 0.8914
-----+-----
Overall | 0.7956
-----

```

```
. estat structure
```

Structure matrix: correlations between variables and common factors

```

-----
Variable | Factor1
-----+-----
exp_detpapel | 0.7300
exp_docs | 0.8727
exp_lngua | 0.7870
exp_rcurto | 0.6615
exp_ressalva | 0.6571
-----

```

```
. estat residuals
```

Raw residuals of correlations (observed-fitted)

```

-----
Variable | exp_d~l exp_d~s exp_l~a exp_r~o exp_r~a
-----+-----
exp_detpapel | 0.0000
exp_docs | -0.0690 0.0000
exp_lngua | -0.1637 -0.0181 0.0000
exp_rcurto | -0.1300 -0.0924 -0.1285 0.0000
exp_ressalva | -0.1003 -0.1252 -0.1206 -0.1452 0.0000
-----

```

```
. estat residuals, fit
```

```
Fitted ("reconstructed") values for correlations
```

Variable	exp_d~l	exp_d~s	exp_l~a	exp_r~o	exp_r~a
exp_detpapel	1.0000				
exp_docs	0.6371	1.0000			
exp_lngua	0.5745	0.6868	1.0000		
exp_rcurto	0.4829	0.5773	0.5206	1.0000	
exp_ressalva	0.4797	0.5735	0.5172	0.4347	1.0000

```
Raw residuals of correlations (observed-fitted)
```

Variable	exp_d~l	exp_d~s	exp_l~a	exp_r~o	exp_r~a
exp_detpapel	0.0000				
exp_docs	-0.0690	0.0000			
exp_lngua	-0.1637	-0.0181	0.0000		
exp_rcurto	-0.1300	-0.0924	-0.1285	0.0000	
exp_ressalva	-0.1003	-0.1252	-0.1206	-0.1452	0.0000

```
. rotate, horst
```

```
Factor analysis/correlation          Number of obs =      185
Method: principal-component factors   Retained factors =    1
Rotation: orthogonal varimax (Kaiser on) Number of params =    5
```

Factor	Variance	Difference	Proportion	Cumulative
Factor1	2.78331	.	0.5567	0.5567

```
LR test: independent vs. saturated:  chi2(10) = 283.18 Prob>chi2 = 0.0000
```

```
Rotated factor loadings (pattern matrix) and unique variances
```

Variable	Factor1	Uniqueness
exp_detpapel	0.7300	0.4671
exp_docs	0.8727	0.2384
exp_lngua	0.7870	0.3806
exp_rcurto	0.6615	0.5624
exp_ressalva	0.6571	0.5682

```
Factor rotation matrix
```

	Factor1
Factor1	1.0000

```
. reg ie fator_infoentidade fator_infoprocessos fator_formato genero idade formao auditor uso
texp exp_acad exp_acadprof exp_prof leu_novorelat
```

Source	SS	df	MS	Number of obs = 185		
Model	85.2540276	13	6.55800212	F(13, 171) = 12.89		
Residual	87.0304196	171	.508949822	Prob > F = 0.0000		
				R-squared = 0.4948		
				Adj R-squared = 0.4564		
Total	172.284447	184	.936328517	Root MSE = .71341		

ie	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
fator_infoentidade	.312491	.077816	4.02	0.000	.1588874 .4660947
fator_infoprocessos	.3231194	.0869572	3.72	0.000	.1514716 .4947672
fator_formato	.145469	.0670506	2.17	0.031	.0131155 .2778225
genero	.0491736	.1129431	0.44	0.664	-.1737686 .2721158

```

idade | -.0102536 .0083439 -1.23 0.221 -.0267239 .0062167
formao | -.1723659 .1677624 -1.03 0.306 -.5035177 .158786
auditor | -.0224139 .1789251 -0.13 0.900 -.3756002 .3307724
uso | -.0911702 .137558 -0.66 0.508 -.3627007 .1803602
texp | .0189147 .0092602 2.04 0.043 .0006357 .0371937
exp_acad | -.0202838 .1786741 -0.11 0.910 -.3729747 .3324072
exp_acadprof | -.0817263 .1992173 -0.41 0.682 -.4749681 .3115155
exp_prof | -.1789713 .2614834 -0.68 0.495 -.6951224 .3371797
leu_novorelat | .1182532 .1517335 0.78 0.437 -.1812587 .417765
_cons | 5.823668 .3363655 17.31 0.000 5.159705 6.487632
-----

```

```
. estat vif
```

```

Variable | VIF 1/VIF
-----+-----
exp_acadprof | 3.52 0.284259
fator_info~s | 2.73 0.365802
exp_acad | 2.66 0.375519
exp_prof | 2.29 0.436613
fator_info~e | 2.19 0.456793
auditor | 1.97 0.507080
leu_novore~t | 1.97 0.508028
texp | 1.93 0.518738
idade | 1.87 0.535311
uso | 1.66 0.600668
fator_form~o | 1.63 0.615250
formao | 1.31 0.761027
genero | 1.14 0.873930
-----+-----
Mean VIF | 2.07

```

```
. estat ovtest
```

```

Ramsey RESET test using powers of the fitted values of ie
Ho: model has no omitted variables
F(3, 168) = 0.40
Prob > F = 0.7536

```

```
. estat hettest
```

```

Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity
Ho: Constant variance
Variables: fitted values of ie

chi2(1) = 1.43
Prob > chi2 = 0.2319

```

```
. predict residuo, residuals
```

```
. sktest residuo
```

```

Skewness/Kurtosis tests for Normality
----- joint -----
Variable | Obs Pr(Skewness) Pr(Kurtosis) adj chi2(2) Prob>chi2
-----+-----
residuo | 185 0.0000 0.0000 31.05 0.0000

```

```

. stepwise, pr(.10): reg ie fator_infoentidade fator_infoprocessos fator_formato genero idade
formao auditor uso texp exp_acad exp_acadprof exp_prof leu_novorelat
begin with full model
p = 0.9097 >= 0.1000 removing exp_acad
p = 0.9016 >= 0.1000 removing auditor
p = 0.6503 >= 0.1000 removing genero
p = 0.6397 >= 0.1000 removing exp_acadprof
p = 0.5264 >= 0.1000 removing exp_prof
p = 0.4500 >= 0.1000 removing formao
p = 0.4639 >= 0.1000 removing leu_novorelat
p = 0.4934 >= 0.1000 removing uso
p = 0.2227 >= 0.1000 removing idade

```

```

Source | SS df MS Number of obs = 185
-----+----- F( 4, 180) = 42.13
Model | 83.3019484 4 20.8254871 Prob > F = 0.0000
Residual | 88.9824988 180 .494347216 R-squared = 0.4835
-----+----- Adj R-squared = 0.4720

```

Total | 172.284447 184 .936328517 Root MSE = .7031

ie	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
fator_infoentidade	.2922083	.0743583	3.93	0.000	.1454821	.4389344
fator_infoprocessos	.3268649	.0761903	4.29	0.000	.1765239	.4772058
fator_formato	.1530236	.0653935	2.34	0.020	.0239871	.28206
txp	.0116638	.0066216	1.76	0.080	-.001402	.0247297
_cons	5.355259	.0738935	72.47	0.000	5.20945	5.501068

ANEXO A - Modelo do Novo Relatório dos Auditores

http://www.codim.org.br/downloads/noticias/Apresentacao_Codim_novo_relatorio.pdf

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da Companhia ABC [ou outro destinatário apropriado]

Opinião¹

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia ABC ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 20X1 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia ABC em 31 de dezembro de 20X1, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1

A opinião surge na primeira seção do relatório do auditor, a menos que uma ordem diferente seja especificada por leis ou regulamentos locais.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas². Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

2

Obrigado a declarar a independência.

Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional³

Chamamos a atenção para a Nota XX às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu em um prejuízo de R\$ _____ mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1 e, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ _____ mil. Conforme apresentado na Nota 6, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

3

Nova seção relativa a incerteza significativa e a fatos ou condições capazes de gerar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade.

Principais assuntos de auditoria⁴

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. (Descrição de cada um dos principais assuntos de auditoria, de acordo com a NBC TA 701)

4

Descrição dos principais assuntos de auditoria (obrigatória para entidades listadas apenas).

Não colocar essa seção, se o auditor emitir relatório com abstenção de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor ⁵

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório ⁶.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito ⁷.

5

Nova seção definindo as responsabilidades da administração e do auditor para outras informações.

Não colocar esse seção, se o auditor emitir relatório com abstenção de opinião.

6

Declaração que a opinião do auditor não abrange as Outras Informações.

7

Declaração que descreve a distorção relevante não corrigida em outras informações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis ⁸

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

8

Descrição revista das responsabilidades de administração, incluindo uma descrição das responsabilidades para continuidade operacional.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis ⁹

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

9

Descrição revista das responsabilidades do auditor, incluindo descrição das responsabilidades para continuidade operacional.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

[Local (localidade do escritório de auditoria que emitiu o relatório) e data do relatório do auditor independente]

[Nome do auditor independente (pessoa física ou jurídica)]¹⁰

[Nome do profissional (sócio ou responsável técnico, no caso de o auditor ser pessoa jurídica)]

[Números de registro no CRC da firma de auditoria e do profissional que assina o relatório]

[Assinatura do auditor independente]

10

Requisito de divulgar o nome do sócio responsável pela auditoria. (Obrigatório para as entidades listadas apenas)

Já é obrigatório no Brasil e continuará a ser.